

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER**

MIKHAIL BARROS E FAVALESSA

**JORNALISMO DE DADOS EM VEÍCULOS LOCAIS: O USO DE BASES DE DADOS
NA COBERTURA DA PANDEMIA EM CUIABÁ (MT)**

**CUIABÁ - MT
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E PODER

Mikhail Barros e Favalessa

**JORNALISMO DE DADOS EM VEÍCULOS LOCAIS: O USO DE BASES DE DADOS
NA COBERTURA DA PANDEMIA EM CUIABÁ (MT)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Comunicação, na Linha de Política e Cidadania.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tamires Ferreira Coêlho

CUIABÁ - MT
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

F272j Favalessa, Mikhail Barros e.

Jornalismo de dados em veículos locais [recurso eletrônico] : o uso de bases de dados na cobertura da pandemia em Cuiabá (MT) / Mikhail Barros e Favalessa. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 111 f., il. color., pdf). -- 2023.

Orientadora: Tamires Ferreira Coêlho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Jornalismo de Dados. 2. Colonialidades. 3. Territorialidades. 4. Plataformização. 5. Precarização. I. Coêlho, Tamires Ferreira, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: JORNALISMO DE DADOS EM VEÍCULOS LOCAIS: O USO DE BASES DE DADOS NA COBERTURA DA PANDEMIA EM CUIABÁ (MT)

AUTOR: MESTRANDO MIKHAIL BARROS E FAVALESSA

Dissertação defendida e aprovada em **8 DE FEVEREIRO DE 2023**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Prof.ª Doutora Tamires Ferreira Coêlho (Orientadora)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
2. Prof. Doutor Luãn José Vaz Chagas de Oliveira (Examinador Interno)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
3. Prof. Doutor Edgard Patrício de Almeida Filho (Examinador Externo)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
4. Prof.ª Doutora Fernanda Vasques Ferreira (Suplente Interna)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
5. Prof.ª Doutora Dayane do Carmo Barretos (Suplente Externa)
INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CUIABÁ, 8 DE FEVEREIRO DE 2023.



Documento assinado eletronicamente por **TAMIRE FERREIRA COELHO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/02/2023, às 01:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgard Patrício de Almeida Filho, Usuário Externo**, em 10/02/2023, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUAN JOSE VAZ CHAGAS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 10/02/2023, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5518022** e o código CRC **E12E0121**.

Esta dissertação é dedicada a Fernando Augusto Gurginski, em nome de todas as pessoas vitimadas pela Covid-19, em especial aos mais de 15 mil mato-grossenses (até o momento). Os dados nos dão contexto e visão ampla, mas por trás de cada número nessa somatória há uma família, amigos e colegas em luto pela partida de um ente querido.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Tamires Ferreira Coêlho, minha orientadora, pelos ensinamentos, conselhos, puxões de orelha, e, acima de tudo, pela paciência que possibilitou a conclusão deste trabalho;

A Renata Neli Moreno Gurginski, minha noiva, que apoiou e deu suporte durante a dura caminhada desta pesquisa, mesmo nos momentos mais difíceis;

A meus pais, Mario e Terezinha, pela educação proporcionada durante toda minha vida e pelo amor e suporte dedicados;

Aos colegas e amigos de PPGCOM que tiveram importante papel nas discussões que fizeram este trabalho se desenvolver;

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania (CICLO/UFMT) pelas partilhas extremamente valiosas no caminhar desta pesquisa;

Aos demais professores do PPGCOM/UFMT pelas trocas durante o mestrado e pela bravura e resiliência em abrir e manter um programa de pós-graduação em Comunicação e Poder em Mato Grosso;

Aos nobres colegas de profissão que dedicaram tempo de suas vidas para as entrevistas realizadas nesta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o quadro atual do uso de dados e bases de dados no jornalismo em Cuiabá (MT), em especial relacionado com o paradigma do Jornalismo Digital em Base de Dados (Barbosa; Torres, 2013), durante a pandemia de Covid-19. A metodologia consiste na utilização do Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (Silva; Maia, 2011) para estudo de produtos jornalísticos que usaram bases de dados sobre a pandemia em janeiro de 2020 e em janeiro de 2021 nos sites Olhar Direto e Midianews. Também foram feitas entrevistas em profundidade e semiestruturadas (Duarte, 2004) com jornalistas que participaram da cobertura da pandemia em veículos digitais de Cuiabá entre os anos de 2020 e 2021, com atenção para dialogicidade e dialeticidade entre pesquisador e entrevistados (Marques; Martino, 2017). A investigação se debruça sobre o contexto do Jornalismo de Dados de forma ampliada, atravessado por fenômenos como a plataformização, a partir de uma visada sobre colonialismo e colonialidades, de acordo com as propostas de Quijano (1992), Maldonado-Torres (2018), Ballestrin (2013) e com a perspectiva de colonialidades de dados (Ricaurte, 2019), além das territorialidades envolvidas nesses processos comunicacionais a partir das escalas e das adaptações necessárias aos conceitos e práticas. Os dados obtidos e analisados revelam aspectos fundamentais da cultura e das organizações que operam nesse ecossistema local. A falta de estrutura se articula ao autodidatismo, na apropriação de ferramentas de um possível Jornalismo Guiado por Dados, e o uso de dados é visto como elemento colaborador de um ethos profissional. Os profissionais entrevistados demonstram que os processos de opressão não chegam despercebidos e sem resistência, pontuam rachaduras sendo (e a serem) preenchidas, ainda que demandem organização coletiva para tal.

Palavras-chave: Jornalismo de Dados; Colonialidades; Territorialidades; Plataformização; Precarização.

ABSTRACT

This research analyzes the current situation of the use of data and databases in journalism in Cuiabá (MT), in particular related to the paradigm of Digital Journalism in Databases (Barbosa; Torres, 2013), during the Covid-19 pandemic. The methodology consists of using the Journalistic Coverage Analysis Protocol (Silva; Maia, 2011) to study journalistic products that used databases on the pandemic in January 2020 and January 2021 on the sites Olhar Direto and Midianews. In-depth and semi-structured interviews (Duarte, 2004) were also carried out with journalists who participated in the coverage of the pandemic in digital vehicles in Cuiabá between the years 2020 and 2021, with attention to dialogicity and dialecticity between researcher and interviewees (Marques; Martino, 2017). The investigation focuses on the context of Data Journalism in a broader way, crossed by phenomena such as platformization, from a perspective on colonialism and colonialities, according to the proposals of Quijano (1992), Maldonado-Torres (2018), Ballestrin (2013) and with the perspective of data colonialities (Ricaurte, 2019), in addition to the territorialities involved in these communication processes based on the scales and necessary adaptations to concepts and practices. The data obtained and analyzed reveal fundamental aspects of the culture and organizations that operate in this local ecosystem. The lack of structure is articulated with self-education, in the appropriation of tools of a possible Data-Guided Journalism, and the use of data is seen as a collaborating element of a professional ethos. The professionals interviewed demonstrate that the processes of oppression do not arrive unnoticed and without resistance, they point to cracks being (and to be) filled, even if they require collective organization to do so.

Keywords: Data Journalism; Colonialities; Territorialities; Platforming; Precariousness.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	15
3. JORNALISMO DE DADOS	31
3.1 PLATAFORMIZAÇÃO	41
3.2 COLONIALIDADES DE DADOS	47
4. TERRITORIALIDADES	54
4.1 TERRITÓRIO E JORNALISMO DE DADOS.....	59
5. METODOLOGIA	63
5.1. PROTOCOLO DE ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA	63
5.2. ENTREVISTAS.....	68
6. ANÁLISE/CATEGORIZAÇÃO	72
6.1 - FORMAÇÃO: QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS QUE LIDAM COM DADOS? ..	72
6.2 PLATAFORMIZAÇÃO	75
6.2.1 Acesso como valor-notícia	75
6.2.2 Territorialidade e plataformação	80
6.3 PRECARIZAÇÃO	81
6.3.1 Pressão do tempo	81
6.3.2 Impactos sobre a (falta de) multimídia	86
6.3.3 Incentivo e estrutura	88
6.4 ENTRE DATIFICAÇÃO E EXTRAÇÃO NO CONTEXTO CUIABANO.....	89
6.4.1 O JD a partir da percepção de jornalistas de Cuiabá	90
6.4.2 Fontes oficiais	94
7. CONSIDERAÇÕES	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	107
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	107
APÊNDICE 2 – LINKS DE TABELAS	110

1. INTRODUÇÃO

A dissertação aqui apresentada visa analisar o quadro atual do uso de dados e bases de dados no jornalismo em Cuiabá e como ele se constrói em termos geracionais no Jornalismo Digital e em relação ao paradigma do Jornalismo Digital em Base de Dados, ou JDBD (Barbosa; Torres, 2013), além das potencialidades do Jornalismo de Dados (JD), tanto do ponto de vista dos processos de produção jornalística quanto da cobertura desenvolvida por veículos locais em Cuiabá, no começo da pandemia, em 2020, e em um período mais agudo, em 2021. Em nosso trabalho, buscamos levantar e revisar a literatura disponível sobre Jornalismo de Dados e o uso de dados no jornalismo digital, analisar indícios da rotina jornalística no uso de dados na cobertura do começo da pandemia, em janeiro de 2020, e em sua etapa mais avançada, em janeiro de 2021, em Cuiabá, além de observar, por meio de entrevistas, aspectos técnicos, éticos e culturais nas redações locais em relação ao uso de dados.

Com o público brasileiro consumindo cada vez mais notícias pelas redes sociais, espaço em que a desinformação encontra terreno fértil, é preciso pensar maneiras de vencer a desconfiança crescente do público. Dessa maneira, o Jornalismo de Dados pode ser um dos caminhos a serem traçados pelo jornalismo como maneira de combater a desinformação. Também pode colaborar para dar dimensão e auxiliar a dar sentido às narrativas que se desenrolam no debate público no país e à realidade que circunda a sociedade, por meio da análise dos dados produzidos pelo governo e demais entidades que se propõem a coletar e divulgar esse tipo de informação.

Em termos de cobertura local, onde há maior vulnerabilidade na produção do jornalismo, há de se considerar que este caminho deva ter ainda mais importância. Além de aparecer cada vez mais como uma aposta das empresas jornalísticas, o JD também é um tema que vem gerando interesse de pesquisadores de todo o mundo em razão da necessidade de se definir seu espaço e forma nos meios digitais e suas perspectivas enquanto possibilidade de realização do trabalho jornalístico. No cenário traçado por Träsel, Lisboa e Vinciprova (2019), o JD e o uso de bases de dados podem ser considerados como parte dos marcadores que servirão como guia para identificação de veículos que devam receber indicativos de credibilidade.

Com o objetivo de realizar uma pesquisa qualitativa em três etapas, há uma revisão da bibliografia disponível para desenhar o quadro teórico que envolve o Jornalismo Digital em Bases de Dados (JDBD) com foco em sua vertente do Jornalismo de Dados e traçar um panorama da produção científica realizada até aqui. A ideia é de uma observação sobre o uso de dados pelo jornalismo de maneira crítica, ponderando o contexto local e processos, como

aqueles relativos às colonialidades, que atravessam esses dados e o próprio jornalismo. A identificação do Jornalismo de Dados como área de atuação profissional jornalística que vem ganhando força em veículos de todo o mundo se soma à percepção de que, como campo de pesquisa, há ainda aspectos a serem explorados. Neste caso, especialmente a ocorrência do fenômeno em veículos locais/regionais orienta este trabalho.

Por meio do protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (Silva; Maia, 2011), ou ACJ, foram observados os sites Olhar Direto e Midianews para uma análise das notícias com uso de dados, tendo em vista o conceito do JDBD, em janeiro de 2020, antes da pandemia, e em janeiro de 2021, já no período pandêmico. Além de analisar matérias com uso de dados e como se encaixam também nas categorias propostas por Mancini et al. (2015), há proposições de análises próprias deste trabalho com relação ao quadro categórico que buscamos tensionar, com possibilidades de modificação. Em um movimento exploratório, foi feita, em 17 de abril de 2022, uma busca utilizando palavras-chave como “Covid”, “Covid-19”, “Indígenas”, “vacina” e “dados”, em busca de notícias no Olhar Direto e no Midianews com uso de bases de dados no período do que chamamos de “plena pandemia” (primeiro semestre de 2021), para observar as matérias publicadas, mas também possíveis silenciamentos sobre dados da pandemia entre povos indígenas em um estado com população significativa de diversas etnias e povos originários.

A Análise de Cobertura Jornalística se estrutura como uma proposta alternativa à Análise de Discurso e à Análise de Conteúdo, menos fracionária em relação aos processos de produção do produto e de sua recepção, segundo Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011). Trata-se de um conjunto de técnicas que tem como objetivo permitir uma investigação não só da narrativa visível gerada como “produto final jornalístico, mas também a produção do acontecimento, nas estratégias e técnicas do processo produtivo da notícia”, ou seja: “investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia” (Silva; Maia, 2011, p. 21).

Ao pesquisar a produção jornalística é possível analisar três dimensões. A normativa, que trata da ética compartilhada entre os profissionais e em que, ao modelo proposto pelas duas autoras, deve ser incluída a ideia de uma cultura jornalística a partir de Hall et al. (1999), de que os valores-notícia, apesar de não estarem escritos, são compartilhados e fazem parte de um processo de “socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas” (Hall et al., 1999, p. 225). A dimensão técnica, para analisar procedimentos utilizados na produção da notícia. E ainda a dimensão organizacional, que diz respeito às rotinas produtivas adotadas pelas redações e pelos jornalistas. Esta última é onde a Análise de Cobertura Jornalística se concentra nos dois

veículos estudados, enquanto as duas demais dimensões são, em maior parte, abordadas na etapa de entrevistas, como veremos posteriormente. As três dimensões, porém, estão entrelaçadas e articuladas entre si, e por isso há vestígios normativos e técnicos passíveis de serem observados por meio da Análise de Cobertura Jornalística em conjunto com as entrevistas para pensar a dimensão organizacional desses veículos.

Sobre a análise da cobertura, Silva e Maia (2011) falam sobre o protocolo como técnica para analisar marcas da produção da notícia que ficam imanentes no produto. Há um primeiro nível, que mostra marcas da apuração, como assinatura, local, origem, tipos de fonte e outras. Em um segundo nível, há marcas da composição, tais como gênero, localização, recursos visuais e outros. Há ainda um terceiro nível, com marcas da produção em si, tais como o contexto interno ou organizacional da empresa jornalística e, ainda, o externo, composto pelo acontecimento, a conjuntura e o tema reportado.

Assim, a partir das categorias da Análise de Cobertura Jornalística, e tendo em vista também categorias do Jornalismo Digital em Bases de Dados, é que é analisado o corpus de notícias dos sites Olhar Direto e Midianews tanto no período “pré-pandemia” quanto durante a pandemia em Cuiabá. A escolha dos dois veículos se dá em grande medida por uma prévia leitura flutuante em que foi possível observar a ocorrência de reportagens com uso de dados nesses sites jornalísticos – não necessariamente dentro dos padrões do JDBD como previsto na literatura – e também por serem dois dos sites com maior audiência em Cuiabá, conforme dados da ferramenta Similar Web coletados em junho de 2022¹.

A terceira etapa consiste em entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com editores e repórteres dos veículos digitais que, em uma análise inicial, tinham algum indício da produção de reportagens com dados e bases de dados, e com isso pretendeu-se observar qual a percepção desses jornalistas com relação ao Jornalismo de Dados e sobre o jornalismo local em si, na busca por um conjunto de valores compartilhados, conforme citado anteriormente. A pesquisa se situa na percepção da situação – o estado da arte – dessa cultura das redações locais, com vistas às potencialidades de configuração do JDBD no jornalismo local ou regional. Os valores éticos que regem o fazer jornalístico nessas redações, as técnicas utilizadas e aprendidas, com perspectivas de desenvolvimento do JDBD – desenvolvimento aqui tido não como sinônimo de evolução, mas de desenrolar de uma prática social permeada por diferentes temporalidades e culturas locais. Também são analisados investimentos dos veículos locais na

¹ Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/>

formação de jornalistas e na estruturação de suas redações no sentido da aplicação do JDBD em suas rotinas.

Com cuidados como a busca por não direcionar perguntas, a tentativa de um diálogo esclarecedor sobre cada uma das respostas dadas, entre outros, trata-se de um método válido para coleta de dados e informações não disponíveis em outros meios como documentos e bibliografias.

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (Duarte, 2004, p. 215).

Lakatos e Marconi destacam como vantagem da entrevista uma “maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 198). As referências também citam a “possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 198).

Entre os problemas encontrados neste procedimento podem ser considerados: a dificuldade de expressão e comunicação, tanto do entrevistado como do entrevistador; a possibilidade de influência do entrevistador sobre o entrevistado; o pequeno grau de controle sobre a coleta de dados e também o tempo ocupado. Porém, são dificuldades “que podem ser superadas ou minimizadas se o pesquisador for uma pessoa com bastante experiência ou tiver muito bom-senso” (Marconi; Lakatos, 2003, p.197).

A amostra de entrevistados é composta por jornalistas – principalmente editores e repórteres – que estão nas redações de veículos locais, incluindo Olhar Direto e Midianews, mas não se limitando a esses dois sites, tanto para situar o cenário local como um todo quanto para garantir o anonimato de quem concedeu entrevista em um contexto de redações pequenas. Durante o projeto, buscamos de maneira intencional jornalistas, por meio da experiência de vida do pesquisador e de indicações entre os profissionais do campo, que tivessem algum tipo de conhecimento sobre JDBD, com o objetivo de trazer riqueza de análise com jornalistas que tenham alguma familiaridade com o JDBD e que possam contribuir com visões não só sobre a

situação atual das redações, mas principalmente sobre suas potencialidades. As entrevistas foram feitas utilizando de base os estudos de Jorge Duarte (2013), até o ponto de saturação, com nove participantes. Foram feitas de maneira presencial, com respeito ao distanciamento social, uso de máscaras, além da utilização de álcool em gel para higienização das mãos.

A redação do texto final foi feita sem a publicação dos nomes e de dados que possam oferecer identificação dos jornalistas entrevistados, com cuidados para tornar anônimos os depoimentos, de modo a evitar constrangimentos e conflitos éticos que envolvam eventuais críticas aos processos de produção da notícia em curso nas empresas em que estão situados.

No capítulo 2, esta dissertação busca fazer um panorama sobre o cenário do jornalismo em Cuiabá, e em também em Mato Grosso, com um olhar historicizado para tentar buscar elementos básicos e fundantes das práticas comunicativas e da cultura profissional na qual buscaremos, mais à frente, observar a situação com relação ao cenário atual, ao paradigma do Jornalismo Digital em Base de Dados e outras questões que atravessam tais fenômenos.

O terceiro capítulo busca discutir a conceituação do Jornalismo de Dados a partir de suas origens no Jornalismo de Precisão e na Reportagem Assistida por Computador (RAC) e as aproximações feitas entre o jornalismo e as Ciências Sociais nessa linha de desenvolvimento do campo com olhar específico para responsabilização organizacional que levou ao JD em seus moldes atuais. Discutimos também a questão do profissional “jornalista de dados”.

Ainda no capítulo 3, buscamos destacar dois fenômenos que perpassam o Jornalismo de Dados enquanto prática profissional no capitalismo atual, neoliberal. Primeiro, o trabalho discute a questão das plataformas e o processo de plataformização do jornalismo, incluindo aí sua vertente de dados, para firmar pé nos aspectos sociotécnicos da tecnologia que são pressupostos para a elaboração do Jornalismo de Dados enquanto construto teórico e conjunto de práticas profissionais. Depois, trazemos a lupa da decolonialidade para discutir a epistemologia do jornalismo e do Jornalismo de Dados de modo a tensionar conceitos básicos, em especial o da objetividade, que revelam universalizações calcadas na branquitude e apontam para a necessidade de se repensar o conjunto conceitual da área em busca de práticas mais justas.

Para o quarto capítulo, a discussão se centra na questão das territorialidades em um esforço para pensar a questão do Jornalismo de Dados, um conjunto teórico fundado no Norte global, a partir e localizado em um território no Sul global e em uma cidade que, conforme o conceito alargado proposto para este trabalho, pode ser considerada periférica.

A partir do capítulo 5, esta dissertação apresenta a metodologia principal da pesquisa, com o uso do Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística para levantar e analisar um recorte

de 36 publicações dos sites Olhar Direto e Midianews, e de entrevistas em profundidade com nove jornalistas que trabalham em redações de Cuiabá sobre suas práticas com dados, suas formações e suas impressões sobre a cobertura de dados da pandemia de Covid-19.

O capítulo 6 é dedicado a categorizar, analisar e discutir dados e achados, envolvendo as escutas, as matérias publicadas e o conjunto de teorias e fenômenos que, de início neste trabalho, foram analisados de maneira mais abstrata e passam a ser observados empiricamente a partir de nossas observações. Por fim, o capítulo 7 traz as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A bibliografia sobre uma caracterização mais específica e localizada sobre o jornalismo produzido em Cuiabá, ou ainda de maneira mais ampla e regionalizada em Mato Grosso, é escassa. Por esse motivo, é necessária uma espécie de retomada histórica que aqui se faz para que se possa localizar, caracterizar e, em última instância, entender o arquétipo do qual se parte neste jornalismo local em seu processo de adaptação e de circulação em ambientes digitais. Ressalta-se ainda a busca deste trabalho em observar potencialidades do Jornalismo Digital em Base de Dados, mas ainda marcado por práticas profissionais e valores culturais impregnados por seu passado.

Com um estado marcado pelo isolamento físico da maior parte das demais regiões do país e do mundo durante boa parte de sua história, o jornalismo em Mato Grosso, pode-se dizer, surge a partir do século XIX, com a primeira publicação registrada em 1838, o jornal *Themis Mattogrossense* (Braz; Scaloppe; Flogiatto, 2016). No século seguinte, a chegada do rádio consolida este meio como importante para os mato-grossenses, com informações sobre o contexto sociopolítico do país, no que Vera Lúcia Leite Lopes (2003) narra como um contato direto com “fatos jornalísticos”. Ainda nessa época, a chegada a Mato Grosso só podia ser viabilizada por meio da navegação pelo Rio Paraguai ou por dificultosas estradas de terra que ligavam o estado ao restante do Brasil, em especial à capital, Rio de Janeiro. O jornalismo como prática “profissional” é, nesse período, marcado por técnicas artesanais em boa medida, conforme a autora descreve o papel do “boateiro”, que recebia notícias pelo rádio e as transmitia aos demais moradores.

No século XX, especialmente em Cuiabá, o jornalismo começa uma trajetória longa de estruturação e profissionalização com a criação de publicações como *O Estado de Mato Grosso*, que circulou entre 1939 e 1990, *Diário de Cuiabá*, a partir de 1968, e *A Gazeta*, criado já em 1990. Laís Dias Souza da Costa (2019) relata o processo de profissionalização dos jornalistas na capital, que até a década de 1960 tinham o fazer jornalístico apenas como ocupação feita por gente de diversas formações e fundos culturais, em especial poetas e escritores. O processo de transformação do jornalismo é atravessado por mudanças socioeconômicas e demográficas em Mato Grosso. O estado recebeu, principalmente a partir da década de 1970, ondas migratórias incentivadas e fomentadas pelo Governo Federal com objetivo de “colonizar” boa parte de seu território ainda desocupado ou com ocupações de povos tradicionais. Com incentivos financeiros da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), as colonizadoras trouxeram brasileiros do Sul do país para essa finalidade.

O desenvolvimento do jornalismo local nas décadas seguintes, de maneira muito fortemente afetada pelo contexto sociopolítico do país, que passou a atravessar uma ditadura militar a partir de 1964, revelou-se difícil, segundo Costa (2019). Situações de evocação da Lei de Segurança Nacional, atuação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e mesmo do Exército sobre as redações estudadas por Costa, através de histórias de vida de jornalistas que viveram esse período em Cuiabá, mostram que a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão sofreram diversos tipos de pressão, como é amplamente sabido pelos relatos nos mais diversos registros sobre o regime ditatorial. O período é marcado principalmente pela Lei de Imprensa (Lei n. 5.250, de 9 fevereiro de 1967), que, entre outras regras, instituiu o diploma de ensino superior para a profissão de jornalista.

Organizações de trabalhadores como o Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT), fundado em 1972, tiveram intensos debates sobre a necessidade da formação diplomada para o exercício da profissão. À época, com a ausência de um curso estruturado em Mato Grosso, os únicos diplomados eram jornalistas mato-grossenses ou “de fora”, nascidos em outras regiões do país, que haviam estudado em outras capitais e vinham para o estado trabalhar para os jornais e demais veículos locais e também para atuar como correspondentes de veículos de circulação nacional. Uma das características marcantes desde então é que o jornalismo produzido em Cuiabá, apesar de se tratar de uma capital no aspecto político e geográfico no Brasil, é a de “imprensa do interior”, segundo Costa (2019), que fala de um jornalismo produzido fora das maiores capitais do Sul e do Sudeste do país. E, é possível acrescentar, se o aspecto geográfico por si só modifica o modo de fazer jornalismo no ambiente aqui estudado, também gera consequências para a velocidade com a qual “novidades”, ou ainda mudanças vistas em outras capitais brasileiras sobre esses modos de prática jornalística, chegam a Cuiabá durante todo seu histórico a partir do século XX, mas atravessando mesmo as redações já digitalizadas. Em especial, como uma questão a ser notada, está a estrutura tecnológica de disponibilidade de internet, ainda ineficiente na capital e em todo o estado, seja por meio de acesso local ou por telefonia móvel.

De acordo com Costa, ao entrevistar os jornalistas locais, os mesmos traziam uma ideia específica de si e do fazer jornalístico. Dentre outras, estava a ideia do jornalista como observador privilegiado do mundo, fazendo parte do que se pode chamar de cultura jornalística, uma série de conceitos e valores compartilhados, ao menos em parte, entre os profissionais que atuam na produção de notícias. Hall et al. (1993) falam que os valores-notícias, aqueles utilizados na seleção do que é noticiável e do que pode ser ignorado pelos meios de comunicação, não estão escritos formalmente nem são transmitidos ou codificados de maneira

explícita. Contudo, são compartilhados de maneira ampla entre diferentes meios, mesmo que haja diferença entre as abordagens das notícias entre esses media. Para os autores, esses valores “constituem um elemento essencial na socialização profissional, prática e ideologia dos jornalistas” (Hall et al., 1993, p. 225). Essa ideia do jornalista como observador privilegiado do mundo faz parte do que se pode chamar de cultura jornalística, uma série de conceitos e valores compartilhados, ao menos em parte, entre os profissionais que atuam na produção de notícias.

Costa relata também um compartilhamento de conhecimento empírico adquirido no trabalho nas redações – um de seus entrevistados foi editor de veículos locais e correspondente de outros nacionais – como uma característica importante na formação dos novos jornalistas a partir do curso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Costa fala da “Tertúlia”, ao emprestar o termo cunhado por Gabriel Garcia Márquez sobre como a convivência entre jornalistas experientes e inexperientes é frutífera na transmissão de valores e conhecimentos necessários à produção jornalística, se conectando ao pensamento de Hall et al., citado anteriormente, na construção de elementos ideológicos do grupo.

Os relatos trazidos por Costa (2019) demonstram que, na década de 1990, o jornalismo local é atravessado por debates sobre a inserção dos estudantes, em meio ao recém-criado curso da UFMT, nas redações como estagiários, algo que era proibido pelo Decreto n. 83.284, desde o dia 13 de março de 1979. O estágio era tido como “exploração da mão de obra”, com estagiários fazendo funções específicas de profissionais formados, e recebendo pagamentos simbólicos a título de compensação. A dependência de fontes ligadas às assessorias de imprensa e aos próprios textos produzidos por esse tipo de estrutura criada em órgãos públicos, entidades da sociedade organizada e empresas – os famosos *press releases* ou apenas releases – já acontecia em Cuiabá também nesse período, mas com início em todo o país ainda na década de 1980. Em termos de cultura jornalística, aqui se pode ver a formação de uma ideia que, em geral, é compartilhada por aqueles jornalistas que trabalham em redações: o assessor de imprensa como uma espécie de profissional diferente, um não-jornalista. Apesar de normalmente ter a mesma formação, a partir da produção de textos que são escritos a partir de uma lógica de mediatizar discursos daqueles interessados em “emplacar” os releases, há certa resistência, principalmente dos repórteres, em considerar os colegas do outro lado do front como jornalistas. Este pode ser considerado como mais um dos valores em meio àqueles que formam uma ideologia dos jornalistas como grupo social.

Em que pese a “objetividade” aparecer no discurso dos jornalistas locais ouvidos pela autora, segundo o entendimento de Hall et al. (1993), não se pode ignorar que a produção diária de notícias acaba por ressoar discursos dos geradores primários de sentido no debate público.

Ainda que em reportagens produzidas dentro de um método jornalístico, por assim dizer, em etapas como escolha das fontes, entre outras, é de se ponderar que as relações e disputas sociais e mercadológicas terão influência sobre o processo produtivo da redação e no direcionamento editorial.

A informatização das redações mato-grossenses se deu a partir do início da década de 1990, com a chegada de computadores e sistemas informatizados nas redações dos veículos impressos, como A Gazeta (Costa, 2019). Há mudança no sistema de impressão do jornal, por exemplo, já não era mais linotipo como no início do Diário de Cuiabá e outros impressos fundados a partir da segunda metade do século XX, mas sim em sistemas “offset”, de tecnologia mais avançada e veloz. A transformação poupou tempo e deu mais qualidade à impressão gráfica desses jornais à época. Nesse período, a luta por condições básicas de trabalho atravessa os jornalistas enquanto classe de trabalhadores durante o final da segunda metade do século XX e influenciou o ambiente para a profissionalização em Mato Grosso. Ao reforçar que, apesar de a tecnologia fazer pressão na velocidade de produção do jornalismo, isso não excluiria características próprias daquilo que é considerado o dever jornalístico, a fala de um dos jornalistas ouvidos por Costa (2019) revela um processo de resistência. Além de uma resistência à passagem geracional, de alguém que veio do impresso movido a linotipo e viu *in loco* a digitalização das redações, também há um processo conflituoso com o “abraçar” das novas tecnologias por profissionais mais experientes.

Wajcman (2014) fala sobre os aspectos sociomateriais da tecnologia e seus impactos sobre a pressão do tempo no trabalho, no lazer e na vida familiar. O amplo uso de redes sociais e o avanço para o que se denominou como “internet das coisas”, com presença ubíqua da tecnologia e das redes em diversos aspectos da vida pública e privada, sinaliza para o transbordamento dos limites entre essas esferas da vida humana, com impactos desiguais para pessoas em condições desiguais, conforme relatado por Wajcman (2014), ao falar sobre a redução do tempo disponível e a pressão do tempo sobre, por exemplo, mulheres que são mães e solteiras. É nesse contexto que as pressões da tecnologia sobre o trabalho dos jornalistas acontecem nas redações profissionalizadas em Cuiabá, em especial dos sites noticiosos.

Costa pontua que o site “Rosa Choque”², lançado em maio de 1997, é tido como marco do início do que se convencionou chamar de webjornalismo, ou jornalismo online, ou ainda jornalismo digital. Trata-se da entrada do fazer jornalístico na internet, como um novo ambiente para produção e circulação de informações pela replicação de conteúdos do impresso para as

² Disponível em: <http://www.jornalrosachoque.com.br/home.php>. Acesso em jun. 2022.

páginas da web. Suzana Barbosa (2013) cita a classificação elaborada por Mielniczuk sobre as fases iniciais do jornalismo online desde os anos 1990. Uma primeira fase, de transposição dos conteúdos do impresso para a web; depois, uma mimetização do conteúdo dos jornais impressos, ou a fase de “metáfora”, quando as publicações físicas serviam de modelo para o online; e uma terceira fase chamada de “jornalismo digital de terceira geração”, na qual há

Atualização contínua, a hipertextualidade com o recurso do link começa a aparecer nas narrativas jornalísticas, combinada aos recursos de áudio, vídeo, imagens em 360°, fóruns e enquetes deflagrando a interatividade, a disponibilização dos arquivos potencializando a memória, além das possibilidades de personalização da informação. (Barbosa, 2013, p. 39).

Na mesma época do Rosa Choque, o Diário da Serra, jornal impresso de Tangará da Serra, distante 230km da capital, lançou sua versão online, em setembro de 1997 (Costa, 2019). No final daquele ano, em outubro, o histórico Diário de Cuiabá daria início às suas atividades na internet, ainda segundo ela (Costa, 2019).

As redações mais robustas no âmbito local têm uma hierarquização das funções com espaços como o “aquário”, onde editores ficam parcialmente separados por uma estrutura de vidro dos demais profissionais da redação, mas ainda assim em interação, a sala do cafezinho, onde Costa (2019) classifica como o local onde a “Tertúlia” acontece de maneira mais intensa. São “cátedras ambulantes”. Os espaços de convivência dentro da redação e outros ambientes sociais nos quais os profissionais se encontram dão continuidade ao processo de formação coletiva da ideologia comum do grupo. Costa (2019) fala do estereótipo de excessiva sociabilidade dos jornalistas, conhecidos por serem “boêmios”. A autora não cita, mas as reuniões de pauta também são parte da rotina jornalística, que por sua vez é importante na socialização entre os profissionais e se encaixam no contexto de “tertúlia”, com troca de vivências, conhecimento e experiências entre os jornalistas, de modo a colaborar na criação de valores – éticos, morais e profissionais – compartilhados pelo grupo. Essas práticas demandam tempo, e podem ter sido prejudicadas pela pressão trazida com a instantaneidade e agilidade das novas tecnologias.

Pode-se observar que as pressões do tempo sobre a produção jornalística seguem aquilo que Wajcman (2014) conceitua, na medida em que o que acontecia em momentos específicos do cafezinho ou em reuniões de pauta se espalha pelo dia e também passa a englobar jornalistas de diferentes redações, não mais limitados ao espaço físico de cada empresa.

A digitalização das redações trouxe também outras maneiras de relacionamento com as fontes, em quase todos os tipos identificados por Silva e Maia (2011), ao elaborarem um manual

para análise de cobertura jornalística como técnica e método de coleta e análise de dados. A instantaneidade é fator marcante nessas relações, que cobram do jornalista um tratamento diário e constante para alimentar relações que gerem confiança suficiente para manter certo fluxo de troca de informações necessárias à apuração das reportagens.

Em sua construção histórica sobre o jornalismo local a partir das histórias de vida dos jornalistas entrevistados, Costa (2019), em resumo, fala das transformações a partir da década de 1970 como em um primeiro momento de profissionalização, a partir da mudança na legislação e criação do que se tornaria o sindicato, e o surgimento da “Tertúlia”, incluindo trabalhadores, homens e mulheres, autodidatas e com formação acadêmica, além da chegada dos correspondentes. Na década seguinte, há a chegada de graduados de outros lugares e continuidade do trabalho sindical. As transformações da década de 1990 podem ser resumidas com a criação da graduação na UFMT, a informatização das redações locais, e ainda uma flexibilização e precarização das condições de trabalho nas redações.

Ao falar sobre as marcas do jornalismo dos anos 1990, incluindo aquele produzido pelos veículos nos quais os profissionais entrevistados trabalhavam, Costa (2019) fala sobre a importância que a investigação tomou à época. Nos anos seguintes na década de 2000 e à frente, o jornalismo em todo o país continuou a se valer de investigações feitas em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e inquéritos das autoridades policiais, além de apurações aprofundadas feitas por conta própria, para reportar e, dentro daquilo que seu dever imprime, fiscalizar a atividade do poder público e, em menor escala, do mundo privado com interesses públicos.

A exemplo das revelações de grandes escândalos nas relações entre políticos e empresários feitas pela Operação Lava Jato, Mato Grosso atravessou e atravessa sua cota de casos de corrupção amplamente noticiados pela imprensa local em operações com Ararath³, Sodoma⁴, Imperador⁵ e Arca de Noé⁶, para citar apenas algumas das mais constantemente noticiadas desde os anos 2000. As revelações trazidas pelos arquivos da chamada “Vaza Jato” e transformações políticas ocorridas no país trazem razão para ponderações em relação à prática da reportagem a partir de documentos e vazamentos seletivos feitos por autoridades públicas em meio às investigações criminais e civis. Longe de se intentar argumentar que eventuais

³ Disponível em: <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2013/11/operacao-ararath-para-combater-crimes-contrao-sistema-financeiro-nacional>

⁴ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=242691>

⁵ Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=23758¬icia=ex-deputado-riva-completa-um-mes-presos-confirma-retrospectiva-da-operacao-e-batalha-juridica-do-caso>

⁶ Disponível em: https://www.conjur.com.br/2004-out-26/procurador_conta_detalhes_operacao_predeu_arcanjo

investigações feitas por conta própria pelos jornalistas estejam isentas de distorções, é possível enxergar conexão entre as possibilidades de investigação do JDBD com uma tendência investigativa dessas redações.

Os dois principais veículos que têm suas notícias analisadas neste trabalho, sobre o JDBD e suas possibilidades, só surgiram entre o final da década de 1990 e o começo dos anos 2000. Mais precisamente, o site Midianews⁷ foi fundado em 1999 e Olhar Direto⁸ data de 2002. A história dos veículos digitalmente nativos, por assim dizer, é então extremamente recente na história do estado.

Canclini fala da hibridação fruto também de processos migratórios. Com essa ótica, é possível observar ao menos três momentos em que o jornalismo local é transformado pela chegada de profissionais de outros lugares. Primeiro, com a chegada dos correspondentes em Cuiabá e a profissionalização do jornalismo no final do século XX. E depois, conforme Costa (2019), com a chegada, na década de 1990, de profissionais de outros estados em busca de mercado recém-aberto em Cuiabá. O jornalismo digital também sofreu certa influência de profissionais “de fora”. O atual dono do Midianews, o veículo digital mais acessado na capital, é um jornalista de São Paulo.

O aparecimento dos sites no cosmos midiático local é precedido em poucos anos pela criação do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela UFMT. A criação da graduação em 1990 deu suporte para a formação de profissionais que pudessem ocupar essas redações. Antes disso, conforme Costa (2019), a formação era feita “na redação”, no que a autora relaciona à prática da “Tertúlia”. Ela registra dados do IGBE de 1970 que revelam a baixa escolaridade entre jornalistas e escritores e também da população em geral, criando dificuldades para se ter mão de obra profissional e leitores para os produtos noticiosos impressos.

Parte da formação, então, era feita por jornalistas que tinham passado pelo curso superior de jornalismo em outras capitais e que repassavam alguns conhecimentos técnicos aos “da terra”, tal qual Adelino Praeiro narra na tese de Costa (2019). Esse aspecto histórico da formação dos jornalistas nas redações locais em Cuiabá, ainda em uma era pré-digital, é importante para se notar uma vagarosa profissionalização dos jornalistas e uma tendência à baixa valorização da aprendizagem de competências mais específicas por meios formais. Um cenário de educação fortemente mimética – sendo a Tertúlia seu símbolo maior – é atravessado pela chegada de cursos de ensino superior ao mesmo tempo em que as redações locais passam

⁷ Disponível em: <https://www.midianews.com.br/quem-somos/>

⁸ Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/olhar-direto/index.asp?id=4&item=expediente>

por uma digitalização, desde o começo da década de 1990, e que cairia na fundação do jornalismo digital no final dessa mesma década. A perspectiva de possibilidades – ainda que por meio das frestas e rachaduras, ou das exceções – para o Jornalismo Digital em Base de Dados nesse ambiente se apresenta não sem barreiras inegáveis, mas, apesar delas, ainda que se pense que não sejam intransponíveis.

Barboza e Silva (2017) analisaram a cobertura do jornalismo ambiental em Mato Grosso feita por veículos online incluindo Gazeta Digital, Diário de Cuiabá, Folha do Estado (ainda ativo à época) e Olhar Direto. O recorte feito – para a cobertura sobre meio ambiente – certamente tem impacto sobre o resultado da análise dos autores, mas pode nos dar pistas iniciais sobre o possível estado da arte do jornalismo digital local, sob a ótica do JDBD. Todos eles estão situados em Cuiabá e o Olhar Direto é um dos que fazem parte do trabalho de pesquisa maior no qual este artigo se insere. Naquele estudo, os pesquisadores verificaram que "observa-se que apesar destas notícias estarem na Internet, não foram planejadas ou adaptadas para o meio, não explorando as potencialidades do jornalismo online" (Barboza; Silva, 2017, p. 226). As reportagens analisadas pelo trio eram constituídas, basicamente, de matérias que pareciam transposições da produção jornalística de jornais impressos, sem uso amplo de recursos multimidiáticos. Com uma "navegação linear" e "design simples", os autores situam o jornalismo digital praticado nesses casos a partir do conceito de "modelo adaptado", no qual estão presentes características do meio online, como uso de hipertexto e links, de maneira simples, mas sem grande utilização de outros recursos como vídeos, visualização de dados, infografia, ou outros que permitam interatividade. A descrição se relaciona como uma passagem entre a segunda e a terceira gerações do jornalismo online, como entendido por Suzana Barboza e Vitor Torres (2013), sendo a quarta geração aquela que se pode chamar, de fato, de Jornalismo de Dados, com a utilização dos recursos nativos web e com os dados presentes em todas as fases da produção jornalística desde a apuração e seleção de pautas, até sua publicação e interação dos usuários.

Pela narrativa histórica feita aqui, pode-se observar que o jornalismo mato-grossense durante o século XX foi fortemente marcado por uma produção em moldes artesanais e veículos colaborativos, não profissionalizada. Já na segunda metade do século, diversos processos que vão desde a criação de leis e decretos que regulamentaram a carreira, sindicalização, o aparecimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foram transformando, em certa medida, esse fazer jornalístico.

Em especial a partir da década de 1990, pode-se falar em uma modernização globalizante com o surgimento dos veículos digitais, fazendo-se forte ponderação ao termo

“modernização”, tido aqui não como sinônimo de evolução, mas sim de transformação marcada pela tecnologia. O mesmo vale para a sucessão entre as fases do jornalismo digital conceituadas anteriormente, que por vezes convivem entre si. Canclini (1997) traz o conceito de hibridação que pode ser observado nesses processos de transformação. Ao mesmo tempo em que as mudanças tecnológicas sofridas pelo jornalismo local que saiu dos linotipos, passou às prensas off set, seguidas pelo uso de computadores e terminais informáticos, chegando ao jornalismo digital do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, fez com que modelos hegemônicos de produção da notícia fossem mais ou menos adotados, a partir de experiências dos veículos das grandes capitais do país, não se pode ignorar que características atravessam períodos e se mantêm vivas, apesar de tudo. A proximidade entre as redações e os centros de poder político, um tempo menos acelerado que pode ser ligado à cultura cuiabana tradicional, entre outras características, devem ser observadas para além deste capítulo.

Canclini (1997) discorre sobre a ideia de que a secularização dos campos culturais, a produção auto expressiva e autorregulada, práticas artísticas e políticas, a racionalização da vida social e o individualismo crescente trazidos por uma forte modernização na América Latina a partir dos anos de 1980. Nesse tipo de contexto, práticas ditas modernas convivem com outras ligadas a fundamentalismos religiosos e étnicos, com educação formal precária e arranjos arcaicos de poder, com os quais o jornalismo convive e dos quais se alimenta, se apropria e se afasta em diversos momentos da história local. A trajetória histórica narrada até a criação da graduação da UFMT pode ser enxergada dentro deste processo.

O modelo industrial jornalístico, em especial aquele acelerado pelas novas tecnologias, convive com práticas que podem ser consideradas arcaicas; por outro lado, pode também ser visto como resquício de um passado com indício de potência para se ligar a novas práticas e abrir caminhos para resistências e ressignificações no contato com o que é supostamente contemporâneo. No processo de hibridação vivido nesses locais distantes dos grandes centros, a “modernização” transforma práticas seculares, mas também convive com grande parte delas.

Ao pensar um Jornalismo de Dados possível em Mato Grosso, no jornalismo regional, deve-se partir da história do jornalismo local. O JDBD vem com uma prática cultural modernizante e encontra práticas seculares do jornalismo local, que existem pelo menos desde o começo do século XX. Haveria então um processo de hibridização, de mescla, de mestiçagem entre matrizes.

Canclini fala que a indústria não elimina o artesanato; a democratização não suprime os hábitos autoritários; nem a cultura escrita acaba com as formas antigas de comunicação oral. O processo em si dessa hibridez se tem como constante, a hibridação, fugindo de visão

maniqueísta que oponha o “novo” e o “antigo”, o “moderno” e o “arcaico”, mas que pense o jornalismo local como em transformação constante, sem perder de vista seu posicionamento no tempo e na geografia.

Em uma expansão, uma espécie de "boom" na quantidade de veículos digitais desde o começo dos anos 2000, os veículos locais de notícias em Mato Grosso têm se concentrado em formatos digitais, em especial sites que publicam notícias locais, em suas diversas características de acordo com o portal. O Atlas da Notícia⁹, em sua edição mais recente, mostra que o Estado tem 742 veículos cadastrados no levantamento, com uma média de 21,8 veículos por 100 mil habitantes, valores acima de Goiás, onde há 540 veículos, sendo 8,2 por 100 mil habitantes, e de Mato Grosso do Sul, onde foram encontrados 485 veículos, sendo 17,39 por 100 mil habitantes.

Na base de dados aberta, há 726 veículos de comunicação catalogados em Mato Grosso, entre ativos e aqueles já fora de funcionamento, nos segmentos online (257), impresso (95), televisão (132) e rádio (242). Entre os considerados do segmento online, 81 estão localizados em Cuiabá, 17 em Rondonópolis, 12 em Várzea Grande, 8 em Lucas do Rio Verde e todos os demais municípios possuem 7 ou menos veículos nos meios digitais registrados, tanto entre ativos quanto inativos.

Pelos dados, 69 dos 141 municípios de Mato Grosso possuem ao menos um site ou outro tipo de veículo de comunicação na internet catalogado pelo Atlas. O levantamento mostrou que, entre os sites catalogados, 20 dos 257 não estão mais em atividade. O número de veículos digitais fechados, em termos absolutos, é maior que nos demais segmentos: televisão (3), impresso (2) e rádio (4). Dos 20 veículos digitais fechados, há seis com a data de fechamento registrada pelo Atlas, sendo 1 em 2014 (Correio Várzea-Grandense, em Várzea Grande), 1 em 2019 (Querência em Foco, de Querência), e outros 4 localizados em Cuiabá e que fecharam as portas entre fevereiro e dezembro de 2020 (Notícia da Hora MT, MT Completo, Portal da Política MT e MT Alerta), já durante a pandemia de Covid-19. Todos esses que encerram suas atividades tinham no máximo cinco colaboradores, ou não tiveram esse dado registrado pelo Atlas.

A constatação de uma maior oscilação no número de veículos digitais em relação aos demais formatos pode ter vínculo com as características intrínsecas do jornalismo online. Ao mesmo tempo em que os recursos financeiros e humanos necessários para a estruturação de um veículo de notícias no ambiente online são menores em relação aos formatos que o antecederam

⁹ Disponível em < <https://www.atlas.jor.br/> >

na história do jornalismo e da comunicação, há também uma profusão de novos veículos e formatos dentro da web, criando maior concorrência em um ambiente de disputa pela atenção de usuários, leitores, ou quaisquer outras terminologias utilizadas para denominar aquele público que consome e impõe fluxos comunicacionais na internet.

De modo geral, vê-se uma trajetória do jornalismo produzido em Cuiabá migrando para o digital a partir do começo dos anos 2000, e chegando aos números de 2020 citados anteriormente. Nesse contexto, é possível observar maior conexão geracional entre o jornalismo impresso para o digital, sem maiores relações com a produção midiática de rádios e televisões, uma espécie de mundo à parte quando se fala dos profissionais que transitam entre as empresas jornalísticas desse ambiente aqui estudado. Via de regra, profissionais de áreas mais ligadas ao texto escrito, em especial do jornalismo impresso, tiveram tendência de migrar para o jornalismo digital, que se inicia em uma primeira geração ainda com poucos recursos multi ou transmidiáticos, como se verá mais à frente, diferentemente daqueles ligados aos processos de produção imagético e de áudio.

Assim, temos uma migração para o digital no jornalismo local em Cuiabá muito vinculado, de início, aos processos produtivos do impresso. O conjunto de jornalistas, incluídos aqueles chegados de outros locais do país, passa então por uma marcha de profissionalização, acentuada pela criação dos cursos de Comunicação Social, em especial o da UFMT. Soma-se à formação formal dos bancos universitários uma cultura anterior, da “tertúlia”, ou da formação por contato com os demais profissionais, principalmente os mais experientes, para uma subjunção entre uma cultura de mimetismo e o ensino superior voltado para a prática profissional.

Mais recentemente, as redações locais não escaparam dos processos vistos em outras partes do Brasil e também do mundo, como a precarização das condições de trabalho e a juvenilização do perfil profissional. Pasti e Ramaprasad (2016) relatam que o crescimento da digitalização do jornalismo não só no Brasil, mas nos países que constituem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com a consequente adoção cada mais ubíqua das Tecnologias de Informação e Comunicação no processo produtivo, o surgimento de início de “mídias sociais e blogs”, além dos modelos de liberalização econômica nesses países deram início à emergência de uma “força de trabalho que tem um grande número de jornalistas jovens” (Pasti; Ramaprasad, 2016, p. 20, tradução nossa). Já entre 2008 e 2010, a média de idade entre os jornalistas brasileiros era de apenas 40 anos de idade.

Apesar de não utilizarem o termo “juvenilização”, Silva e Grohmann (2015), ao discorrerem sobre os processos de crescente restrição à liberdade dos jornalistas, pontuam que

por vezes os profissionais mais jovens tendem a reproduzir aquilo que era tido como padrão pelos mais antigos, principalmente pela continuidade no “enquadramento” dado por cada um dos veículos jornalísticos para os fatos classificados como noticiáveis, e os ângulos escolhidos derivando disso. Normas e a hierarquização manteriam a linha editorial, mesmo com a saída dos profissionais mais antigos. É preciso ponderar aqui que, em especial com relação à hierarquização, o efeito restritivo na liberdade de noticiar pode variar de redação para redação, de local para local. Redações menores, com menor número de jornalistas, tendem a uma menor rigidez na estrutura hierárquica, o que tende a agravar o contexto de precarização da profissão.

Destacam os autores que a “agilidade em produzir conteúdo exigida do jornalista atualmente e a necessidade de o fato ser em primeira mão também dificultam a maneira do profissional se expressar com clareza, de forma livre e concreta”, o que tornaria os conteúdos “superficiais”, fazendo com que a liberdade de expressão dê “lugar a um mercado competitivo” (Silva; Grohmann, 2015, p. 4). A tarefa de contextualizar informações, lembram os autores, requer conhecimento e tempo, além do que para se chegar a esse conhecimento é preciso conteúdo e passar por processos de comunicação.

O corte de gastos também afeta diretamente a percepção que o público tem sobre o veículo de comunicação. É contraditório suspender um grande número de jornalistas veteranos e manter os mais novos, que apenas reproduzem o discurso destes mais antigos. A visão para o espectador é que os jornalistas recentes não têm personalidade, originalidade e senso crítico, quando na verdade eles têm, mas não podem se expressar como gostariam, mas devem continuar seguindo a linha editorial da empresa e só estão ocupando aquela vaga de trabalho por ser uma mão de obra mais barata do que um jornalista com décadas de casa (Silva; Grohmann, 2015, p. 6).

Em âmbito local, Coêlho e Salesse (2021) identificaram que as condições precarizadas de trabalho em Cuiabá e Várzea Grande, esta última componente da região metropolitana da capital, demonstram tendência de agravamento durante a pandemia de Covid-19, com indicativos de “redução salarial e pela manutenção de salários pagos por uma jornada mais extenuante” (p. 5). O Governo Federal, em conjunto com o Congresso, estabeleceu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda por meio da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020¹⁰ e da Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021¹¹, que permitiram medidas extraordinárias durante o período de emergência da pandemia de Covid-19 nos contratos de trabalho, tais como suspensão temporária e redução da carga horária com pagamento de

¹⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm

¹¹ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>

benefício emergencial. Segundo os autores, para os jornalistas ouvidos por questionário, a situação “elevou a precarização a um outro patamar, piorando condições de trabalho que já eram extremamente difíceis e expondo a riscos (financeiro, psicológico, de contaminação) ainda mais profissionais que atuam na linha de frente” (Coêlho; Salesse, 2021, p.5).

Os autores registram a baixa taxa de resposta dos profissionais ao questionário, em um cenário de redações constituídas por poucos profissionais, e somado a isso um “medo de exposição deles, ainda que não estejam identificados por nome e gênero, em um ecossistema midiático pequeno em que facilmente podem ser reconhecidos” (Coêlho; Salesse, 2021, p. 7). Além dos profissionais em redações jornalísticas, a pesquisa também ouviu jornalistas que exercem outras funções, em especial assessoria de imprensa. O perfil traçado entre os 34 entrevistados mostra que 76% atuavam em veículos de comunicação durante a pesquisa, realizada entre agosto e outubro de 2020, sendo a maioria de repórteres e estagiários, com outros índices de editores, apresentadores e produtores. Em termos de formação, a pesquisa encontrou 59% de profissionais com graduação em jornalismo, 32% ainda cursando a graduação e outros 9% que não possuíam formação na área.

Diante destes dados é possível destacar dois processos que saltam ao traçar uma análise desses resultados: a preferência por mão de obra barata frente a baixa qualificação, além da possível inclinação por profissionais com menor experiência. Ambas essas questões estão ligadas a um processo de juvenização presente de forma latente nos espaços de trabalho de comunicadores da região (Coêlho; Salesse, 2021, p. 9).

Ainda pontuam na recente pesquisa os autores que, apesar de em baixo índice dentro do corpus alvo do questionário, o desvio de função é algo presente entre os profissionais da Região Metropolitana de Cuiabá durante a pandemia de Covid-19, com agravamento de processos precarizantes vindos de períodos anteriores. Os jornalistas, nesse contexto, passaram a trabalhar mais ou em igual período, em piores condições, em sua maioria, e com salários reduzidos.

De acordo com os autores, 79% tinham até três anos desde o início de suas funções atuais, sendo que quase metade deles ainda não havia completado um ano no posto de trabalho quando responderam ao questionário. Ainda, 61% não atuavam no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), outros 32% tinham contratos de estágio e outros 26% tinham contratos por meio de Pessoa Jurídica e 3% de freelancer. Pelos dados levantados pela pesquisa, o cenário é de aprofundamento do processo de precarização já em curso desde o início da digitalização das redações locais, mas ainda mais preocupante pela velocidade com a qual as mudanças se acentuam em meio à pandemia.

Sobre a presença da Covid-19 entre os profissionais da área, aliás, importa destacar a pesquisa conduzida e divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso (Sindjor-MT)¹². Em meio a medidas titubeantes, fechamentos sob pressão popular e empresarial, e reaberturas sem o devido planejamento e ordenamento no estado, o sindicato realizou levantamento entre abril e maio de 2021, com participação de 140 profissionais, destacando que 55% dos jornalistas foram contaminados pela doença. Entre os contaminados, 28,7% responderam ter contraído durante o trabalho e outros 37,2% informaram que não sabiam onde e quando adquiriram a doença, do que não se exclui a possibilidade de contaminação durante a execução de suas atividades. No período entre o começo da pandemia em Mato Grosso, em março de 2020, e a publicação do levantamento, 20 profissionais da comunicação haviam morrido de Covid-19. A situação indica alto grau de exposição dos profissionais em meio à precarização da profissão.

A crescente precarização dos ambientes profissionais e das condições de trabalho dos jornalistas locais é outro aspecto que pode ser observado como “entrave” ou ainda parte do conjunto de barreiras ao florescimento de um Jornalismo Digital em Base de Dados nesse ambiente profissional em Cuiabá. Por natureza, a elaboração de reportagens e outros produtos tipicamente do JDBD exigem, além das capacidades técnicas que se mostram raras ou insuficientes como visto anteriormente pelo histórico de desenvolvimento profissional, também tempo e estruturas propícias.

Há também que se considerar as características próprias do jornalismo local enquanto empresas de comunicação dentro de um ambiente capitalista e no Brasil, algo que deve ser explorado mais adiante. O surgimento e o fechamento de veículos de comunicação locais e regionais, mais fortemente dependentes do capital destinado por governos, prefeituras e outros órgãos públicos do que seus pares com abrangências mais amplas nos territórios físicos e digitais, também pode ter a ver com o fluxo de recursos financeiros disponíveis a depender do momento político vivido em determinada localidade. A presença de grupos econômicos e políticos locais entre os proprietários dos veículos de comunicação, mesmo nos meios digitais, também é algo a ser discutido no contexto desta pesquisa.

Os dois veículos a serem observados neste trabalho, Midianews e Olhar Direto, e também os demais sites nos quais se inserem os jornalistas entrevistados, surgem nesse contexto e nesse ecossistema midiático de Cuiabá e de Mato Grosso, marcados por autodidatismo, precarização, mas também características próprias, como digitalização e profissionalização a partir de cursos do ensino superior, entre outras questões.

¹² http://www.sindjormt.org.br/not_cias/id-975005/a_contamina__o_dos_jornalistas_em_mato_grosso

O Midianews surgiu em 1999, conforme expediente trazido pelo próprio veículo em sua página na internet, e se autodeclara como “o primeiro site de notícias de Mato Grosso”¹³. A afirmação contradiz o dito anteriormente sobre o “jornal Rosa Choque”, lançado dois anos antes, conforme Costa (2019), porém, parece se calcar na ideia de que o Midianews desde seu nascedouro tem uma cobertura mais generalista, um “site de notícias”, enquanto o “Rosa Choque” seria um jornal impresso levado à web e com viés especializado (algo que pode ser discutido). Segundo sua própria descrição, “ao longo de 23 anos de jornalismo, o MidiaNews se consolidou como um veículo de comunicação apartidário, pluralista e imparcial”, fazendo ligação aqui à ideia de jornalismo independente e filiada ao “mito da isenção no jornalismo” (Coelho et al., p. 373). O Midianews tem como sua principal missão “fornecer conteúdo que ajude os cidadãos a se informarem sobre os fatos do dia a dia e, em seguida, formar opinião sobre os mesmos”¹⁴.

A cobertura do site se divide em editorias de “Política”, voltada principalmente à atuação da política institucional dos poderes estaduais e dos municípios de Mato Grosso, com foco mais presente em Cuiabá, onde site é sediado; de “Cotidiano”, que se alinha ao que se convencionou como cobertura de “Cidades”, com notícias sobre acontecimentos e flagrantes da realidade dos mais variados, além de generalidades; de “Judiciário”, com cobertura mais específica sobre o Poder Judiciário, com especial atenção a ações de combate ao crime organizado, casos de corrupção e afins; de “Variedades”, no qual são publicados materiais sobre entretenimento, eventos, cultura, pessoas famosas etc.; “Opinião”, que reúne artigos de opinião; de “Polícia”, no qual são publicadas matérias mais especificamente sobre ações das polícias no combate e investigação dos mais diversos tipos de crimes; e uma editoria de notas e comentários, principalmente políticos, denominada “Fogo Amigo”. Possui páginas nas plataformas do Facebook, do Instagram, do Twitter e do YouTube, onde são compartilhadas matérias publicadas originalmente no site e também, no caso deste último, vídeos que são inseridos nas reportagens. Foi fundado e é dirigido pelo jornalista e empresário Ramon Monteagudo, e a equipe é formada por dois editores, sendo um adjunto, seis repórteres e uma estagiária, além de funções administrativas, comerciais e jurídicas. O site teve 1,6 milhões de visitas em maio de 2022, de acordo com a ferramenta Similar Web.

¹³ <https://www.midianews.com.br/quem-somos/>

¹⁴ QUEM SOMOS. Midianews, sem data. Disponível em: <<https://www.midianews.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

O Olhar Direto foi criado em 2002 pelo jornalista Marcos Coutinho, falecido em 2013¹⁵, e se define como “um portal sem vínculo partidário, sem preconceito ideológico e não está a serviço de grupos econômicos, portanto, não cede a pressões em suas áreas de abordagem”. Apesar de não se vincular a “interesses particulares” e “estar livre de um viés ideológico particular” a autodescrição do veículo nega ser “sem opinião”. O veículo define em sua linha editorial primar “pela qualidade de suas informações, pois considera importante qualificar as discussões nas suas áreas de maior abrangência, como política, economia, agronegócios, assuntos de relevância social etc., a fim de prestar o melhor serviço a nossos internautas e leitores”. O veículo menciona ainda o “importante e indispensável papel a ser desempenhado pelo Estado”, mas inclui a sociedade civil ao afirmar que “compreendemos também que cabe a quantos queiram desempenhar esse papel de forma independente e corajosa”¹⁶. Conta com uma equipe formada por dois editores, sete repórteres, um repórter fotográfico e dois estagiários, além das equipes de direção, comercial, administração e apoio jurídico.

A publicação é dividida em editorias como Política MT, onde são publicadas matérias sobre a política institucional do Estado e dos municípios, mais notadamente de Cuiabá; "Cidades", que se filia à cobertura dos acontecimentos nas cidades e publica materiais das ocorrências policiais; além de "Educação", "Esportes", "Brasil", "Mundo", "Variedades", e um espaço de notas e comentários políticos denominado "Picante". Algumas das editorias funcionam como veículos autônomos, subsidiários à marca "mãe" do Olhar Direto. É o caso do "Olhar Agro & Negócios"¹⁷, voltado a notícias e publicações sobre agronegócio e economia regional, do "Olhar Conceito"¹⁸, com foco em cultura e entretenimento em níveis local e regional, e do "Olhar Jurídico"¹⁹, dedicado a notícias sobre o Poder Judiciário e as ações de combate à corrupção e ao crime organizado que tramitam nesse sistema referente a figuras de Mato Grosso. Nesses três casos, as editorias chegam a possuir endereços próprios na internet.

¹⁵ <https://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=10343&edt=12¬icia=morre-o-jornalista-marcos-coutinho-fundador-e-diretor-do-grupo-olhar-direto>

¹⁶ QUEM SOMOS. Olhar Direto, sem data. Disponível em: < <https://www.olhardireto.com.br/olhar-direto/index.asp?id=3&item=quem-somos>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

¹⁷ <https://www.agroolhar.com.br/>

¹⁸ <https://www.olharconceito.com.br/>

¹⁹ <https://www.olharjuridico.com.br/>

3. JORNALISMO DE DADOS

Os termos Jornalismo de Dados ou Jornalismo Digital em Base de Dados, ou ainda Jornalismo Guiado por Dados, trazido do inglês “Data-Driven Journalism” (DDJ), e o campo que busca suas definições, conceituações e pesquisas de aspectos empíricos se tornaram mais presentes na literatura principalmente a partir de meados dos anos 2000, e consolidados a partir dos anos 2010.

De modo geral, as pesquisas têm sido colocadas dentro do “guarda-chuva” do DDJ, fazendo referência a estudos conduzidos desde a década de 1960, antes mesmo da utilização de computadores no jornalismo, mais notadamente pelo conceito de Jornalismo de Precisão do célebre Phillip Meyer, no livro de mesmo nome lançado em 1973 com base em experiências anteriores. O autor é considerado o criador do termo Computer-Assisted Reporting (CAR), ou Reportagem Assistida por Computador (RAC). A ideia original era o início de uma aproximação entre jornalismo e a metodologia científica, em especial com relação aos métodos quantitativos das ciências sociais, com o uso de hipóteses e amostragem (Gehrke; Mielniczuk, 2017, p. 5). As autoras explicam que os estudos de Meyer inauguraram uma linha tanto relativa à prática quanto à pesquisa no Jornalismo voltadas à utilização de coleta de dados, análise, visualização, e com valorização para a ideia de transparência pública, com uso de bases de dados e estatísticas vindas de organizações de governo (Gehrke; Mielniczuk, 2017, p. 5), mas também da sociedade civil mais tarde, com forte tendência a entender e organizar os e elaboração de histórias e outros materiais jornalísticos a partir desses grandes volumes de dados. Com a chegada dos computadores às redações, o termo Jornalismo Computacional também foi criado à época e, de maneira mais recente apareceram as terminologias para Jornalismo de Dados e Jornalismo Digital em Base de Dados.

Coddington (2015) defende que, na medida em que diversas formas de jornalismo guiado por dados vão se aproximando das práticas nas redações, é necessário que os termos sejam esclarecidos e definidos, não apresentados como sinônimos, mas com olhar sobre as formas pelas quais se apresentam e as implicações para as mudanças nas práticas jornalísticas como um todo. É necessário olhar para a epistemologia dos termos para defini-los e observar suas reverberações teóricas, metodológicas e práticas.

Para pesquisadores, porém, essas questões de definição são fundamentais para analisar as práticas como lugares de significados profissionais e culturais, sem os quais é difícil para um corpo coerente de campo de estudos ser construído. De fato, o nascente campo de estudos na área é comumente caracterizado por

tentativas iniciais em definir essas formas de Jornalismo, cada um dos quais têm sido amplamente e bem concebidos e conceitualmente úteis. Mas tomados de maneira coletiva, eles produziram uma cacofonia de definições sobrepostas e confusas que formam uma fundação instável para pesquisas mais aprofundadas sobre essas práticas” (Coddington, 2015, p. 332, tradução nossa).

Todas essas terminologias - à exceção do RAC, que é anterior - partem de um contexto de uma cultura *open source*, a partir dos anos 1990, em um movimento do princípio tecnológico de que softwares devem ser mais palatáveis, acessíveis e preferencialmente gratuitos, que passou a ser adaptada e aplicada ao Jornalismo. O autor, com base nos estudos conduzidos nos Estados Unidos e na Escandinávia, em razão da disseminação de pesquisas da área, cita que o RAC seria modo de fazer jornalismo voltado para práticas quantitativas até os anos 2000, quando o próprio autor passou a defender a extinção do uso do termo, já que os computadores passaram a ser parte ubíqua não só das redações, mas da vida na sociedade capitalista atual.

A relação entre o RAC e Jornalismo de Dados seria, na análise do autor, uma prática mudada ao longo do tempo, ao invés de práticas contemporâneas passíveis de comparação. Poder-se-ia definir assim: RAC tendo como práticas principais a coleta e análise estatística de dados do Jornalismo de Precisão, com outras aptidões no uso de computadores que se tornaram comuns atualmente, ligado à cultura de *open source* e investigação jornalística; Jornalismo de Dados com ascensão a partir dos anos 2000, com viés investigativo em menor grau que o RAC, convergência entre análise estatística, ciência da computação, visualização de dados, *web design* e reportagem, com participação dos públicos; e Jornalismo Computacional como um fio de práticas orientadas à tecnologia com aplicação de computação e pensamento computacional às práticas de “coleta de dados, criação de sentido, e apresentação de informações” (Coddington, 2015, p. 335, tradução nossa) construídos ao redor de processos cognitivos que envolvem abstração e automação, entre outras etapas do pensamento computacional, em especial com uso de algoritmos.

Assim, o presente trabalho se situa na ideia de Jornalismo de Dados, que é categorizado por Mancini et al. (2015) com uma “dimensão investigativa” intrínseca a esse tipo de prática noticiosa, marcada por busca e/ou estruturação, própria pelos jornalistas, dos dados apresentados nas reportagens publicadas. Aqui, o passado longínquo e recente do jornalismo local produzido em Cuiabá pode pressionar de maneira favorável a uma adaptação de práticas locais ao JDBD.

Nesse contexto, o paradigma do Jornalismo Digital em Bases de Dados (JDBD), como descrito por Barbosa (2007), trata da passagem da terceira fase do jornalismo digital para sua

quarta fase, quando as bases de dados passam a ser preponderantes na produção jornalística. Seja para notícias de consumo rápido, ou ainda, para produtos de maior profundidade: as chamadas reportagens *longform* (Baccin, 2017), e principalmente, em reportagens multimídia, caso típico do conteúdo jornalístico na web.

Em relação ao JDBD, o Jornalismo Guiado por Dados (Data-Driven Journalism), ou apenas Jornalismo de Dados (JD), é uma extensão do paradigma inicial em que os dados influenciam de maneira incisiva a estrutura e a organização do conteúdo jornalístico, além de sua composição e apresentação “de acordo com funcionalidades e categorias específicas, que também vão permitir a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização, a publicação e a circulação de cibermeios dinâmicos em multiplataformas” (Barbosa; Torres, 2013, p. 154). Os autores elencam cinco das principais funcionalidades do JDBD, sendo: 1) integrar os processos de apuração, composição, documentação e edição dos conteúdos; 2) orientar e apoiar o processo de apuração, coleta e contextualização dos conteúdos; 3) regular o sistema de categorização e qualificação das distintas fontes jornalísticas, demonstrando a relevância delas; 4) habilitar o uso de metadados para análise de informações e extração de conhecimento, através de técnicas estatísticas ou métodos de visualização e exploração como o *data mining*. Também assegurando a aplicação da técnica do *tagging*; e 5) garantir a flexibilidade combinatória e o relacionamento entre os conteúdos.

Aqui, entendemos o Jornalismo Guiado por Dados como uma das vertentes, um dos aspectos compreendidos pelo Paradigma JDBD, uma vez que está no escopo de abrangência do seu conceito, sintetizado como sendo: o modelo que tem as bases de dados como definidoras da estrutura e da organização, bem como da composição e da apresentação dos conteúdos de natureza jornalística, de acordo com *funcionalidades* e categorias específicas, que também vão permitir a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização, a publicação e a circulação de cibermeios dinâmicos em multiplataformas. Sendo assim, o Jornalismo Guiado por Dados é compreendido como uma das extensões para o Paradigma JDBD no jornalismo contemporâneo, uma vez que demarca a ampliação das possibilidades de emprego das bases de dados no processo de produção de conteúdos jornalísticos, no seu consumo e circulação (Barbosa; Torres, 2013, p. 154).

O JD seria também algo próximo de uma fusão da cultura dos dados abertos e o trabalho computacional, este último desenvolvido por diversos autores no conceito de Reportagem Assistida por Computador (RAC) desde a década de 1990. Bertocchi (2016) fala do JD como o processo jornalístico partindo do uso dos dados, desde sua captura e curadoria até a visualização para o usuário final nas plataformas digitais.

As bases de dados são o centro da criação jornalística, pois são o modelizante estrutural do texto JBDB. Essas bases podem ainda tratar de dados estruturados, semiestruturados ou não estruturados, de acordo com o modo como são organizados no meio digital, o que influencia também nas possibilidades de análise e combinação das informações ali contidas.

Bertocchi (2016) afirma que os gêneros do ciberjornalismo tendem a se formar seguindo os modelos forjados ao longo da história do jornalismo impresso, tais como, a notícia e a reportagem. Isto ocorre muito em razão da experiência dos próprios jornalistas com os meios e também por uma espécie de acordo com o público, que reconhece naqueles mesmos gêneros, maneiras confiáveis de recepção da informação jornalística. Com a convergência propiciada pelo meio digital, a tendência é que gêneros diversos venham a se fundir, com o nascimento de novos subgêneros. A autora cita o caso do infográfico interativo, uma espécie já presente nos grandes veículos de comunicação do país e até mesmo em outros de menor porte e de alcance regional. Ainda lembra que espécies mais duras como o editorial e o artigo de opinião tendem a não passar por esse processo de hibridização e seguem no meio com nenhuma ou pouca mudança perceptível em relação às características que os marcam historicamente no meio impresso.

Reportagem multimídia e infografia interativa são as duas espécies de maior destaque no meio digital, segundo a autora. No caso da primeira, a utilização dos diversos tipos de mídias disponíveis no ciberespaço como áudio, vídeo, imagem, gráfico e animação, entre outros, dá vantagem por reunir aspectos que são intrínsecos à natureza do meio em que está inserida, com facilidade para estruturação hipertextual. Os infográficos, por sua vez, são “hipertexto em si mesmos” com “enorme polivalência estrutural” e “riqueza expressiva”.

Essas espécies se amoldam de forma natural à narrativa ciberjornalística também por permitirem certo nível de interatividade dentro de um conceito de “liberdade aquiescida”, na qual o leitor tem a possibilidade de fazer escolhas que foram anteriormente delimitadas pelo jornalista enquanto arquiteto da informação naquele espaço virtual. Essa questão revela o conflito constante vivido nas redações jornalísticas em relação ao conceito de autoria, dando ao leitor possibilidades limitadas de intervenção no produto final da narrativa. Assim, não há coautoria entre jornalista e leitor, tornando mais cômodo o trabalho das redações, formatadas para um funcionamento clássico do jornalismo derivado do impresso.

O conceito hibridização proposto por Canclini (1997) deve servir de lente para olhar o jornalismo local aqui tanto do ponto de vista do conteúdo produzido pelas redações, mas principalmente para analisar os processos de transformação cultural que essa prática social vem sofrendo ao longo de sua história, considerando trajetória e localização nos espaços simbólico

e geográfico. São redações localizadas em Cuiabá, Mato Grosso, e que, nesse sentido, passam por influências de forças globalizantes, como o próprio Jornalismo de Dados, ao mesmo tempo em que resistem práticas seculares dentro da produção local de notícias, criando mestiçagens a serem observadas nesta pesquisa.

A digitalização das redações locais, iniciada a partir da década de 1990 (Costa, 2019), a profissionalização da atividade jornalística, influenciada pela criação do primeiro curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso também nesse período, entre outros aspectos da formação profissional e da cultura jornalística que permeia a “ideologia” dos jornalistas conforme proposto por Hall et al. (1993), é algo a ser notado, como já dito anteriormente. Esta pesquisa olha para o contexto da produção noticiosa local, com vista a observar potencialidades do Paradigma JDBD. A pressão do tempo (Wajcman, 2014) sobre o trabalho dos profissionais e as rotinas atravessadas pela midiaticização (Verón, 2014) trazidas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) também devem ser olhadas com cuidado no contexto do jornalismo digital em âmbito local.

Durante a pandemia de Covid-19, o uso de dados no jornalismo ganhou força na medida em que as informações produzidas por órgãos de vigilância epidemiológica se tornaram a maneira pela qual a sociedade brasileira conhecia (ou deveria conhecer, ao menos em tese) a situação e estágio da pandemia. A partir desses dados, foram tomadas decisões sobre o funcionamento social, desde medidas básicas como distanciamento e uso de máscaras em locais determinados, até o fechamento de atividades econômicas e sociais das mais variadas naturezas.

No contexto local, os dados produzidos pelas secretarias municipais de saúde e pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) ganharam destaque diário por meio dos boletins epidemiológicos da Covid-19, noticiados por praticamente todos os veículos locais. Há que se ponderar sobre questões como transparência dos dados divulgados, eventuais problemas nas análises, e, sobretudo, com relação ao contexto de produção desses dados, que é fortemente marcado pela colonialidade dos dados, conforme Ricaurte (2019). Nesse sentido, o processo de datificação pelo qual a sociedade passa, com ampla produção, armazenamento e divulgação de dados sobre os mais variados aspectos da vida humana em escala individual e social deve ser visto com cautela. De modo geral, relações de forças e poder desiguais tendem a ser agravadas com o processo de extração e captura de dados na era do Big Data e da “internet das coisas”. Ricaurte exemplifica:

A perspectiva de nações e comunidades indígenas é raramente considerada em debates sobre agendas digitais. A inclusão digital sob esse paradigma significa conectar aqueles que ainda estão fora do escopo de extração de dados; esse é

o caso de muitas comunidades indígenas em alguns países da América Latina. As consequências da coleta de dados e a participação de grupos marginalizados na economia digital ainda não foram avaliadas. Em muitos casos, populações indígenas estão sendo recolonizadas por meio da dataficação e políticas públicas a respeito da implementação de programas de literacia digital ou políticas de cidadania digital (Ricaurte, 2019, p. 8, tradução nossa).

O processo geracional do jornalismo online que desemboca no Jornalismo de Dados acontece, então, nesse contexto de ampla datificação da vida. Se, por um lado, ampliam-se sobremaneira as possibilidades de pautas e de fazer jornalístico, com a exploração de dados que vão desde aqueles produzidos de maneira oficial por órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, até aqueles extraídos pelas plataformas de redes sociais a partir do comportamento humano nos cibermeios digitais, também podem ser potencializadas as relações de opressão a partir da classificação dos sujeitos em categorias de acordo com o interesse do capital neoliberal, como se verá em subtópico mais à frente.

Antes de discutirmos os processos de plataformização do jornalismo e das colonialidades de dados que o atravessam, porém, é preciso fazer um destaque. Para este trabalho, parte-se do princípio de que o jornalismo é uma atividade tipicamente social e, com sua cultura e ética próprias, tem possibilidade de acontecer, ao menos em sua plenitude, de maneira coletiva. Assim, ao falar de Jornalismo de Dados, é preciso estabelecer que está também se falando de convenções comunitárias, ainda que por muitas vezes o mercado e até mesmo parte da produção acadêmica apontem para um profissional idealizado, o “jornalista de dados”, como um ser humano dotado das mais diversas técnicas e habilidades necessárias à consecução desse conjunto de práticas e teorias. Assim, é preciso falar sobre os profissionais que emergem no que se entende por Jornalismo de Dados e suas consequentes denominações.

Em estudo de Costa, Silva e Lavor (2018), conduzido com profissionais de redações digitais no estado do Ceará, os autores fazem apontamentos sobre a rotina jornalística envolvida no JDBD, que os profissionais associam a investigações - digitais neste caso - e de produção em ritmo mais lento que a elaboração de notícias factuais. Em suas conclusões apontam para a necessidade de formação continuada daqueles considerados como “jornalistas de dados”, sendo que, muitas vezes, a busca e financiamento dos treinamentos necessários à produção técnica envolvida no JDBD não parte das instituições às quais estão vinculados – apesar de os autores identificarem ao menos um caso que se enquadra nessa situação fática –, mas sim dos próprios profissionais, o que faz com que assumam “feições” de “empreendedores de si”. Pontuam, de forma sucinta, com base nos dados coletados, que as concepções dos jornalistas sobre o JDBD

“enfazam a capacidade de interpretação, análise e leitura de cenários da realidade, eventualmente destacando as bases de dados públicas e privadas como elemento caracterizador dessa prática” (Costa; Silva; Lavor, 2018, p. 12), com destaque para as ideias de transparência e de *accountability* (ou responsabilização organizacional, em português). No ideário identificado pelos autores, o Jornalismo de Dados se circunscreve no domínio de “competências de produção”, que permitem ao profissional a execução de tarefas específicas voltadas à produção do jornalismo em base de dados, com técnicas e procedimentos necessários ao desenrolar da rotina de produção.

Registram ainda os informantes da pesquisa cearense, que é positiva a criação de uma editoria ou núcleo exclusivo para reportagens consideradas no contexto do JDBD, “o que favoreceria o desenvolvimento de reportagens com mais aprofundamento e relevância” (Costa; Silva; Lavor, 2018, p. 13). Os apontamentos feitos pelos autores a partir dos dados coletados levam ainda à conclusão, sobre a cultura dos jornalistas envolvidos com JDBD, de que a “investigação” é algo do processo de apuração das reportagens baseadas em dados de repositórios públicos e outros para a revelação de temas, informações e fatos ocultos. Seriam reportagens “especiais”, de fôlego, sem a necessidade de vinculação factual com os demais acontecimentos do dia-a-dia da redação. Opinam ainda que “o desinteresse dos demais profissionais pela formação pode ser relacionado com a noção ainda rudimentar do que seja o Jornalismo de Dados e de sua importância para a prática investigativa” (Costa; Silva; Lavor, 2018, p. 14).

Apesar dessa mentalidade, o que percebemos por meio da pesquisa junto aos profissionais cearenses é um descompasso entre o saber e o fazer jornalismo de dados. Eles são capazes de definir e reconhecer a relevância do Jornalismo de Dados e do Jornalismo Investigativo, porém lhes falta a expertise técnica, a competência de produção para tal, esta que, infelizmente, não será apreendida por mimetismo das práticas de outros profissionais da redação, a exemplo do que acontecia nas redações até a emergência do paradigma do jornalismo de comunicação (Costa; Silva; Lavor, 2018, p. 17).

Nesse contexto, o processo produtivo e as rotinas nas redações digitais envolvidas na elaboração produtos, reportagens e outros atos finalísticos do Jornalismo de Dados pode incluir, além obviamente dos jornalistas, outros profissionais com técnicas e capacidades complementares necessárias às envolvidas na produção noticiosa. São, de maneira desejável, redações com profissionais vindos de formação e experiências das áreas de engenharia, design, webmaster, negócios, arquitetura da informação, experiência do usuário, robótica, desenvolvimento de softwares, estatística, algoritmos, entre outros. Como destacam os autores,

o jornalista, de modo geral, opera nas camadas do *front-end* do sistema, naquelas que serão disponibilizadas para visualização, interação e usos por parte dos usuários. Por vezes, obviamente, jornalistas também congregam parte ou, mais raramente, todas as demais habilidades necessárias a se colocar tais produtos do Jornalismo de Dados em funcionamento. A presença de jornalistas com conhecimentos de programação computacional nas mais variadas linguagens, de estatística e matemática, entre outras necessárias ao JDBD, como raspagem ou coleta, limpeza, análise e outras etapas no processamento de dados em larga escala, também é recorrente.

Com um escopo de maior amplitude, Heravi e Lorenz (2020) realizaram o “The Global Data Journalism”, uma pesquisa via questionário lançada em 3 de dezembro de 2016 e encerrada em 10 de maio de 2017. As datas da coleta de dados aqui são dignas de nota pelo contexto pré-pandemia da Covid-19, quando o distanciamento necessário à prevenção da doença passou a intensificar as relações mediadas por tecnologias da informação e da comunicação, o que, ao menos é de se esperar, pode ter tido impacto no uso dessas tecnologias também na produção jornalística e em suas rotinas produtivas ao redor do mundo.

De acordo com os pesquisadores, dos 181 respondentes do questionário, 51% eram da Europa, 33% da América do Norte, e 16% do “resto do mundo” (tradução nossa), de continentes como América Central, América do Sul, África, Ásia e Oceania. Os Estados Unidos tiveram a maior participação no número de participantes, com 31% das respostas completas, seguido do Reino Unido, com 9%. Além deles, outros com percentual significativo foram Alemanha e Espanha, ambos com 6% e Irlanda e Itália, com 4%.

Os pesquisadores relacionam a localidade dos participantes com a dos vencedores do Data Journalism Awards, entre 2013 e 2016 (a premiação considerada a maior do campo de nível mundial foi substituída pelo Sigma Awards a partir de 2020). A participação de iniciativas brasileiras passou a ser mais significativa a partir de 2020, quando iniciativas e profissionais da TV Globo, do Nexo Jornal, do The Intercept Brasil, Agência Pública, Colaborabot, Fogo Cruzado, Fiquem Sabendo, Estadão e CNN Brasil figuraram entre os selecionados pela premiação²⁰.

Pela pesquisa de Heravi e Lorenz (2020), 86% dos participantes responderam que se consideravam “jornalistas de dados” (data journalists). Metade dos respondentes informou ter formação em técnicas orientadas por dados e em aspectos técnicos como análise de dados, estatística, programação, ciência de dados, aprendizado de máquina e visualização de dados.

²⁰ Lista de projetos selecionados pelo Sigma Awards em todas edições até 2022. Disponível em < <https://sigmaawards.org/projects/> >. Acesso em 13 jan. 2023.

Além disso, 96% tinham graduação, sendo a maior parte em Jornalismo, mas também com ocorrências de Ciências Políticas, Computação/Informação/Ciência de Dados/Engenharia e Literatura, indicando alto nível de educação formal, um aspecto a ser considerado para as potencialidades de redações no JDBD em âmbito local.

Os autores destacam, contudo, a necessidade de cursos para competências orientadas a dados em adição à educação tradicional nessas áreas.

Em termos de habilidades específicas de dados que jornalistas estão interessados em adquirir, RQ3, análise de dados se apresentou como a melhor habilidade, com 64% dos indivíduos expressando interesse em aprender sobre isso. Isso foi por pouco seguido por aprender "como programar/codar" com 63%, e visualização de dados com 51%. As três principais habilidades com dados foram seguidas por outras três habilidades: "como limpar dados", "como desenvolver aplicações guiadas por dados", e aprender "como checar se seus dados são confiáveis", com mais de 48% dos jornalistas expressando interesse em cada (tradução nossa) (Heravi; Lorenz, 2020, p. 34).

Pesquisa mais recente, de 2021, conduzida pelo projeto Datajournalism.com²¹ em parceria com o European Journalism Centre²², 59% dos profissionais eram homens e outros 39%, mulheres. Este último grupo, é, em geral, mais jovem que os homens. E ainda a pesquisa identificou que nove entre 10 jornalistas de dados haviam completado estudos de educação superior. A maioria das matérias foram produzidas durante semanas ou mais de um mês. É “incomum”, relatam os autores, criar uma matéria de JD durante um único dia. E 27% dos profissionais entrevistados fizeram parte de projetos colaborativos no ano anterior à pesquisa. Grupos específicos de Jornalismo de Dados dentro das organizações também são algo importante, sendo que 22% dos respondentes faziam parte de uma unidade do tipo, que tinham normalmente entre 3 e 5 profissionais, ou entre uma e duas pessoas.

A definição de “jornalista de dados” tem sido utilizada para definir aqueles profissionais que atuam nas redações com funções que, de modo geral, vão além das especificações técnicas do jornalismo pré-digital ou mesmo já no ambiente digital, mas com características ainda ligadas às "gerações" anteriores ao Jornalismo Digital em Base de Dados.

A definição é comumente utilizada pelos próprios jornalistas, como uma forma de *branding*, marca pessoal, ou ainda como maneira de se diferenciar dos demais colegas e profissionais que desenvolvem atividades no dia-a-dia da redação que não estejam ligadas à lida com bases de dados, raspagem de dados, técnicas de programação computacional, estatística e outros requisitos técnicos normalmente vinculados ao JDBD. Contudo, aqui

²¹ https://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/survey/state_of_data_journalism_2021.pdf

²² <https://ejc.net/>

defendemos que tal definição, apesar de uma tentativa válida enquanto categorização no mercado profissional do jornalismo, seria, de certo modo, vazia enquanto definição conceitual.

Se o Jornalismo de Dados é algo caracterizado por uma série de práticas interdisciplinares, com certas aptidões necessárias dos profissionais, envolvendo uma cultura específica - um ideário e conjuntos de valores compartilhados – além de produtos com determinados aspectos, um “jornalista de dados” poderia ser, por consequência, e em termos abrangentes e quase utópicos, um profissional que reunisse todas essas marcas identificáveis. Contudo, a chave está no começo do parágrafo. Se o JDBD reúne conjuntos de práticas e técnicas interdisciplinares e, de modo geral, tal jornalismo se faz de maneira coletiva, ao menos naquilo que se projeta enquanto um JDBD “ideal”, não faria sentido que apenas um profissional reunisse todas essas características esperadas de um conjunto de profissionais, técnicas e ainda que, se falando em cultura, se fala em coletividade e produção – e trabalho – enquanto ação coletiva.

Tampouco valeria o exercício de tal nomenclatura para definir aquele profissional que exercesse uma das faculdades necessárias para a concretização do JDBD enquanto conjunto de práticas, com um produto final de características próprias. Fosse assim, um programador que atua na construção de uma plataforma na qual é publicada reportagem ou outro produto tido como JDBD per se poderia ser denominado "jornalista de dados". Longe de querer proclamar que apenas jornalistas de formação poderia receber tal nomenclatura, o exercício de raciocínio nos permite pergunta: um profissional com formação jornalística que colabore na escrita de textos que subsidiam produtos tidos como típicos do JDBD poderia ser chamado de “jornalista de dados”, ainda que não tivesse qualquer participação direta em outras etapas que envolvessem parte de obtenção, estruturação e análise das bases de dados de tal produto? Parece-nos que não. Assim, a utilização do termo "jornalista de dados" enquanto termo mercadológico, e até mesmo como uma espécie de "marketing pessoal", ou de valorização do “empreendedor de si”, em especial levando-se em consideração as infindáveis horas e custos necessários para que sejam formados profissionais capazes de lidar com Big Data - ou outro termo compatível - e de elaborar produtos complexos em meio ao uso de grandes bases de dados, técnicas interdisciplinares e todo o arcabouço que envolve o JDBD, é válida, mas enquanto categoria para definição na bibliografia indica algo sem propósito mais consistente.

3.1 PLATAFORMIZAÇÃO

Os estudos sociais sobre Ciência e Tecnologia buscam olhar e investigar a tecnologia, sua montagem, ou “assemblages” (Wajcman, 2014), a partir de uma perspectiva que se afasta das ideias de neutralidade, de naturalidade ou ainda de falta de intencionalidade, observando as características que atravessam as tecnologias desde sua elaboração pelo ser humano, seus usos por outros seres humanos localizados de maneira histórica, geográfica e com interseccionalidades próprias e coletivas. A corrente tenta se afastar de um certo “determinismo tecnológico”, que viria da ideia central de que a tecnologia causa mudanças sociais como um agente externo, e mudanças de ordem técnica trariam de modo autônomo mudanças no funcionamento da sociedade moderna.

De acordo com essa visão determinista, a tecnologia se apresentaria com uma lista limitada de opções, abraçar de maneira acrítica as mudanças trazidas por ela e seus usos, uma defesa “adaptativa” ou ainda uma simples rejeição. Segundo Wajcman, a ideia dos estudos de Ciência e Tecnologia (Science and Technology Studies - STS) “tem suas origens em uma crença de que o conteúdo e a direção da inovação tecnológica são receptivos à análise e à explicação sociológicas, e para intervenção política (Wajcman, 2014, p. 28, tradução nossa).

O grande trunfo dos STS e sua maior contribuição para entender a inovações, e aqui estamos falando especificamente das tecnologias digitais, sem ignorar que análises similares podem ser feitas relativamente a determinadas tecnologias analógicas em seus próprios tempos históricos e espaciais no globo, seria de demonstrar que esses artefatos tecnológicos são socialmente moldados, e não apenas nos usos, mas principalmente em seu desenho intrínseco e no conteúdo técnico. São, assim, produtos “sociotécnicos” ou ainda “sociomateriais”, em uma possível ligação com o materialismo das ciências sociais, e por isso mesmo são modelados pelas condições nas quais foram criados também nos usos dados pelos atores sociais.

Em outras palavras, tecnologias resultam de uma série de decisões específicas feitas por grupos particulares de pessoas, em lugares particulares, em tempos particulares, para seus próprios propósitos. Como tal, tecnologias carregam a marca das pessoas e do contexto social no qual se desenvolvem. A isso, se segue que escolhas políticas estão embutidas no próprio desenho e seleção da tecnologia (Wajcman, 2014, p. 29, tradução nossa).

Em sentido similar, autores brasileiros vinculados aos “métodos digitais” bebem dessa mesma fonte de pensamento ao se organizar metodologicamente para analisar as tecnologias

digitais em seus estudos. D’Andrea (2022²³), ao falar sobre os estudos relativos a controvérsias no espaço digital, em especial com os chamados “métodos digitais”, busca afastar o pensamento de uma “resposta mágica” seja para a própria ciência, seja para as inovações tecnológicas, em especial as mídias sociais, ou plataformas. Destaca o autor que a tecnociência, nesses casos, é desenvolvida para fins específicos, alinhadas a determinados modelos econômicos ou de negócios, moldados pela lógica da produtividade, e ainda se entrelaçando com diferentes instituições sociais.

As condições dos ambientes digitais, moldadas por esses aspectos, propiciam então o surgimento e o desenrolar de determinados fenômenos, nesse caso as “controvérsias”, amplamente potencializadas por normas, procedimentos e restrições típicas das plataformas. Há de se levar em consideração as dimensões política, normativa, econômica e computacional ao se olhar para a “plataforma”, em oposição à definição de “redes sociais”, que remete de maneira mais enfática à ideia de conexão entre pessoas em diferentes circunstâncias para trocas de comunicação. No caso dos ambientes digitais aqui mencionados, as relações são mediadas por algoritmos, lógicas econômicas e políticas, entre outras que atravessam tais fenômenos na web. Portanto, tudo aquilo que se cria, circula - nasce, vive e morre - em ambientes mediados pelas tecnologias impregnadas por seus aspectos sociomateriais poderá passar por dimensões e consequências específicas a partir do contexto social e material em que foram desenhadas e desenvolvidas.

Aqui vale diferenciar dois momentos diferentes da web. Em uma primeira etapa, desde sua criação até o início de sua popularização pelo mundo, a internet vinha de um contexto de montagem e desenvolvimento – inicialmente também de uso – no qual se via atravessada por subculturas entrelaçadas em sua base de internet primordial, formada por acadêmicos, militares, hackers, comunidades virtuais, uma certa cultura empreendedora, somados a uma espécie de espírito pela “internet livre”, ainda que com determinadas restrições, mas de modo geral de difícil controle.

De acordo com D’Andrea, a criação e amplo uso das Interfaces de Programação de Aplicações (*Application Programming Interface*, ou API) se mostra como ponto chave de mudança no modelo estrutural dos grandes negócios na internet, em especial das inicialmente chamadas “redes sociais”. A possibilidade de interdependências e interconexões ocorrendo de maneira veloz e simultânea nas camadas mais baixas da infraestrutura digital, por vezes longe dos olhos do usuário final, mas com grandes implicações para a reconfiguração dos

²³ https://www.youtube.com/watch?v=NSw2W44LeKI&ab_channel=DecomUFRN

relacionamentos homem-máquina, máquina-máquina e outros possíveis, com a extração de dados ampliando de maneira massiva as possibilidades de entrecruzamento dos bancos de dados, criou o ambiente propício para o fenômeno da plataformação. Para o jornalismo em específico, o ambiente se mostrou por vezes propício a inovações em seus modos de fazer, suas rotinas produtivas e seus produtos finais, e por outras uma complicação sob diversos aspectos a afetar não apenas os modelos de negócios, mas também as pessoas envolvidas em seu desenrolar diário.

A relação entre o Jornalismo e as plataformas é de uma tendência conflituosa, com momentos de aproximação, mas, principalmente, de disputas por poder (Jurno; D'Andrea, 2020). A iniciativa do *Instant Articles* pelo Facebook como medida de atração das empresas jornalísticas para dentro de seu ambiente, passando a funcionar como uma infraestrutura para publicação de notícias sem que o usuário deixasse a plataforma, mostra uma relação de dualidade. Ao mesmo tempo em que as plataformas buscam no Jornalismo a confiabilidade das informações publicadas após processos de apuração, checagem e contextualização no processo produtivo da notícia - e que têm reconhecimento da sociedade por meio da credibilidade, ainda que combatida em seus dias atuais -, as empresas jornalísticas buscam público e maneiras de disseminação de seus produtos, além de novas possibilidades de financiamento em meio à crise econômica instaurada no setor desde o surgimento da internet.

Na busca por engajamento e cliques, há ainda situações em que, por muitas vezes, nas redes, há circulação de cenas de violência que são tipicamente relatadas nos cadernos policiais desde o jornal impresso, muitas vezes com detalhes dos atos criminosos. Em um ambiente amplamente digitalizado, com possibilidade de registros de vídeos, áudios e outros recursos multimídia, o jornalismo poderia fazer uso - e em alguns casos, a depender da linha editorial, o fazem - de cenas explícitas de violência relacionadas ao noticiário. Apesar disso, de maneira geral, o uso de, por exemplo, vídeos de cenas de morte, com sangue e outras que mostram partes do corpo humano sendo dilacerado, são bloqueadas pelas plataformas, o que pode, por vezes, servir de orientação para o Jornalismo Plataformizado, ou organizado em torno e dentro das plataformas - Jornalismo em Plataforma. Eventuais atores jornalísticos que queiram fazer uso desses materiais devem utilizar seus próprios sistemas de publicação para hospedar conteúdos que seriam banidos e poderiam levar até a punições ao próprio agente nessas plataformas. Assim, aqui vale a máxima de que “relevância” ou outras palavras utilizadas por essas plataformas para indicar a seleção feita nas linhas do tempo, nas páginas iniciais e outras de entrega de conteúdo ao usuário não podem ser consideradas como “algo dado”, mas sim construídas com determinados fins e expectativas de uso, que vão ainda agir sobre o próprio

jornalismo, na medida em que incentivam ou desincentivam a produção de determinados conteúdos, com consequências a serem analisadas nos critérios de noticiabilidade e outros aspectos da produção noticiosa.

Para Barretos et al. (2022), as lógicas algorítmicas utilizadas pelas plataformas possuem um “caráter anti-interseccional”, ou seja, tendem a beneficiar e privilegiar experiências que partem da cisgeneridade heteronormativa em detrimento de outras existências. Os processos de hierarquização realizados via algoritmos produzem, então, classificação das produções e dos corpos e sujeitos envolvidos nelas, com a subsequente valorização ou silenciamento daquilo que se encaixa ou não nos padrões fornecidos pelas plataformas. Partindo com conceito de interseccionalidades, as autoras pontuam que nesses ambientes plataformizados há diferenciação no circula a partir de questões envolvendo, não só, mas principalmente, raça, classe, gênero/sexualidade, idade, peso, deficiência e geolocalização. Ao se plataformizar ou se organizar em torno dessas plataformas, o jornalismo tende a acompanhar em alguma medida tais lógicas.

Desse modo, ainda que artefatos tecnológicos e práticas sociais se constituam conjuntamente; usuários e materialidades se coproduzem submetidos a relações de poder díspares (D’ANDRÉA, 2020). Como os bairros (APPADURAI, 2004), as plataformas são espaços contextualizadores e contextualizados pelas práticas sociais. Sua linguagem e políticas são majoritariamente as responsáveis por fornecer os limites e as possibilidades de atuação e subversão em seus espaços, mesmo que usuários impactem as configurações das plataformas com suas práticas (Barretos et al., 2022, p. 82).

Ainda que possa se diferenciar o mecanismo de busca do Google de outras plataformas de redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, entre outras, o trabalho de Noble (2018) serve como orientação empírica para a questão das sociomaterialidades da tecnologia digital e suas consequências para populações já consideradas, historicamente, alvo de opressões e relações desiguais de poder no seio da sociedade - naquele caso, estadunidense, mas de onde se pode tirar algumas ideias importantes para nosso contexto. A autora defende que opressão algorítmica não é simplesmente uma falha no sistema, mas, nos diversos casos analisados por ela em relação ao Google, e em específico no mecanismo de busca, faz parte do próprio sistema operacional da web, ou da web 2.0. Noble lembra a campanha da Memac Ogilvy e Mather Dubai para as Nações Unidas, lançada em 21 de outubro de 2013, que mostrava resultados sexistas de buscas do Google sobre as bocas de mulheres de cor para denunciar a desigualdade de gênero nessa plataforma e na internet mais amplo. Contudo, Noble (2018) destaca que a

campanha dá a entender que os resultados das buscas seriam um problema dos usuários – que estariam reforçando o uso de termos sexistas, fazendo com que os resultados aparecessem em primeiro lugar – e não no mecanismo em si. A ideia de que os algoritmos que movem os mecanismos de busca, nesse caso o do Google, seriam neutros e apenas colocassem em evidência, ou relevância para utilizar um termo querido para as empresas de tecnologia, é algo que precisa ser superado.

É necessário, afirma Noble (2018), que se eduque o público para que os usuários de plataformas de busca conheçam os mecanismos que estruturam essas buscas em suas camadas mais baixas. Podemos fazer uma conexão aqui com a ideia de "literacia midiática". Grupos minorizados não possuem o poder ou capital econômico, político e social para resistir às consequências da deturpação trazida pelos mecanismos. Pessoas marginalizadas e oprimidas tendem a ser “linkadas” ao status do grupo, e há menor probabilidade de que recebam status individual em relação às experiências do grupo com o qual são identificadas. O código computacional, assim, não é uma linguagem neutra e vazia, mas sim cheia de sentido, impregnada de posições.

Noble (2018) aponta a transformação dos corpos das mulheres negras em commodities na web, definida por um sistema tecnológico que não leva em consideração aspectos sociais, políticos e históricos da representação racista e sexista. Essa noção fica escondida sob uma camada de “autenticidade” e suposta ausência de viés dada aos resultados por sua colocação entre os primeiros resultados em uma busca por palavras-chave. O ranqueamento atuaria para camuflar o viés “tornando mais fácil para algumas pessoas acreditar que o que existe na página é estritamente o resultado do fato de que mais pessoas estão procurando por mulheres negras em pornografia do que em todo o resto” (Noble, 2018, p. 44, tradução nossa). Se está em primeiro lugar, é porque é fato – mais digno de confiança - e é mais popular.

A autora segue mostrando que a ausência das palavras “pornô” ou “sexo” nas buscas sobre mulheres negras em resultados que trazem conteúdos com esse teor é indicativa de fenômenos que vêm do âmbito “offline”, de relações sociais que estão profundamente embutidas na materialidade do resultado tecnológico. Noble argumenta que a representação falsa dessas pessoas que é feita de maneira histórica pelas mídias tradicionais é tornada real novamente online e situadas em um “mecanismo autoritário que no qual o público confia: o Google” (Noble, 2018, p. 45, tradução nossa). Nesse sentido, categorias como gênero, classe, poder, sexualidade e outras construídas socialmente interagem entre si em um emaranhado de relações sociais que criam condições para desigualdade e opressão.

No momento em que esta dissertação é escrita, o Congresso Nacional discute o Projeto de Lei nº 2630/2020, chamado de “PL das Fake News”²⁴, que entre outras coisas pretende regulamentar a atuação das plataformas no país. A ideia da proposta de lei é criar “medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais”²⁵ e mira plataformas e redes sociais, além de aplicativos de mensagens como Facebook, Twitter, WhatsApp e Telegram. Desde o começo de 2022, as plataformas têm se lançado no debate público, principalmente por meio de anúncios em espaços físicos e também mala direta a anunciantes, defendendo que o projeto de lei seja recusado pelo Parlamento brasileiro. O Google, uma das plataformas que passaria a ter de cumprir regramento específico com relação à desinformação, algo particularmente importante quando se trata do mecanismo de busca que consagrou a multibilionária empresa estadunidense como uma das principais do ramo de tecnologia, clama que o projeto afetaria pequenos negócios que utilizam as plataformas para manter contato com clientes e vender seus produtos e serviços. Em meio ao debate, é curioso notar a reação desses grupos econômicos contra a regulação.

Um episódio do podcast *Tecnopolítica*²⁶, produzido pelo sociólogo e professor Sérgio Amadeu da Silveira, da Universidade Federal do ABC (UFABC), tratando sobre o impulsionamento vetado pelo YouTube, parte do grupo Alphabet, empresa-mãe do Google teve impulsionamento vetado²⁷. No referido episódio, a pesquisadora Renata Mielli resume a justificativa para a necessidade de se regular a atuação das plataformas no país.

Hoje, a maior quantidade, as pessoas cada vez mais se informam sobre assuntos de interesse público dentro dessas plataformas privadas, que são grandes monopólios internacionais, sobre os quais não há regra nenhuma, a não ser os seus termos de uso, as suas políticas próprias, e isso não é compatível com o ordenamento jurídico e o exercício da própria democracia e de uma esfera pública democrática. (*Tecnopolítica* Nº 139, 2022).

Para este trabalho, importa que as plataformas ainda que sejam uma parte apenas da internet e estejam a priori sob domínio privado, passam a atuar dentro da esfera pública quando atraem ao debate público para dentro desses espaços, e o jornalismo também se desenvolve dentro desses espaços na web com regras próprias e, ao menos até aqui, mínimas regras externas.

²⁴ <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>

²⁵ <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>

²⁶ <https://www.youtube.com/channel/UCDy46jf2mcg8xySzrqV5pxw>

²⁷ <https://theintercept.com/notas/youtube-veta-impulsionamento-de-video-critico-ao-google/>

Rego (2021) propõe pensar a própria existência do jornalismo no cenário atual em meio a uma mudança do que se chama de "regime de verdade", antes baseado em instituições, principalmente no saber e no pensar científico, para outro, voltado a emoções, testemunhos e crenças. Nesse contexto, a pesquisadora destaca, na verdade, que esses outros regimes, baseados não em um "ethos" vindo da historicidade da modernidade de imparcialidade, objetividade e uma certa "cientificidade" sempre estiveram presentes na realidade brasileira.

Embora haja muita pressão em cima das plataformas digitais por parte da sociedade, dos governos e dos congressos para que elas se tornem transparentes e retirem do ar determinados conteúdos, percebemos que atualmente esse mercado se beneficia do poder de negócio das grandes plataformas digitais, tais como Facebook, Instagram, Google, YouTube e Twitter. O modelo de negócios favorece a possibilidade de desinformação e esse mercado, voltado para uma moral conservadora e um retorno ao passado, lucra tanto em termos financeiros quanto políticos (Rego, 2021, p. 224).

As ideias da autora são importantes para tentarmos esboçar linhas a serem pensadas para o futuro do jornalismo enquanto fenômeno na sociedade capitalista burguesa e, no caso deste trabalho para o JDBD local, de forma mais concentrada. A ideia é de aproximar o jornalismo de um diálogo com camadas sociais que jogam sobre as mídias mais tradicionais a pecha de *fake news*, depois que os próprios processos de elaboração do fenômeno jornalístico se desnudaram, ao menos em parte. Jornalismo de Dados, *fact-checking*, letramento para a mídia ou educação midiática, divulgação científica e uma longa série de estratégias, mecanismos e técnicas comunicacionais podem ser articuladas em busca da elaboração uma nova formatação do cenário midiático.

Essas relações devem ser observadas quando olhamos para o jornalismo e para o Jornalismo de Dados, seja no contexto de suas rotinas produtivas, seja nas bases de dados utilizadas para sua produção, e ainda nos ambientes - ou nas ambiências - onde o conteúdo circula.

3.2 COLONIALIDADES DE DADOS

A partir da visada proposta por Quijano (1992), das questões levantadas por Ballestrin (2013) e Ricaurte (2019), é possível observar a questão do colonialismo, ou das colonialidades, e sua vertente de dados no jornalismo digital local com o enquadramento do paradigma do JDBD, conforme caracterizado também por Bertocchi (2016), na cobertura (ou na falta dela)

sobre determinadas questões. E, para este trabalho, com relação ao jornalismo local em Cuiabá, enquadrado na perspectiva do Jornalismo de Dados, e sua cobertura na pandemia.

Quijano (1992) argumenta que o colonialismo se dá por seus aspectos políticos, culturais e sociais de dominação e, ainda que de maneira mais formal no campo político, pode ter se encerrado desde os movimentos de libertação na América Latina, mas a relação entre a cultura europeia ou ocidental segue sendo de dominação colonial. Segundo Cusicanqui (2015; 2018), o colonialismo se reproduz diariamente em suas opressões e silenciamentos, invisibilizando mestiçagens e hibridismos. Trata-se de uma colonização de outras culturas e do imaginário dos dominados em subordinação àquela do Norte global, uma dominação do conhecimento e das formas de expressão. Em parte, um acesso limitado é concedido como forma de sedução do poder para o “desenvolvimento”, para a conquista da natureza. Vale explicar que o Jornalismo de Dados é aquele produzido em meio à ampliação das possibilidades de emprego das bases de dados em uma elaboração, e que tem essas bases de dados como definidoras da estrutura e da organização, além da composição e da apresentação dos conteúdos de natureza jornalística, “de acordo com funcionalidades e categorias específicas, que também vão permitir a criação, a manutenção, a atualização, a disponibilização, a publicação e a circulação de cibermeios dinâmicos em multiplataformas” (Barbosa; Torres, 2013, p.154).

Em uma visada histórica e de sistematização dos conceitos, Maldonado-Torres (2018) descreve que colonialismo pode ser utilizado como formação histórica dos territórios coloniais, e define o “colonialismo moderno” como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta” dos territórios que vieram a ser denominados de colônias no Sul global durante a formação do capitalismo. O colonialismo moderno possui aspectos políticos, culturais e sociais de dominação baseados na racionalidade, com a objetificação do ser humano e os sistemas consequentes disso com a escravidão, o patriarcado, entre outros.

Maldonado-Torres destaca que a colonialidade seria a lógica global de desumanização, com capacidade para existir até mesmo na ausência de colônias formais em razão da categorização criada nesse período, em especial decorrente da ideia de raça, ou da racialização. Defende então, a junção inseparável de modernidade/colonialidade como um binômio no qual o capitalismo moderno não pode se dissociar da colonialidade que o auxilia em sua formação. Perpassam aí raciais, étnicas, de gênero, antropológicas, nacionais, de sexualidade, entre outras, no que o autor chama de colonialidade do “saber, poder e ser”. (Maldonado-Torres, 2018, p. 37)

Essa visão epistemológica eurocentrada e estadunidense descrita passa por transformações na era digital advinda no final do século XX do surgimento de novas tecnologias, em especial das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), não apenas criando novas possibilidades de saber, ser e poder, mas também intensificando relações de poder e colonialidade sobre esses aspectos da vida humana. Sérgio Amadeu da Silveira (2021) pontua que essa transformação digital no capitalismo, ora chamado por suas alcunhas de vigilância, por Shoshana Zuboff, ou de plataforma, por Nick Srnicek, entre outros autores, perpassa um momento do capitalismo neoliberal baseado fortemente na coleta de dados. Há aí uma presença ubíqua das TICs, com a criação de modelos de exploração econômica baseada na extração de dados e na datificação da vida. Surge, então, um novo tipo de apropriação, com a quantificação abstrata por meio de métodos computacionais, com a vida social tornando-se um recurso a ser extraído, as relações humanas sociais transformando-se em dados, e com sujeitos presos a julgamentos feitos com base em seus próprios dados, em uma relação opaca de extração e de permanente rastreamento (Silveira, 2021).

Nesse contexto, o controle passa não exatamente a Estados-nação europeus ou do Norte global, mas a empresas e conglomerados nesses países e regiões do mundo, comumente chamados “big tech”, ou simbolizadas no acrônimo GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Tal situação, argumenta Silveira, limita o desenvolvimento de tecnologias em territórios ao Sul, pois “o epistemicídio não recai somente à racialidade, também integra o regime de verdade da colonialidade que está justaposto com práticas acrílicas e normalizadas pelas infraestruturas de submissão que se baseiam na alienação técnica e são fundamentais para o ordenamento neoliberal em uma sociedade fortemente dataficação” (Silveira, 2021, p. 35).

Sob a perspectiva de colonialidades, o JDBD e o acesso a determinadas tecnologias podem ser vistos como esse acesso aquiescido em contextos marginalizados em relação ao Norte global. Partimos da ideia inicial de que colonialidades e seus diferentes aspectos podem ser vistos em, ao menos, três momentos diferentes da produção e da circulação de notícias. Em um primeiro momento, seus elementos formadores, em especial de raça ou cor, gênero, orientação sexual e identidade de modo geral, podem ser identificados na própria estrutura de produção do jornalismo, com acionamento na seleção dos critérios de noticiabilidade e outras partes do processo de apuração, reportagem, edição e publicação - nas rotinas produtivas do jornalismo. Em segundo, as marcas de colonialidades também podem ser observadas nas próprias bases de dados utilizadas pelo JDBD para elaboração de conteúdos, em especial reportagens. São bases digitais e, como tal, marcadas por seus aspectos sociomateriais do

contexto de produção e criação dos dados. Em um terceiro momento, aspectos de colonialidades podem ainda ser vistos na publicação e na circulação dos produtos jornalísticos por meio de sites e também em plataformas regidas por algoritmos que reforçam ou silenciam determinados conteúdos, a depender de decisões das empresas donas desses respectivos espaços de circulação online.

É preciso, então, tensionar também a elaboração dos próprios conceitos de Jornalismo de Dados, Jornalismo Guiado por Dados, Jornalismo Digital em Base de Dados, produzidos sob uma lógica de racionalidade que pode ser vista como advinda de processos típicos da colonialidade, com base nas ideias de objetividade e precisão, em especial, e em uma certeza sobre os dados como possíveis retratos fiéis da realidade da qual foram extraídos. Os questionamentos e tensionamentos desses dois conceitos, e em especial no caso da objetividade, é um movimento feito por autores e profissionais do jornalismo desde antes do surgimento do Jornalismo de Dados ou mesmo de outras denominações como o ciberjornalismo etc. Conforme Veiga e Moraes (2020) destacam, entendendo o Jornalismo como forma de conhecimento, a "epistemologia dominante" do jornalismo, ainda no mundo offline, foi constituída por meio da criação de hierarquias entre tipos de saberes, de sujeitos e "das formas como passamos a conhecê-los e valorá-los, desde a formação dos países colonizados, passando pelo modo como esses países engendram suas organizações sociais (marcadamente desiguais) sob orientação das estruturas de poder e de saber eurocêntricas" (Veiga; Moraes, 2020, p. 6). O Jornalismo se assenta em valores como objetividade, neutralidade e universalidade, que são base do cientificismo herdado do modelo "modernopositivista-masculinista-racista".

Englobando historicamente o arcabouço conceitual no estudo (e no ensino) do jornalismo, esses vieses trazem implícitas formas que, hoje, podem ser consideradas restritas para os modos de compreensão da realidade, dos funcionamentos do poder e da problematização mais efetiva dos próprios conceitos de verdade, como mais recentemente se propõem aquelas problematizações da chamada "virada linguística", bem como nos sugerem mais aprofundadamente os pensadores decoloniais. Nesse sentido, uma noção de objetividade que não prescindia da subjetividade, bem como o resgate dos sujeitos nos processos cognoscentes que envolvem a compreensão complexa da realidade e das relações de poder-saber são caminhos urgentes para as transformações do jornalismo e de uma melhoria de suas históricas limitações de compreensão das alteridades (Veiga; Moraes, 2020, p. 10).

Como forma de insurgência decolonial, as autoras defendem um "jornalismo de subjetividade", que não tenha como menores, periféricas e não políticas as questões envolvendo pobreza, raça gênero, classismo, preconceito geográfico, e outras, historicamente subjugadas

para fora do Jornalismo centrado na figura de um tipo específico de sujeito universal de herança europeizada.

Ao se pensar as práticas jornalísticas a partir de territórios no que se pode classificar como uma periferia, em sentido expandido, é preciso então repensar os conceitos que embasam o jornalismo e suas teorizações mais recentes. O Jornalismo de Dados e demais nomenclaturas que dão conta das transformações desse fenômeno na atualidade não devem, assim, ser pensadas como uma espécie de panaceia que curaria todas as dores e evitaria uma iminente e urgente decadência. Nesse sentido, é preciso então não assumir nos próprios conceitos de Jornalismo Guiado por Dados que a racionalização por trás da objetividade supostamente trazida pelos dados e métodos digitais, e pela utilização de dados numéricos em reportagens, produtos e afins, vá ser solução para eventuais crises de credibilidade do Jornalismo, ou outras turbulências dessa reunião de práticas em uma suposta pós-modernidade, mas encontrar caminhos que levem em conta subjetividades - ou ainda intersubjetividades - como maneira de entender a realidade e retratá-la no Jornalismo de maneira horizontalizada. É reconhecer as alteridades de maneira atravessada em todo o processo jornalístico, mesmo em suas reconfigurações da pós-modernidade, em suas etapas de coleta, elaboração, edição, publicação, circulação e interação.

Assim, a escolha de alguns dados em detrimento de outros colocaria em xeque a questão de uma objetividade absoluta. A falta de questionamento sobre a origem dos dados, a ausência de dados sistematizados sobre determinados sujeitos e aspectos sociais, uma fraca reflexão sobre as circunstâncias em que os dados foram adquiridos, questões envolvendo o contexto de captura e produção desses dados, entre outras, também são elementos a serem trazidos à baila para problematizar a concatenação de ideias em torno do Jornalismo de Dados para orientar uma possível sistematização desse fenômeno em relação ao conceito de objetividade subjacente ao mesmo.

Algumas mudanças podem ser percebidas nos estudos e nas práticas do Jornalismo de Dados desde os trabalhos inaugurais no campo a partir dos anos 2000. Se de início havia ares de ingenuidade trazidos desde as elaborações feitas em relação à Reportagem Assistida por Computador, ao Jornalismo de Precisão e que acabaram por perpassar o JD como uma espécie de herdeiro desses constructos anteriores, a inclusão de uma perspectiva crítica em relação à questão da ideia de objetividade entremeada ao JD e à confiança nos dados como resposta a crises do jornalismo de modo geral tem beneficiado o debate.

Holanda (2021) compara e traça trajetória a partir do *The data journalism handbook*, de 2001, e da segunda edição do guia lançada 10 anos depois, em 2021, para demonstrar a inclusão

dessa visão crítica como fator que poderia levar o JD na direção de um jornalismo enquanto forma de conhecimento. Com a lupa dos estudos de Adelmo Genro Filho, o autor registra a mudança que parte de abordagens aproximadas do cientificismo e do positivismo se colocam em oposição às subjetividades do "declaratório", simplesmente. Essa noção inicial passou por modificações até se chegar ao que se conhece, hoje, como Jornalismo de Dados e nas perspectivas mais recentes, um JD consciente de seu papel meio ao capitalismo datificado, e ciente de vieses, construções sociotécnicas e outros fenômenos que levam os dados para longe de uma ideia de neutralidade.

Conscientes de que a informação assimétrica é o capital que define a grande divisão social da sociedade da informação, e que a datificação é o processo pelo qual essa economia se estrutura, iniciativas têm surgido com a missão de instrumentalizar os recursos da datificação para o fortalecimento da cidadania, do jornalismo e da democracia. São exemplos de apropriações tecnológicas dos dados os movimentos de “código aberto”, “dados abertos”, projetos de transparência governamental e, mais recentemente, projetos de checagem de dados que focam a diminuição da assimetria informacional entre poderes, capital e público em geral (Holanda, 2021, p. 163).

Na análise do capítulo 6, pontuaremos essa necessidade de enxergar de maneira crítica as formulações teóricas do Jornalismo de Dados e mostramos como os jornalistas de Cuiabá observam (ou por vezes deixam de ter a real noção sobre) a relação de seu trabalho em relação ao Jornalismo de Dados e aos demais fenômenos que discutimos até aqui. A proposta de Holanda (2021) é interessante em especial por traçar uma trajetória da área, ainda que de maneira distante da realidade em Cuiabá e Mato Grosso como veremos à frente, que caminha em direção a uma visão mais crítica para o Jornalismo de Dados, para os dados, e para conceitos tidos quase como naturais. A mudança, quase que uma evolução nos estudos e nas práticas dos últimos 10 anos da área, se mostram moderadamente otimísticas para algo que o autor propõe como o jornalismo dentro do JD como forma de conhecimento. A visão crítica é suficiente? Possivelmente, não, ousamos apontar, em razão dos processos derivados das colonizações e colonialidades, em novos modos de operar no capitalismo datificado, mas pode ser um ponto de partida.

Mais do que focar no efeito, em termos do que existe em termos de JD em Cuiabá, é preciso ir além do “agente opressor” como uma “abstração analítica”, e dar a ver, por meio de entrevistas e da análise de matérias, “a materialidade do processo de exploração colonial” (Albuquerque, 2022, p. 8). Se a colonização é um processo cujo fim é “a exploração econômica de uma sociedade por outra (ou, pelo menos, pelas elites dirigentes e econômicas da sociedade colonizadoras) e se vale do controle político e intelectual como meio para realizar esse fim”

(Albuquerque, 2022, p. 8), tanto os processos de plataformação (verticalizados, desde o Norte global) quanto de definição do que é ou não Jornalismo de Dados tendo em vista uma literatura focada em perspectivas do Norte (ou muito centradas no Sudeste, no caso do Brasil), tendem a manter as possibilidades de produção jornalística com base em dados sob um prisma colonial, uma vez que “autores nacionais também atuam como agentes de um processo de colonização interna, mesmo quando não se dão conta disso” (Albuquerque, 2022, p. 13).

Entender o jornalismo como sujeito de um processo de colonização é atribuir a ele um papel importante como agente de colonização interna. Ele cumpre esse papel quando se torna intermediário de um processo de importação de verdades originadas nos países centrais do processo de colonização global. Entender o jornalismo como objeto de um processo de colonização significa identificar os agentes externos e internos que levam a atividade jornalística de um determinado país a basear suas práticas, métodos, agendas e valores por referência às potências centrais. Para tal, é preciso cultivar um distanciamento crítico em relação às narrativas dominantes sobre o jornalismo. (Albuquerque, 2022, p. 13).

Há um controle político das plataformas e do próprio eixo político econômico do Brasil que marginaliza o Centro-Oeste, onde estão os profissionais e os veículos aqui analisados, em detrimento do Sudeste. Há uma espécie de controle intelectual de quem define/propõe o que é Jornalismo de Dados, nas conceituações advindas do Norte global, mas também em âmbito nacional, com valorização daquelas vindas do Sudeste. Uma ponderação a ser feita é com relação a Brasília que, obviamente, se situa geograficamente no Centro-Oeste, mas, por ser a capital federal, se aproxima mais do Sudeste quando se trata de relações de poder. É preciso abandonar uma perspectiva de definição do jornalismo e do JD unicamente baseada em parâmetros que não são os daqui. Albuquerque diz que “a colonização não é apenas eurocêntrica e não se refere somente ao passado”, há que se atentar para “outro projeto colonial que se encontra em pleno vigor, capitaneado pelos Estados Unidos” (2022, p. 8), o que implica pensar em relações de poder atravessadas por territorialidades, como será discutido a seguir.

4. TERRITORIALIDADES

No capítulo de contextualização desta dissertação, buscamos dobrar o olhar para uma visão historicizada do jornalismo local em Cuiabá e em Mato Grosso, como forma de contextualizar o local dos fenômenos a serem observados, e também de onde parte o sujeito-pesquisador que escreve estas linhas. Agora, colocaremos em jogo a própria definição do "local" no duo com o jornalismo a partir de perspectivas que, pelo que se pretende demonstrar, conotam não apenas sentidos geográficos para tal termo, mas principalmente aspectos geopolíticos e de poder que atravessam os sujeitos e as práticas aqui estudados.

A discussão sobre o conceito de territorialidades serve para situar este trabalho e localizá-lo frente às especificidades que as escalas, tanto do ponto de vista da análise quanto do ponto de vista da própria produção jornalística, têm e que acabam por trazer consequências para as questões teórico-metodológicas e para as práticas profissionais da área. O termo “local” está contido nesta dissertação desde seu título e é preciso aqui destrinchá-lo de forma a atender as características dos fenômenos observados.

Busca-se analisar as definições envolvendo escala do jornalismo, em especial sobre o dito jornalismo local, e os sentidos que o “espaço”, tido num primeiro momento de maneira genérica e abrangente, ligado necessariamente à materialidade do lócus físico e sua concepção mais concreta, mas que pode passar a abranger em termos de espaço informacional – aqui propriamente tomado no jornalismo – e ainda o espaço social de maneiras mais amplas.

De qualquer modo, aqui adotamos a noção de espaço e suas escalas enquanto construções socialmente elaboradas, conforme Aguiar (2016), para explicar as “relações espaçotemporais” que entremeiam a organização político administrativas e diferenciação entre regiões em todo o país, e também que pintam a paisagem midiática, com todas suas implicações históricas. Para discutir as escalas, partimos da questão do princípio da proximidade para enfocar o jornalismo local e as possibilidades de escalas, em interface com os estudos da Geografia, para a escolha de foco de análise e ação do sujeito-pesquisador.

A partir do espaço, a discussão propõe apresentar a questão do território enquanto ligado ao espaço concreto e territorialidade como ambiente de produção da ética e da subjetividade dos sujeitos midiáticos e as questões de pertencimento e afeto em conexão com os espaços físicos e digitais. De uma profunda conexão com o espaço físico e o local trazidos supostamente por uma ideia do jornal impresso em conexão com sua circulação nos ambientes físicos, a comunicação mediada por Tecnologias da Informação e da Comunicação revela novas

desterritorializações, reterritorializações e possíveis multiterritorialidades do corpo biológico humano em contato com outras realidades simultâneas e distantes.

Aguiar (2016), destaca que as escalas como opção metodológica e como fundo de discussão epistemológica para a pesquisa em jornalismo com o viés sobre o local parte de duas noções primárias. Primeiro, a escala cartográfica, que seria uma “representação gráfica” de um terreno ou território no qual há correspondência exata entre cada centímetro retratado e o local concreto no espaço. Em segundo lugar, há a noção de escala geográfica, que diz respeito à percepção e concepção da realidade socioespacial construída de maneira coletiva com determinados recortes. E aqui há que se acrescentar as relações de poder e políticas, e micropolíticas, engendradas no sentido de fazer realizar as escalas nesse contexto, em especial no que diz respeito à paisagem midiática. Aguiar diferencia ainda a escala enquanto fenômeno – o objeto de pesquisa, a escala de análise e a escala de ação do sujeito, e estabelece o conceito enquanto algo socialmente construído, fluido e “contingencial”. A autora critica a extensão de noções escalares tomadas a partir de “grandes veículos” de mídia para estudos que envolvam outros canais em diferentes localidades.

É o que acontece com os estudos de jornalismo quando extraem “leis gerais” da prática profissional a partir da forma como é exercida nas grandes cidades do mundo, sob a ótica da imprensa comercial, fortemente integrada ao capitalismo mundial. Ao observar o jornalismo praticado em outras escalas (regional, local, de bairros) o pesquisador que adota esse ponto de vista tende a buscar os mesmos atributos da escala hegemônica nas demais escalas, e assim acaba interpretando como “anomalias” características próprias dessas outras dimensões do objeto (Aguiar, 2016, p. 47). Assim, ao trazermos os conceitos e práticas do Jornalismo de Dados e de suas demais denominações - Jornalismo Guiado por Dados, Jornalismo Digital em Base de Dados e etc. - para este trabalho, é preciso buscar evitar tal interpretação anômala da realidade local, sob pena da aplicação de um fórceps para o enquadramento das práticas locais sob a égide de tais discussões vindas de outros locais, ou ainda de condenar à morte práticas diversas sob um olhar de potencialidades nulas pela falta de adaptação do arcabouço teórico à realidade material do jornalismo praticado em Cuiabá.

A professora destaca que “região” e “escalas” são termos polissêmicos, “mas inevitáveis para o tratamento de fenômenos e problemas socioespeciais que não podem ser examinados diretamente em sua totalidade, ou que são mais bem explicados por seu fracionamento ou desdobramentos” (Aguiar, 2017, p. 4). Trazendo o trabalho de Haesbaert (2010; apud Aguiar, 2016), a autora elenca as variáveis de estruturas, organização, ordenamento (territorial), causalidade, contexto, singularidades, identidade, conexões, ações, movimentos, velocidade,

sujeitos e atores implicados que se articulam para a construção da territorialidade e dos territórios em relação a escalas.

Aqui se exclui uma equivocada noção de hierarquias entre as diferentes escalas, tomando-as apenas como “um dos atributos para diferenciação” entre os variados jornalisismos realizados. A escala não diz respeito apenas ao recorte feito, ou à extensão do objeto trazido à baila para determinadas análises, mas anuncia principalmente a perspectiva da qual se observa, o ponto de vista a partir do qual se toma as questões a serem abordadas.

Para os estudos de jornalismo, particularmente, uma variável escalar fundamental é a distância, expressa no princípio de proximidade, que rege a seleção e a edição de notícias de interesse local, com base nas relações sociais existentes tanto entre o local do acontecimento e o local das audiências receptoras da sua narrativa quanto das relações da cidade-sede do veículo jornalístico com outras áreas geográficas de influência (Aguiar, 2016, p. 56).

A questão do território antes do desenvolvimento das mais recentes tecnologias digitais, e de maneira mais marcada pela chegada da internet e a era do Big Data, cingia-se de maneira geral à discussão vinculada ao local em alguma medida. À medida em que novos meios de comunicação e de transporte vão sendo desenvolvidos desde o início da era industrial e chegando à era das comunicações mediadas pelo digital, a noção de local e de espaço – assim como a percepção e os usos do tempo – também vão se modificando, com alterações da escala. Fragoso, Rebs e Barth (2011) discutem a questão da desterritorialização a partir da internet, com as conexões possibilitando que o ente físico possa se conectar a outros territórios. E aqui, o conceito que se toma é o de território como aquele ligado ao sentimento de posse ou de pertença dos sujeitos que interagem no e com o lugar, implicando aí também relações múltiplas de poder, conforme as autoras propõem a partir de Haesbaert (2005, apud Fragoso; Rebs; Barth, 2011). Assim, é preciso compreender que “espaços, lugares e territórios são indissociáveis: a materialidade dos espaços se organiza-se em lugares caracterizados geograficamente (por seus limites, não necessariamente materiais) e simbolicamente (por sua identidade e historicidade)” (Fragoso; Rebs; Barth, 2011, p. 2).

Nesse contexto, Aguiar (2016) fala sobre o entrecruzamento entre local, regional, nacional e internacional, e os inúmeros tempos decorrentes dessas relações com durações, velocidades e ritmos de transformação diferentes a depender do grau. A autora problematiza que essa espécie de distanciamento entre o perfil daqueles e daquelas profissionais que estão envolvidos no processo de produção noticioso pode gerar ruídos, distorções entre aquilo que se espera que os públicos estejam dispostos e necessitem consumir, e aquilo que a cultura profissional e os valores-notícia levam a ser, de fato produzido. A essa questão, Aguiar nomeia

de “audiência presumida”, algo que podemos pensar como um tipo de projeção feita sobre a audiência por aqueles profissionais.

Essa proximidade natural com os assuntos de interesse jornalístico talvez seja o principal diferencial entre o jornalista do interior e seus colegas da imprensa local-regional das grandes regiões metropolitanas, onde raramente a equipe dos diários de circulação de massa (classes de consumo B “menos” a D) tem origem no mundo dos leitores desses veículos (Aguiar, 2016, p. 34).

Tal ato é tomado como natural, assim como as identidades de determinadas regiões que podem passar despercebidas ou ainda são ocultadas de maneira mais ou menos intencional a depender do contexto e da intenção em que se comete o ato de tornar opaca a noção de pertencimento a locais como o Sudeste brasileiro, a título de exemplo. No entanto, dentro dessa escala é possível encontrar aglomerados de estados (“macrorregiões”) e agregados de municípios (“microrregiões”), conforme a terminologia do IBGE; e “regiões” tradicionais ou político-administrativas que recortam estados sob diferentes critérios identitários ou pragmáticos (Vale Paraibano, Serra Gaúcha, Recôncavo Baiano, Agreste Pernambucano, Cariri, Baixo Solimões etc.). Abaixo da escala “local”, o termo “região” também é atribuído a divisões intramunicipais e intraurbanas, como distritos, zonas e “regiões administrativas” que aglutinam bairros, comunidades ou povoados (Aguiar, 2016, p. 53). A autora discorre sobre o imperativo de se montar um “quebra-cabeças” escalar com uma proposta de tipologia que, para o “local”, apresenta os níveis internos expressados pelo antecessor e propõe ainda um quarto, de nível mais afunilado. Para se falar sobre os recortes do local, e aqui falando-se da proposta de utilização escalar para possibilidades analíticas da produção jornalística, os autores apresentam o “macro local” como um primeiro nível da escala local, que inclui a metrópole, a região metropolitana e outras semelhantes. Para o “mesolocal”, estariam incluídos o município, a cidade, o centro urbano e outras classificações do tipo. Em “microlocal”, o conceito abarcaria titulações de quarteirão, sub-bairro, bairro, setor geográfico, comunidades rurais, e assim por diante.

Apesar de assentados em Cuiabá, os veículos e profissionais participantes desta pesquisa, poderiam ser localizados no quadro proposto pela autora (Aguiar, 2016, p. 57) como perpassando ora a escala local, com cobertura mais intensificada da região metropolitana da Capital de Mato Grosso, de Várzea Grande, cidade vizinha, e outras do Vale do Rio Cuiabá, ora se comportando como veículos regionais, noticiando acontecimentos e fatos de abrangência estadual, a depender da análise a ser produzida. No caso desta pesquisa, a análise das matérias do Olhar Direto e do Midianews ficam circunscritas aos dados da pandemia de Covid-19, de

modo que se pode falar em uma escala regional, em nível de estado, com os veículos noticiando o quadro da doença em Mato Grosso.

Ainda nessa toada, é possível falarmos na possibilidade de uso do termo “periférico” para jornalismo localizado em Cuiabá, numa escala local, na medida em que situamos tal fenômeno em relação a outros locais, em termos propriamente geográficos. Conforme D’Andrea (2013), mais que local de "pobreza, privação e sofrimento passível de comiserção, a periferia passa a ser um termo utilizado como marcador da presença ativa de populações vistas não sob o signo da fragilidade, mas da potencialidade" (D’Andrea, 2013, p.10). O autor fala de uma ressignificação do termo, saindo do estigma e passando para o orgulho, e discorre sobre a trajetória do grupo Racionais MC's na formulação de uma subjetividade própria do "sujeito periférico", naquele caso em relação às bordas territoriais de São Paulo. A questão que se enuncia, argumenta o autor, é o das definições de “periferia como espaços de representações, práticas e interações sociais moldando formas de vida e experiências vividas” (D’Andrea, 2013, p. 43).

Segundo D’Andrea, o termo passou por transformações vindas em um primeiro momento das discussões dentro da academia durante a ditadura cívico-militar brasileira, em especial a partir dos anos 1970, por meio de autores urbanistas e da sociologia, os principais deles utilizando uma ótica marxista para formular quadros teóricos para explicação da desigualdade territorial e urbana, sendo posteriormente adotado, transformado e ressignificado pelos jovens periféricos por meio de expressões culturais próprias, com o rap, com outros sentidos e figurações. "É nesse momento que ocorre de maneira embrionária a utilização do termo periferia, como uma crítica aprofundada à sociedade e como subjetividade compartilhada e reconhecimento mútuo de uma condição" (D’Andrea, 2013, p. 45).

Para a adoção do termo periférico, é preciso levar em consideração a questão da territorialidade para além do espaço geográfico, e abarcar outros aspectos. Sack defende que “territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social”, e que “as funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo” (1986, p. 63).

O autor relata diversos períodos e contextos para ilustrar os desenvolvimentos históricos e as variações nos usos de territorialidades como espaços de mudança social e nas configurações de poder. Para ele, “alguns efeitos territoriais são universais, ocorrendo em praticamente qualquer contexto e organização social”, outros são específicos a organizações e períodos históricos, e ainda “somente a sociedade moderna tende a usar a gama completa de possíveis efeitos”.

De acordo com Sack (1986), ao narrar a história das demarcações claras de territórios, essas medidas serviriam para estabelecer graus de acesso às coisas no espaço, com intensidades diferentes de acordo com as mudanças trazidas por essas demarcações: se condicionais, com manutenção de espaços comuns, ou se com o traçado de linhas demarcatórias mais fixas e perenes. A criação de territórios seguindo uma lógica do capital em uma sociedade complexa e hierárquica, voltada para a propriedade privada, tem potencial de definir e organizar a participação de grupos e indivíduos dentro dela.

O autor conta sobre as formações territoriais abertas e não-hierarquizadas tidas pelos Chippewa no Norte do continente americano e que foram modificadas pela colonização europeia, de modo que as demarcações feitas, sobretudo pelos ingleses, obrigaram o surgimento de mudanças na forma de organização territorial dos povos originários daquela região.

Aqui, pode-se traçar certo paralelo com relação aos "territórios" digitais na internet. Se num primeiro momento, a formação das redes na web por meio de hubs predominantemente públicos, com forte participação das universidades e do exército na criação da internet, os territórios passaram por transformações com o surgimento das redes sociais digitais, mais tarde tidas como plataformas, que passaram a se organizar em espaços eles próprios independentes, mas interconectados entre si, para colonizar o espaço virtual na web. Não à toa Noble (2018) defende uma espécie de retomada dos espaços na internet tais como públicos, de maneira a garantir ambientes democráticos, de maneira mais enfática com relação a raça e gênero, duas das interseccionalidades afetadas de maneira mais negativa pelas mudanças trazidas pelas plataformas comerciais de agora.

4.1 TERRITÓRIO E JORNALISMO DE DADOS

O Jornalismo de Dados ainda tem aderência razoável no Brasil como um todo, concentrado em veículos de maior porte e nas cidades que mais comumente concentram grandes grupos de mídia no país, com algumas exceções. Entre os veículos digitais, nativos ou com versões dedicadas, os da mídia hegemônica ou grande mídia costumam dedicar uma equipe, um "time", com editoria ou seção específica para publicação de reportagens, gráficos, e outros produtos típicos do JD, mas também com edição de materiais de maneira transversal entre editorias.

A sistematização e análise feitas por Bazzo, Martins e Barbosa (2020) mostram que os estudos sobre o Jornalismo de Dados também são ainda recentes do país e que há literatura insuficiente sobre o tema, de modo que não se pode falar em uma área (ou ainda um subcampo

do Jornalismo) necessariamente bem desenvolvido e bem estabelecido, com algumas indefinições e conflitos típicos da acomodação necessária para se estabelecer como tal. A primeira pesquisa vem a ser publicada em 2007 e a frequência de produção científica sobre Jornalismo de Dados, com aumento no número de artigos dissertações e teses sobre o tema acontece principalmente entre 2016 e 2017 (Bazzo; Martins; Barbosa, 2020, p. 281).

Com dado até julho de 2018, os autores apontam que, até ali, os estudos, principalmente aqueles publicados em artigos, buscavam “conceituar e apresentar exemplos de como este vem sendo incorporado, assim como debater o papel dos jornalistas nesse contexto, ressaltando aí as novas habilidades exigidas dos profissionais no manuseio de dados digitais”. Visualização de dados como uma parte da definição do Jornalismo de Dados também era tema relevante até ali. E, sendo o controle da produção de conhecimento uma das principais formas de poder, é possível aventar que a relação desigual da produção nesse subcampo ou área no país caminha no mesmo sentido das demais assimetrias quando se fala de colonialidades. Há espaço, assim, para a elaboração de teorias e práticas próprias, coerentes com as espacialidades e territorialidades do país de maneira mais geral, mas principalmente em seus territórios os mais diversos.

Quando falamos, neste trabalho, em relação ao Jornalismo local, em Cuiabá, é possível então adotar uma ótica sobre tal fenômeno e seu conjunto de práticas e de profissionais como algo enquadrado como periférico em razão das relações físico-geográficas comparativamente a outros territórios, e conseqüentemente também das territorialidades decorrentes dessas mesmas questões. Em termos específicos do Jornalismo de Dados, não há iniciativas enquadradas nesse conceito propriamente dito em Cuiabá ou em Mato Grosso, e no país também não há uma plethora no ambiente jornalístico de modo geral.

O mencionado anteriormente Sigma Awards, que seleciona projetos de Jornalismo de Dados de todo o mundo, tem cerca de 30 projetos em suas listas anuais desde 2020, além de portfólios e menções honrosas a jornalistas brasileiros envolvidos com produtos guiados por dados²⁸. Desses, oito são de veículos de imprensa dita hegemônica, enquadrados pela premiação na categoria de grandes redações, tais como CNN Brasil, Época, G1, Uol, BBC Brasil, Zero Hora e Jornal do Commercio. As demais são de veículos ou iniciativas independentes como Aos Fatos, The Intercept Brasil, Fiquem Sabendo, Nexo Jornal, Agência Lupa, AzMina, entre outros.

²⁸ Sigma Awards <<https://sigmaawards.org/projects/>>

Mesmo em grandes veículos como Folha de São Paulo, Estadão e o Globo, com tradição vinda do jornal impresso, os portais e mesmo as edições físicas nos últimos anos passaram a ter reportagens e produtos que podem ser enquadrados como Jornalismo de Dados, por vezes com equipes próprias, por vezes com a contratação de freelancers. Veículos nativos digitais de porte dito nacional também têm investido na área, como é o caso do Metrôpoles com seu núcleo especializado em dados, o (M)dados.

Entre as iniciativas de jornalismo “independente”, não ligadas a grandes conglomerados de comunicação nem a grandes portais, o Jornalismo de Dados também se mostra presente no país, e pelos números do Sigma Awards é possível inferir que é nesse tipo de redação que os projetos guiados por dados costumam surgir. A Agência Pública tem seção específica, AzMina produz, entre outros, o Elas no Congresso, o Jota.Info possui diversas ferramentas de agregação de pesquisas e de análise preditiva, o Núcleo.Jor desenvolve reportagens e produtos tipicamente do campo, Gênero e Número, entre outros já citados acima.

Iniciativas locais especializadas em Jornalismo de Dados também surgiram nos últimos anos, tais como Farolete, Painel, CatarinaLab, Catolé, Agência Tatu, entre outras. Em alguns dos casos, são iniciativas que começam a funcionar com algum tipo de financiamento, mas que possuem grandes dificuldades para encontrar um modelo econômico-financeiro viável a médio e longo prazo, o que gera descontinuidade em algumas das produções. No caso de grandes veículos, há também mudanças ao longo do tempo, com iniciativas de editorias específicas sendo montadas e desmontadas nos últimos anos, é preciso ponderar.

A pesquisa do projeto “Datajournalism.com”²⁹, ligado ao Centro Europeu de Jornalismo, citado anteriormente, com entrevistas realizadas entre novembro de dezembro de 2021, identificou ainda que apenas 30% dos mais de 1500 profissionais entrevistados e que trabalham com Jornalismo de Dados estão envolvidos em coberturas locais. Do total de 1.843 respostas, 338 se diziam engajadas em cobertura local. Para os autores da pesquisa, “isso pode ser indicativo de que Jornalismo de Dados pode ser menos utilizado em redações menores e locais, ou de que a produção de noticiário local guiado por dados pode estar limitada à disponibilidade de dados locais confiáveis (tradução nossa)”³⁰.

A concentração da amostra de entrevistados também pode indicar distorções entre regiões do mundo. O Brasil, segundo os autores, foi o país da América Latina com a maior taxa de resposta, representando 2% dos entrevistados. Países como Estados Unidos (11%), Itália (9%), Reino Unido (7%), Espanha (6%) e Alemanha (4%), todos do Norte global, aparecem

²⁹ <https://datajournalism.com/survey/2021/>

³⁰ https://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/survey/state_of_data_journalism_2021.pdf

entre os que tiveram maior número de respostas. Ao todo, 38% dos participantes eram de países de fora da União Europeia e da América do Norte.

Levantamento brasileiro anterior, de 2019, mapeou 52 organizações em todo o Brasil dentro do enquadramento que se considera a partir das definições de Mancini et al. (2016) para o Jornalismo de Dados. Desse total, 23 estavam em São Paulo e outras 13 organizações eram do Rio de Janeiro. As duas cidades - as duas mais populosas do Brasil - possuíam 69,2% das redações identificadas como de Jornalismo de Dados no país.³¹

Em entrevista à newsletter Catolé, ao comentar tanto o estudo da Datajournalism.com quanto a sua própria investigação, o pesquisador Mathias Felipe de Lima Santos pontua que a concentração em grandes capitais é um problema. Ao partir aparentemente do princípio que relaciona jornalismo a conhecimento, o pesquisador afirma na entrevista que os profissionais que têm mais contato com o Jornalismo de Dados e informações de modo geral se concentram em grandes capitais do país, onde há maior acesso à educação. Santos critica a falta de uma “popularização” do JD, em relação à sua não interiorização suficiente para chegar à produção local, e pontua que mesmo a Lei de Acesso à Informação, ao menos em tese, disponibilizando dados de todos os municípios e Estados brasileiros, as reportagens acabam por focar um nível mais abrangente, nacional, ou a nível das cidades onde os veículos estão localizados, a saber São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, em sua maioria. “Isso limita muito a produção jornalística, deixando muitas áreas e muitas regiões abandonadas”, pontua.³²

A partir do tensionamento sobre as maneiras como a questão das territorialidades incidem sobre a produção jornalística e sobre a produção do Jornalismo de Dados, este trabalho ainda deve se debruçar sobre as possibilidades e as potencialidades a serem observadas na produção local em Cuiabá, em articulação com as perspectivas apontadas no capítulo metodológico a seguir.

³¹ <https://ijnet.org/pt-br/story/estudo-apresenta-mapa-do-jornalismo-de-dados-no-brasil>

³² https://catole.substack.com/p/apenas-30-dos-jornalistas-de-dados?s=r&utm_campaign=post&utm_medium=web&utm_source=direct

5. METODOLOGIA

Além da revisão bibliográfica e da conseguinte discussão teórica acerca do jornalismo local, do Jornalismo de Dados e suas imbricações envolvendo plataformização, colonialismo e colonialidades, e também das territorialidades desse conjunto de conceitos e práticas até aqui estudados, a atual pesquisa averigua, por meio de uma combinação metodológica, dados e informações sobre o cenário do jornalismo em Cuiabá, com procedimentos qualitativos. De um lado, o Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), conforme proposta Silva e Maia (2011), visa investigar e levantar notícias, com posterior análise das marcas de produção do jornalismo local, e suas articulações com o conceito de Jornalismo de Dados, e das rotinas produtivas dos dois principais veículos aqui explorados, o Midianews e o Olhar Direto, com notícias de janeiro de 2020 e de janeiro de 2021, num período pré e em outro período de “plena pandemia”, por assim dizer.

De outro lado, as entrevistas em profundidade (Duarte, 2005) buscam encontrar indicativos da cultura e da ética postas em ação pelos jornalistas dos sites locais de Cuiabá que trabalham ou trabalharam nesse período na cobertura com dados durante suas rotinas produtivas, afetos acionados, além de dados sobre suas formações profissionais, conhecimentos, práticas e outras questões envolvendo o contexto profissional e organizacional. Ao final, essa combinação possibilita fazer uma análise cruzada e complementar entre os dados e análises apontados em ambos os métodos utilizados para traçar um “estado de coisas” atual e tentar apontar potencialidades desse jornalismo.

5.1. PROTOCOLO DE ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA

Como uma adaptação da Análise de Conteúdo voltada para as características específicas do Jornalismo, o Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (Silva; Maia, 2011) busca dentro do conteúdo e em indicativos contextuais de veículos noticiosos apontamentos que permitam acessar quais foram os mecanismos e procedimentos mobilizados para a produção das matérias analisadas.

De acordo com as autoras, trata-se de uma proposta de protocolo com perspectivas “menos fracionárias do jornalismo como objeto de estudo”, buscando “dar relevo aqui à construção do acontecimento jornalístico pelas estratégias e técnicas de apuração e composição visíveis no texto” (Silva; Maia, 2011, p. 21). São destacadas três dimensões passíveis de abordagem no processo jornalístico sendo a normativa, com seus aspectos éticos e culturais, a

técnica e a organizacional, que fala das rotinas produtivas em termos de pauta, reportagem, edição, veiculação, prazos, cronogramas, quadro de funcionários, divisão e atribuição de tarefas, demandas comerciais, entre outros (Silva; Maia, 2011, p. 25). O protocolo permite acesso principalmente à terceira dimensão por meio das marcas de produção.

As autoras pontuam que num primeiro nível é possível identificar marcas da apuração tais como assinatura, local de apuração, origem da informação, tipos de fonte, entre outros. Num segundo nível, os produtos são analisados em relação às marcas de composição, tais como gênero jornalístico, localização do texto no veículo, recursos visuais e adicionais– e neste caso a existência ou não de estratégias de visualização de dados, e se houver quais e como foram adotadas.

Com base na vivência deste jornalista-pesquisador, que inclui acompanhamento diário dos dois veículos escolhidos e outros sites noticiosos locais em Cuiabá, este trabalho passou por uma prévia leitura flutuante para a escolha do Olhar Direto e do Midianews. Para esse processo inicial, foi utilizado o mecanismo de busca do Google ainda no período de elaboração do projeto de pesquisa, durante o ano de 2020 de maneira espaçada, para pesquisar dentro desses e de outros veículos locais matérias que tivessem marcas do uso de dados, que citassem Portal da Transparência, Lei de Acesso a Informação, IBGE, e outros termos como “aumento”, “crescimento”, “queda”, que indicassem presença de dados numéricos. Em razão da verificação de presença mínima desse tipo de publicação no Olhar Direto e no Midianews, e em razão de serem dois dos veículos noticiosos locais mais acessados, ambos foram escolhidos. Este primeiro levantamento, porém, foi feito sem uma sistematização das matérias que seriam analisadas.

A coleta de notícias e reportagens para análise por meio do Google, ou mesmo de outros mecanismos testados de maneira preliminar, como DuckDuckGo e Bing, se mostrou problemática. Houve ocorrência de materiais que eram encontrados em determinado momento, e depois pareciam ter sido excluídos, e ainda matérias que continham as palavras buscadas, mas não apareciam nas buscas. As prováveis explicações para ambos os problemas envolvem a infraestrutura tecnológica disponível a esses sites locais que, além de ser por vezes aquém das necessidades de armazenamento de dados, também passa por mudanças em servidores e outros mecanismos que geram perda de notícias e reportagens publicadas.

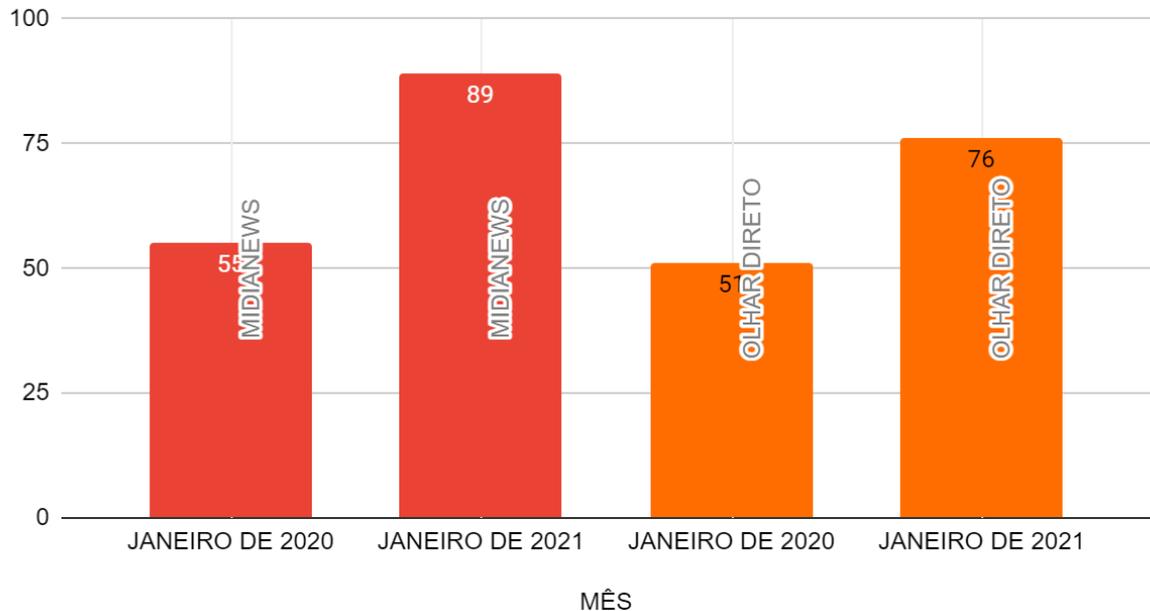
De início, foram feitas buscas nos veículos escolhidos para análise, Olhar Direto e Midianews, com uso de palavras-chave que ajudassem a identificar matérias com uso de dados de fontes como Portal Transparência, Diário Oficial, Mira Cidadão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organizações Não Governamentais (ONG), entre outros que

disponibilizam bases de dados públicos de relevância regional, além de outras que dessem indícios de levantamentos próprios feitos pelos veículos, fosse em 2020 ou em 2021, incluindo ainda palavras-chave relativas à pandemia de Covid-19 e suas fontes mais comuns, como dados da Secretaria de Estado de Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), e outros.

Partindo do protocolo de análise de cobertura jornalística, no processo de elaboração dos procedimentos para selecionar as matérias a serem analisadas, primeiro foi experimentado o uso de buscadores como Google, com os períodos determinados, os seis primeiros meses de 2020 e os seis primeiros meses de 2021. Contudo, conforme Noble (2018), os resultados das buscas passam por filtros também transpassados por questões políticas, de opressão e de silenciamento. As condições de Search Engine Optimization (SEO) dos veículos selecionados também indicam não serem as ideais, já que foram identificadas matérias que estavam publicadas nos períodos escolhidos, mas não apareciam entre os resultados das buscas, ainda que utilizando operadores específicos do Google para direcionar a busca para dentro de cada um dos veículos.

Assim, foi feito um ajuste buscando as matérias com dados de maneira geral, e em específico também com dados sobre a pandemia de Covid-19, em janeiro de 2020 e depois em janeiro de 2021, com uso direto do “Últimas Notícias” de cada um deles, dia por dia, como forma de possibilitar comparações, nos sites Olhar Direto e Midianews, com a conseguinte observação a ser feita com o protocolo de análise de cobertura jornalística para observar elementos nas publicações que dessem indicativos de autoria, fonte dos dados, visualização dos dados, possibilidades de interação e etc.

A busca foi feita dia por dia nas ferramentas de “últimas notícias” de ambos os veículos, observando os materiais nos quais os dados fossem questão central, seja no título ou no “lide”. No Olhar Direto, em janeiro de 2020, foram encontradas 55 matérias com uso de dados nesses parâmetros, e no mesmo mês de 2021, já em plena pandemia, foram 89 publicações. No Midianews, as matérias no enquadramento adotado subiram de 51 em janeiro de 2020 para 76 em janeiro de 2021.

Figura 1 - Comparativo matérias com uso de dados entre 2020 e 2021**MATÉRIAS COM USO DE DADOS**

Fonte: Elaboração própria.

Para a análise com o protocolo de Silva e Maia (2011), porém, foram selecionadas 36 matérias que fossem representativas do uso de dados pelas redações observadas neste trabalho. São matérias que mostram algumas das coberturas com uso de dados mais consistentes desses veículos, mesmo antes da pandemia, como da área de Segurança Pública, de gastos públicos envolvendo figuras políticas, flutuações de mercado e da economia real, em especial preços de produtos de consumo básico diário, entre outros.

Quadro 1 – Matérias Selecionadas

MATÉRIAS SELECIONADAS		
ANO	VEÍCULO	TÍTULO
2020	OLHAR DIRETO	Em um ano, cada procurador do MP recebe de R\$ 435 mil a R\$ 545 mil; veja lista
2020	OLHAR DIRETO	Metade dos suicídios LGBTI+ são de pessoas transsexuais em Mato Grosso
2020	OLHAR DIRETO	Mato Grosso tem 6ª gasolina mais cara do país, aponta Agência Nacional do Petróleo
2020	OLHAR DIRETO	Feminicídios correspondem a quase metade dos assassinatos de mulheres em MT
2020	OLHAR DIRETO	Bolsa Família destina R\$ 24,8 milhões para mais de 145 mil famílias de MT em janeiro
2020	OLHAR DIRETO	MT tem 9,6 mil casos prováveis de dengue e índice de infestação de Aedes aegypti em alerta

2020	OLHAR DIRETO	Emanuel Pinheiro economiza mais de R\$ 230 mi em licitações
2020	OLHAR DIRETO	Área com alerta de desmatamento em Mato Grosso sobe 75%; Estado só fica atrás do Pará
2020	OLHAR DIRETO	Levantamento do El País aponta Jayme como 6º parlamentar mais rico do Congresso
2021	OLHAR DIRETO	Deputados de MT usam R\$ 2,3 mi da cota parlamentar; Bezerra e Barbudo são os que mais gastaram
2021	OLHAR DIRETO	Indiavaí receberá 28 doses de CoronaVac e Cuiabá total de 17.184; veja lista
2021	OLHAR DIRETO	Mulheres se infectam mais por Covid-19 e mortalidade é mais alta acima dos 70 anos; veja gráficos
2021	OLHAR DIRETO	Levantamento aponta que número de infecções por Covid-19 já é quase igual ao do mês de pico; veja gráficos
2021	OLHAR DIRETO	Média de mortes por Covid-19 aumenta e chega a seis por dia em Cuiabá
2021	OLHAR DIRETO	Levantamento aponta queda de 16% nas vendas de veículos novos em MT
2021	OLHAR DIRETO	Pesquisa aponta queda no número de homicídios, roubos e furtos
2021	OLHAR DIRETO	TJ paga em dezembro R\$ 5,9 milhões a 29 desembargadores; juntas, presidente e vice recebem R\$ 288 mil
2021	OLHAR DIRETO	Mato Grosso faz cinco vezes mais testes para Covid-19 em relação à média nacional
2020	MIDIANEWS	MT tem redução de 41% no desmatamento em dezembro
2020	MIDIANEWS	Em 5 anos, MT pagará R\$ 1,8 bi em dívidas avalizadas pela União
2020	MIDIANEWS	Justiça de MT recebeu 54 ações alegando trabalho análogo ao escravo
2020	MIDIANEWS	Desmatamento cresce 189% em dezembro, aponta Inpe
2020	MIDIANEWS	Número de mortes diminui 17% no trecho sob concessão da BR-163
2020	MIDIANEWS	Litro do etanol ultrapassa barreira dos R\$ 3 nos postos de Cuiabá
2020	MIDIANEWS	No 1º ano, Geller, Rosa Neide e Juarez lideram gastos com “cotão”
2020	MIDIANEWS	MTPrev, Segurança e Educação consomem 73,5% da folha de MT
2020	MIDIANEWS	Mendes cumpre três das 27 promessas feitas em campanha
2021	MIDIANEWS	Site mostra que mais de 4 mil cuiabanos já foram imunizados
2021	MIDIANEWS	Com 19 mil habitantes, Chapada gasta mais de R\$ 2 mi com folha
2021	MIDIANEWS	Dez hospitais do interior têm mais de 60% das UTIs ocupadas
2021	MIDIANEWS	Cartórios: mortes por causas respiratórias aumentaram 145% em MT
2021	MIDIANEWS	Prisões por embriaguez ao volante aumentam 210%, segundo PM
2021	MIDIANEWS	Em um mês, mortes por Covid aumentam 2,5 vezes em Cuiabá
2021	MIDIANEWS	Em 2020, feminicídios aumentaram 42% em Mato Grosso
2021	MIDIANEWS	Saúde, Infraestrutura e Educação terão R\$ 2,8 bilhões; veja
2021	MIDIANEWS	Bezerra e Barbudo são os deputados de MT que mais gastaram em 2020

Fonte: Elaboração própria.

No rol de matérias selecionadas, há conteúdos em que é possível identificar se tratar de releases com uso de dados. A publicação de *press releases*, na íntegra ou parcialmente editados, é uma prática comum das redações locais do que se depreende das observações feitas na trajetória desta pesquisa, e que revela indícios também do funcionamento dessas organizações. Há ainda casos que rompem, ao menos em parte, os padrões esperados, tais como o uso de relatos sobre casos específicos para reportar dados de violência de gênero³³ e ainda levantamentos próprios pela reportagem de dados sobre preços de combustíveis³⁴.

As fontes dos dados incluem Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) ou instituições ligadas a ela, como a Polícia Militar, em cinco das 36 matérias selecionadas. A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), o Ministério da Saúde, ou outros órgãos oficiais de governo ligados à área da saúde, como a Prefeitura de Cuiabá, aparecem como fonte de dados em 9 matérias. À exceção de uma matéria do Olhar Direto de 2020³⁵, (Emanuel Pinheiro economiza mais de R\$ 230 mi em licitações), as demais, tanto no Olhar Direto quanto no Midianews, são de 2021, demonstrando a prevalência do uso de dados de saúde ligados, direta ou indiretamente, à pandemia vindos desses tipos de fontes oficiais.

5.2. ENTREVISTAS

A elaboração das entrevistas em profundidade, feitas de maneira semiestruturada, partiu inicialmente da conceitualização feita por Rosália Duarte (2004), por Jorge Duarte (2005) e do guia feito por Marconi e Lakatos (2003), com avanços posteriores por meio das discussões propostas por Marques e Martino (2017).

De acordo com Marconi e Lakatos, trata-se de uma “conversação efetuada face a face, de maneira metódica”, e que seria o “instrumento por excelência da investigação social” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 196). A entrevista serve, a priori, para averiguar fatos, determinar opiniões, sentimentos, planos de ação, verificar condutas e motivos conscientes para opiniões,

³³ "Em 2020, feminicídios aumentaram 42% em Mato Grosso", Midianews, 2021, Disponível em <<https://www.midianews.com.br/policia/em-2020-femicidios-aumentaram-42-em-mato-grosso/391008>>. Acesso em 29, dez. de 2022.

³⁴ “Litro do etanol ultrapassa barreira dos R\$ 3 nos postos de Cuiabá”, Midianews, 2020. Disponível em <<https://www.midianews.com.br/cotidiano/litro-do-etanol-ultrapassa-barreira-dos-r-3-nos-postos-de-cuiaba/367460>>. Acesso em 29 dez. de 2022.

³⁵ “Emanuel Pinheiro economiza mais de R\$ 230 mi em licitações”, Olhar Direto, 2020, Disponível em <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=466031&edt=33¬icia=emanuel-pinheiro-economiza-mais-de-r-230-mi-em-licitacoes>> . Acesso em 29 dez. de 2022.

sentimentos, sistemas ou condutas (Marconi; Lakatos, 2003, p. 196). Podem ser utilizadas entrevistas estruturadas, com um formulário rígido, ou despadronizadas, com liberdade para condução do procedimento. As autoras pontuam ainda que há vantagens, como acesso a segmentos da população dos mais diversos, flexibilidade no procedimento, obtenção de informações mais precisas e de dados que não existem em outras fontes documentais e etc. Entre as limitações, pontuam que a dificuldade de expressão e comunicação, a incompreensão do significado das perguntas, a “possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente”, a retenção de dados importantes com receio da exposição, o tempo necessário para realização, entre outras (Marconi; Lakatos, 2003, p. 198).

A entrevista como método de pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais sofre questionamentos desde sua implementação, especialmente em razão da dificuldade de manutenção de uma objetividade por parte do pesquisador. Duarte (2004) pontua, porém, que o rigor na condução desse tipo de procedimento seria uma forma de manter sua confiabilidade enquanto importante fonte para pesquisas. Desta ainda a importância de uma etapa de planejamento prévio das entrevistas e de sua execução cuidadosa.

Analisar entrevistas também é tarefa complicada e exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias e, principalmente, com uma tendência bastante comum entre pesquisadores de debruçar-se sobre o material empírico procurando “extrair” dali elementos que confirmem suas hipóteses de trabalho e/ou os pressupostos de suas teorias de referência. Precisamos estar muito atentos à interferência de nossa subjetividade, ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação (Duarte, 2004, p. 216).

Quanto à questão do rigor, Marques e Martino afirmam que ele “não está só na descrição dos fatos e dos procedimentos metodológicos desenhados para observá-los, mas na dialogicidade e na dialeticidade (negociação ética com as perspectivas dos pesquisados)” (Marques; Martino, 2017, p. 45). O pesquisador é, então, desafiado em seus pressupostos elaborados a partir de experiências e estudos prévios, “com suas certezas sendo quebradas diante de uma dificuldade em decifrar e entender o modo como cada pesquisado entrevistado pode lidar com determinadas questões e problemas” (Marques; Martino, 2017, p. 45). As referências propõem uma postura na qual “o pesquisador não é e nem pode se comprometer a ser como aqueles que descreve, mas pode desenhar formas de ‘ser com’”, com o oferecimento de uma “escuta atenta e aberta àquilo que pode ser considerado como um saber ‘de dentro’” (Marques; Martino, 2017, p. 45-46).

Nesse contato, o autor desta pesquisa se vê diante de uma espécie de espelho que reflete parte de sua própria existência enquanto profissional inserido no mesmo campo prático em que os sujeitos interpelados nas entrevistas e também enquanto pesquisador. Os dois reflexos são na verdade um só, sendo contraproducente uma tentativa, nesse sentido, de separar um do outro. É a dualidade pesquisador-jornalista. E ainda, na dupla posição, de interpelante e interpelado, que Marques e Martino chamam de “interpelação mútua”. É preciso então reconhecer que o entrevistador, aqui, age muitas vezes por entre os meandros das perguntas como forma de trazer à tona questões da própria experiência e por outras tantas buscar experiências outras que somente essa relação com a alteridade na forma dos sujeitos, e se transformam o próprio pesquisador, a pesquisa e seus participantes no processo, e a potência pode estar mesmo nessa profusão de relações, com seus benefícios e contradições.

É provável que não sejamos mais os mesmos depois da pesquisa, pois não podemos nos isolar para examinar à distância os dados coletados. Ter uma experiência como essa significa permitir um contato autêntico, marcado pelo encontro transformador com a alteridade. Frequentemente, o resultado desse processo de mútua afetação não se reduz à descrição do vivido, mas produz uma intervenção concreta nos universos explorados (Marques; Martino, 2017, p. 38).

As entrevistas foram feitas mediante autorização do Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) Humanidades da Universidade Federal de Mato Grosso, sob o certificado de apreciação ética nº 56225721.0.0000.5690. Ao todo, foram feitas nove (9) entrevistas com jornalistas formados ou em parte final da graduação que atuam em empresas jornalísticas em Cuiabá nas funções de estagiário(a), repórter e editor(a), sendo que foram abrangidos seis veículos. Conforme orientado pelo CEP/Humanidades/UFMT, os nomes dos entrevistados e as iniciativas jornalísticas às quais pertencem estarão omitidos para evitar eventuais constrangimentos aos profissionais nas redações em que atuam. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, em salas dentro das próprias redações, com presença apenas do pesquisador e do entrevistado no ambiente, ou ainda na sala usada pelo grupo de pesquisa Ciclo, do qual o pesquisador faz parte, na UFMT.

Os profissionais passaram por um filtro inicial, feito a partir da análise prévia de matérias em veículos locais e por indicações buscadas de maneira informal pelo pesquisador junto a outros jornalistas, à procura daqueles que tivessem atuado na cobertura da pandemia de Covid-19 e que tivessem trabalhado de alguma forma com os dados da pandemia. Seguindo o que propõe Duarte (2004), foram feitas entrevistas em profundidade com os profissionais para

mapear conhecimentos, práticas, crenças e valores em comum entre eles e também que dialogassem de alguma forma com aquilo que se tinha disponível na bibliografia sobre o Jornalismo de Dados, e ainda com espaço para as problematizações propostas nesta pesquisa.

Foi elaborado um roteiro de entrevistas com 42 perguntas-base divididas em cinco partes ou blocos, de maneira a abranger as seguintes questões: formação e perfil profissional; perspectivas de formação profissional; relação entre jornalismo e tecnologia; Jornalismo de Dados; uso de dados na pandemia, conforme roteiro disponibilizado no Apêndice 1.

Houve aproximação deste jornalista-pesquisador a profissionais que, por meio das notícias e reportagens observadas previamente e também da experiência e vivência em algumas das redações de Cuiabá, faziam algum tipo de uso de dados para o jornalismo em suas práticas diárias. A partir dos primeiros contatos, os próprios entrevistados e outros profissionais indicaram novos sujeitos a serem ouvidos e o processo seguiu assim até que se chegasse aos nove participantes da pesquisa. O contato feito por alguém de dentro da comunidade jornalística claramente facilitou o processo de convencimento dos profissionais para participar das entrevistas, mas por outro lado pode ter inibido algum tipo de resposta mais sensível, ainda que no resultado final não haja uma indícios claros disso. De modo geral, muitas das respostas que viriam de perguntas do questionário que estavam mais à frente apareciam no início da entrevista, revelando certa vontade e ansiedade dos profissionais em compartilhar suas experiências nessas redações. Por exemplo, em um dos casos, um dos participantes abriu histórias sobre processos intensos de precarização vivenciados durante a pandemia de Covid-19, com redução de equipe, cortes de salários e outros procedimentos adotados que levaram a processo de adoecimento mental.

Todo o processo desta pesquisa, em especial as conversas com os demais jornalistas, também serviu para autorreflexão do profissional-pesquisador aqui envolvido, com questionamentos acerca de práticas naturalizadas em relação à velocidade imposta a si próprio e aos demais frente às condições precárias da profissão, às diferentes experiências e formas de viver do jornalismo em sua intersecção com as tecnologias e a datificação, e às apropriações feitas por cada sujeito nesse contexto, entre outras questões.

6. ANÁLISE/CATEGORIZAÇÃO

As respostas dadas pelos nove profissionais ouvidos nesta pesquisa passaram por um processo de seleção em relação à relevância sobre os temas discutidos nesta dissertação e relatos que se destacavam e, em alguns casos, se aproximavam de fenômenos já conhecidos no campo do jornalismo e discutidos anteriormente. O Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística, de Silva e Maia (2011), foi utilizado para classificação de indícios encontrados em 36 matérias do Olhar Direto e do Midianews, dos meses de janeiro de 2020 e janeiro de 2021, de modo a verificar rastros do processo produtivo e indicativos dos modos como é feito o uso de dados por parte dessas duas redações.

Os nomes de profissionais que concederam entrevistas, homens e mulheres, foram substituídos por nomes fictícios de gênero neutro, a fim de não os identificar e como decisão política para o trabalho, já que a identificação de gênero também poderia contribuir para gerar constrangimentos organizacionais, uma vez que as redações de sites cuiabanos contam com equipes muito reduzidas. Os nomes dados foram os seguintes: Alexis (repórter), Dylan (editor), Jude (repórter), Júpiter (editor), Kun (repórter), Lilo (repórter), Nae (repórter), Park (editor) e Zul (repórter).

6.1 FORMAÇÃO: QUEM SÃO OS PROFISSIONAIS QUE LIDAM COM DADOS?

De modo geral, entre as pessoas jornalistas entrevistadas para esta pesquisa, e que refletem em grande parte o perfil dos profissionais que compõem o corpo de estagiários, repórteres, editores, social media, e outras funções ligadas diretamente às funções finalísticas das redações de veículos digitais em Cuiabá, há uma predominância do perfil de trabalhadores e trabalhadoras jovens ou de carreira recente, ainda que alguns passem de uma década de experiência no campo. Das 9 pessoas entrevistadas apenas 2 não tinha completado a graduação e as 7 demais têm formação em curso superior de Jornalismo, Comunicação Social e afins. Em termos de posição ou cargo em suas respectivas redações, seis pessoas ocupavam à época das entrevistas alguma função de reportagem e outras três ocupavam funções na edição da redação em que atuavam.

A pessoa mais experiente tem 14 anos de profissão, duas têm 11 anos no mercado de trabalho do jornalismo, e as demais têm menos de cinco anos de profissão, o que revela o perfil jovem dessas redações e dos próprios profissionais que trabalham com dados. O conjunto de sujeitos aqui ouvidos, portanto, não foge aos processos de juvenização ou juvenilização vivido

no jornalismo a partir do advento do digital, conforme apontado de maneira mais geral na América Latina e nos BRICS por Pasti e Ramaprasad (2016), e de maneira mais específica para Cuiabá e Mato Grosso por Coêlho e Salesse (2021), já trazidos anteriormente.

A prática profissional dos entrevistados teve início, em todos os casos, a partir da graduação no curso de Jornalismo, seja em estágio durante a trajetória no curso em estágios e outros projetos, seja no mercado de trabalho depois de obtido o diploma. Além do jornalismo online, os entrevistados mencionaram passagens por outros tipos de rotina produtiva do jornalismo, como o telejornalismo – tanto em funções à frente das câmeras, como repórteres e outras, e também de bastidores, como pauteiro(a), na produção –, outros tipos de trabalho que envolvem audiovisual, o radiojornalismo ou jornalismo em áudio, o jornal impresso e as assessorias de imprensa.

Além da formação acadêmico-profissional na graduação, há uma busca por cursos de curta ou média duração voltados para a prática do jornalismo em tipos de coberturas específicas ou especializações dentro da cobertura. As respostas trouxeram menções a formações em marketing, social media, jornalismo investigativo, vídeo, jornalismo ambiental, jornalismo local, jornalismo de dados, Lei de Acesso à Informação, jornalismo digital, direito e economia, jornalismo e eleições, entre outros. São profissionais que trabalham diariamente na cobertura em editorias de cidades, polícia, política e meio ambiente, seja de maneira especializada dentro dos sites ou produzindo para mais de uma seção do veículo onde atua. Das nove profissionais, três fizeram menções a cursos envolvendo Jornalismo de Dados, e uma dessas ainda destacou formação voltada à Lei de Acesso à Informação. Outra citou formação em “Jornalismo Digital”. Assim, o que se tem é uma minoria com formações voltadas para as áreas do JD e temáticas afins, sendo que, seguindo uma tradição do jornalismo localizado em Cuiabá já expressada na contextualização deste trabalho, a maior parte lança mão de, artesanalmente ou de maneira autodidata, buscar apreender as técnicas necessárias para esse tipo de produção.

Ao falar sobre Jornalismo de Dados, Big Data, Inteligência Artificial, os sujeitos ouvidos tendem a não enxergar relação direta entre essas elaborações teóricas e sociotécnicas e seus próprios trabalhos diários. Parte da explicação pode estar naquilo que Nae apresentou no questionamento do pesquisador sobre essa ligação.

“Não, infelizmente não (tem essa relação direta). Porque, assim, o período da minha formação, quando eu me formei, eu acho que... claro que o uso de dados e números já existia antes. Mas na minha formação, quando começou a aparecer Jornalismo de Dados, linguagem de programação, inteligência artificial, começou no momento em que eu me formei. Eu tive, então, a minha formação pensada para uma lógica muito mais anterior do que a internet que

a gente... não sei como os teóricos estão situando hoje, essa nova fase da internet, que a gente está entrando hoje, mas a minha formação foi muito mais pensada para essa internet, web 2.0, página de site, vídeo, talvez pegando a reportagem multimídia, mas não tinha essas coisas de Jornalismo de Dados, linguagem de programação, Lei de Acesso à Informação, foram coisas que foram surgindo muito no final, depois da minha formatura. E até no mercado, mesmo atualmente, tirando Jornalismo de Dados e LAI, a gente não teve muita prática, linguagem de programação, inteligência artificial, aqui em Mato Grosso a gente não convive, não vejo nenhum veículo usando isso. Pode ser que algumas reportagens tenham usado, mas não lembro de nenhuma em específico” (Nae, 2022).

Essa narrativa delineada pelo profissional aponta para a formação, ou a falta de contato com as questões envolvendo noções de tecnologia em contato com o jornalismo durante a educação formal dos jornalistas locais. Mais do que questões envolvendo a não profissionalização desses indivíduos em perfis pensados para a imprensa profissional nos grandes centros do Sudeste brasileiro ou do Norte global, que passam pelas habilidades técnicas individualmente desenvolvidas e já discutidas neste trabalho envolvendo a multidisciplinaridade do Jornalismo de Dados, a resposta traz importantes noções sobre a percepção dos jornalistas no que diz respeito a como os artefatos tecnológicos atravessam o fazer profissional. Há, por vezes, uma dificuldade de enxergar silenciosas pressões e opressões exercidas, em especial pelas plataformas no que vamos explorar mais à frente sobre o fenômeno de plataformação.

Por meio do Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística, foi possível captar algumas questões envolvendo profissionais dos veículos jornalísticos locais. Das 36 matérias, 18 eram do Olhar Direto, envolvendo os meses de janeiro de 2020 e 2021, e em todas as publicações desse veículo havia assinatura do profissional responsável, presume-se que sejam repórteres, pela matéria. No caso do Midianews, que contou com outras 18 publicações, as assinaturas variam entre o nome dos profissionais (12), sem assinatura ou apenas uma assinatura “Da Redação” (4), e assinaturas de agências ou outros veículos nos quais o material havia sido publicado originalmente (2), nesses casos tratando-se de republicação de materiais da Agência Folhapress e portal G1. Apesar das assinaturas dos repórteres constarem no material publicado pelo Olhar Direto em sua totalidade, discutimos no tópico 4.4.1 indícios do uso de releases parcialmente reformulados em alguns dos casos.

6.2 PLATAFORMIZAÇÃO

Entre os fenômenos que atravessam o processo produtivo dos sujeitos aqui ouvidos e analisados, é possível destacar indícios de ações tomadas de maneira semiconsciente ou ativa com certa influência da plataformização pela qual passam redações digitais de maneira geral. Para o jornalismo, a relação por vezes conflituosa e por vezes simbiótica com as plataformas, especialmente as de mídias sociais, como relatado por Jurno e D'Andrea (2020), se torna de capital importância para as rotinas produtivas dos jornalistas. É evidente que os autores analisam contextos outros, mais voltados a veículos da mídia dita hegemônica, mas é possível traçar paralelos que apontam para uma relação na qual o jornalismo produzido pelos sujeitos em Cuiabá se vê diante da necessidade de envidar esforços para se inserir nos ambientes informacionais produzidos pelas plataformas como forma de sobrevivência.

6.2.1 Acesso como valor-notícia

O principal indicativo da influência exercida pelas plataformas na gestão do trabalho diário dos jornalistas ouvidos pode ser sentida na forma como acesso e engajamento, ambos obtidos em maior ou menor grau, mas sempre de presente relevância, a depender do veículo, passam a operar no processo de seleção das notícias, ou ainda na seleção das pautas válidas, passíveis de serem exploradas como produto noticioso. Tais decisões sobre a elaboração ou não de uma determinada notícia ou reportagem, sobre a produção das chamadas suítes – matérias que deem continuidade ao assunto de outras anteriores – tanto partindo de editores e outros profissionais em funções de tomada de decisão, quanto de repórteres, pode ser vista aqui sob intervenção das lógicas datificadas engendradas pelas plataformas.

Os valores-notícia são considerados "um aspecto fundamental da cultura profissional", presente na ideologia dos jornalistas como elementos de interação entre o sujeito jornalista e o mundo, operando no nível dos critérios de noticiabilidade - o conjunto dos valores-notícia que "determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia' ('newsworthiness')" (Traquina, 2005, p. 61-63). Ainda que o próprio Traquina elabore o conceito de "notabilidade" como um valor-notícia, mais especificamente enquanto substantivo do acontecimento, ou ainda da "amplificação" enquanto valor-notícia de construção, o regime que se impõe sobre a produção dos veículos digitais aqui tratados e atravessados pelas relações com as plataformas incita a inclusão do fator da quantificação de acessos e engajamento enquanto valor mobilizado pelos jornalistas no momento de seleção e

também nas relações com a organização jornalística, esta última também influenciadora, por óbvio, do que é ou não noticiável.

O acesso como valor-notícia se apresenta, ao que se denota dos depoimentos, de duas maneiras parecidas, mas com características próprias no processo de seleção. De início, um assunto ou uma pauta pode ser pensado ou pensada a partir do acesso como projeção, como projeto daquilo que se imagina que possa se desenrolar por parte da reação dos públicos nas plataformas e nos sites mais diretamente. Tal projeção pode ou não se realizar, com determinadas matérias recebendo a atenção esperada por meio de cliques que levem à página desses veículos e nas interações de usuários nos ambientes das plataformas. Numa segunda etapa, o acesso como valor-notícia pode ainda operar nos critérios de noticiabilidade para a seleção daquilo que pode se tornar um assunto a ser explorado de maneira mais extensiva, com outros materiais sendo produzidos sob outros ângulos, com outras fontes, com repercussão e etc. Tal critério de noticiabilidade se extingue com a redução da atenção. Se os cliques deixam de existir, a pauta deixa de ser notícia.

“Sim, com certeza. Já teve situações em que fizemos pautas especiais em que, apesar do dono do site ter achado que era relevante, um assunto relevante, mas como não deu o tanto de acesso que era esperado pediu para não fazer mais esse tipo de matéria, ou prestar atenção se aquilo ali teria um apelo para os leitores, apesar de ser um assunto interessante culturalmente. E sempre que tem algum tipo de pauta que é muito estrondosa, seja de acidente, seja de crime, de alguma questão política, a gente é estimulado a fazer o máximo de suítes que a gente puder sobre aquele assunto, mesmo que não seja tanto da questão de ter esse valor da notícia, mas como dá essa repercussão acaba ganhando esse valor por causa disso. Teve questões eu achava muito básico que já ganharam muita repercussão e a gente tinha que ficar atrás de uma coisa que eu achava que não tinha tanta relevância assim. Então, sim, existe essa influência, quanto mais acesso, mais matérias a gente faz sobre isso. E aí quando vê que está caindo o interesse das pessoas sobre esse assunto, quando já destrinchou o máximo que podia, aí a gente para e é assim que acontece” (Alexis, 2022).

Além disso, é possível notar também as métricas das plataformas, em especial aquelas relativas aos cliques por matéria, tempo de permanência na página, origem dos usuários, entre outras fornecidas pelo Google por meio da ferramenta Analytics. Nesse caso, os dados e informações apresentados pela plataforma tendem a moldar a editorialização dos conteúdos produzidos, como Dylan relata que “depois a gente começou a ter essa determinação de chamar vídeo no título e não no chapéu, porque nas redes sociais as pessoas olham o título e não o chapéu, e chamar vídeo dá muito acesso”, ao narrar a adoção da ferramenta acima.

“A gente usava o (Google) Analytics todos os dias, até para decidir o que fica na capa ou não. Era com base no Analytics. Às vezes tinha uma matéria mais antiga, mas ela está dando muito acesso, então essa matéria vai ficar na capa, mesmo sendo mais antiga. Se está com muito acesso, a gente consegue fazer um desdobramento dela? Porque o assunto está rendendo muito, então tem que ser feito algo para dar continuidade. Isso pautava a gente no dia-a-dia” (Dylan, 2022).

Denota-se, basicamente em dois momentos, uma modificação da lógica operada por essas redações, se distanciando do modelo básico do jornalismo produzido no Brasil, com forte influência estadunidense, para uma dinâmica diferente, mas voltada para a relação com as plataformas, gestadas numa lógica do Vale do Silício, também em território estadunidense. Os acessos passam a funcionar enquanto valor-notícia no processo produtivo dessas redações tanto para pautar aquilo que será produzido quanto para uma questão editorial, de edição, referente ao que será mantido ou não em visibilidade nas capas dos sites locais.

Tal dinâmica tende a se aproximar mais da maneira de operar dos “trends”, ou “trending topics”, principalmente de plataformas de redes sociais, em especial o Twitter, ao voltar os processos de produção da notícia para aquilo que recebe mais atenção dos usuários, leitores, e etc., num determinado período de tempo. Há uma aparente mudança de paradigma com relação à notícia.

O conceito de “novidade” é, de acordo com Traquina (2005), algo fundamental entre os critérios de noticiabilidade, se tornando ponto central e um valor-notícia substantivo para a produção jornalística de herança estadunidense. A questão da novidade, contudo, parece ganhar novos contornos na relação com as plataformas. Um novo detalhe sobre um acontecimento já noticiado parece ganhar mais importância, sob forte influência das lógicas de “trending”, do que novas históricas ou novos acontecimentos que poderiam ganhar a vida em forma de notícia e espaço na capa dos veículos do mini ecossistema aqui estudados.

Ainda sobre a utilização do acesso e do engajamento enquanto valores-notícia para sua atuação, é possível notar diferentes percepções do mesmo fenômeno a depender da posição em que as pessoas atuam nas redações. Dylan, enquanto pessoa que atua na parte de edição do veículo, dá a impressão de que a questão perpassa mais pela avaliação do que privilegiar na edição da capa do veículo digital e depois ainda como critério para desdobramentos no sentir de “pautar” a si própria e repórteres. Alexis, enquanto repórter, por outro lado, não cita a questão editorial da capa, e se cinge a falar sobre os acessos pautando sua produção de novas reportagens enquanto determinado assunto recebe atenção dos públicos. Ao dizer que “a gente tinha que ficar atrás de uma coisa que eu achava que não tinha tanta relevância assim” (Alexis, 2022), a

pessoa indica ainda possíveis tensões e conflitos relativo ao uso do acesso enquanto valor-notícia frente a seus próprios paradigmas de relevância, muito possivelmente calcados em uma versão mais tradicional da cultura jornalística, pré-plataformas de redes sociais digitais.

E é sempre importante frisar que as decisões tomadas pelos profissionais dessas redações com base nos dados apresentados pelas plataformas, seja o Google Analytics e suas ferramentas de monitoramento do acesso direto aos sites, seja as plataformas de redes sociais e suas métricas de like, engajamento, compartilhamento e etc., são feitas com a presença de uma opacidade algorítmica. Ainda que a oferta de dados de acesso feita pelas big techs aconteça com a promessa de que se tratem de informações fidedignas sobre a movimentação dos usuários em suas plataformas e nos sites de notícias, não há transparência suficiente para garantir que esse tipo de assertiva seja verdadeira. E mesmo que assim o fosse, há aspectos subjetivos da cobertura jornalística e da relação desses veículos de comunicação podem passar despercebidos pelos sistemas de extração e captura de dados engendrados pelas plataformas.

O que é que fica invisível, ou invisibilizado, quando sites locais de notícia passam a operar da maneira descrita até aqui? Alguns indícios captados por esta pesquisa apontam para questões como uma minimização da importância da cobertura sobre a Covid-19 entre os povos originários de Mato Grosso durante a pandemia, e estudos mais amplos que envolvam uma quantidade mais significativa de veículos locais e com maior quantidade de dados das matérias publicadas ao longo de mais tempo podem identificar outros pontos não observados aqui e que podem ter, ao menos em parte, relação com essa interoperabilidade entre sites de notícias e plataformas, com a questão das colonialidades atravessando o fenômeno. Nessa mesma linha, poderia se observar um possível esvaziamento do peso do “interesse público”, algo tido como caro para o jornalismo enquanto pilar da democracia liberal, em meio à valorização de materiais que sigam a lógica plataformizada trazida pelo capitalismo em sua formatação mais atual.

Há, porém, uma consciência por parte dos profissionais ouvidos sobre a falta de espaço para esse tipo de pauta, e da necessidade de incluir essas questões no trabalho diário.

“Acredito que sim, porque é justamente esse olhar de ver... é muito conveniente achar que tanto a pandemia como qualquer outro tipo de doença vai atingir de maneira homogênea a população como um todo. A gente sabe que existem questões, por exemplo, acesso a máscara, a água, a sabonete, o espaço. Existiam uma série de recomendações que dependiam dessas coisas, pessoas que não tinham acesso a essas coisas, obviamente, estavam mais vulneráveis. Então, acho que esse tipo de cobertura é necessária até para que a gente pautar políticas públicas, para que a gente tenha meios de cobrar essas coisas. O jornalismo tem que exercer esse papel social.” (Jude, 2022).

Ainda com resultados do primeiro modelo de procura das matérias, com utilização do mecanismo de busca do Google, é possível apontar para possibilidades de análises. Por exemplo, ao voltar nossa mirada para a cobertura tanto do Midianews quanto do Olhar Direto com relação ao avanço da Covid-19 entre os povos indígenas, pode-se notar certo silenciamento. Cusicanqui define que é preciso reconhecer “o colonialismo como uma estrutura, um *ethos* e uma cultura que se reproduzem dia a dia em suas opressões e silenciamentos, apesar das sucessivas tentativas de transformação radical que pregam as elites político/intelectuais, seja em versão liberal, populista ou indigenista/marxista” (Cusicanqui, 2018, p. 25, tradução nossa). Em uma busca com uso dos termos “covid”, “indígenas”, “coronavírus”, “mortes”, “casos”, “vacina”, “vacinação”, nos seis primeiros meses de 2021, ou seja, quando tomamos o período de “plena pandemia”, tanto no Olhar Direto quanto no Midianews, apenas quatro (4) matérias foram encontradas com o uso de dados sobre o avanço da Covid-19 sobre os povos indígenas de Mato Grosso. Todas elas eram do Olhar Direto, sendo que o Midianews não publicou qualquer material em que os dados em relação aos indígenas fossem centrais. Das quatro matérias do Olhar Direto, três tinham como fonte os dados da APIB, demonstrando a importância da atuação dos próprios indígenas em articulação para dar visibilidade aos casos e às mortes ocorridas nas mais diversas etnias e povos presentes no país.

Ao mesmo tempo, é preciso indicar que a APIB é uma instituição organizada por parte de uma diversidade de povos indígenas, e a relação das matérias e dos jornalistas se dá, então, nesse nível institucional. Não há, ao que nos parece, uma proximidade de jornalistas, de modo geral, com pessoas dessas comunidades, sejam elas indígenas, quilombolas, sejam outros grupos racializados e socialmente minorizados, de modo que não há indícios de seleção de fontes exclusivas ou de monitoramento de comunidades a partir da relação jornalista-fonte desses veículos. Sem um esforço concentrado de escuta ou de uma relação constante com as pessoas que integram tais comunidades, e tornando raros os casos em que há uma aproximação desses sujeitos enquanto fontes possíveis para o jornalismo, há de antemão um direcionamento jornalístico evidente.

Ao falar sobre a questão dos registros online envolvendo identidade, controle e limites do conhecimento legítimo, Noble (2018) argumenta que visibilidade é poder. Tal argumento de Noble é interessante para pensarmos a questão da (in)visibilidade dos indígenas na cobertura online de dados da pandemia nos dois sites de notícias observados e também nas buscas. Ela aponta que as experiências coletivas, direitos e representações de grupos e comunidades racialmente minorizadas - nos Estados Unidos e em todo o mundo - não possuem proteção suficiente online. Resultados de buscas são registros e, como tal, são campo de batalha sobre

identidade, controle e limites do conhecimento legítimo. A visibilidade é poder nesse contexto e, a falta dela, argumentamos, é ausência ou redução desse mesmo poder, seja nas buscas, seja na atenção dada pela cobertura jornalística. A crise sanitária leva a questionar os sentidos atribuídos às “vítimas da Covid” pelos veículos, à concepção de humanidade calcada na branquitude e no apagamento/homogeneização de comunidades racializadas, a quem é direcionado o direito à saúde e à representação midiática, conforme reunido nas tabelas cujos links estão disponíveis no Apêndice 3.

6.2.2 Territorialidade e plataformização

Ainda nesta temática, é de se notar que as relações entre veículos locais de comunicação, e seus trabalhadores em meio a isto, e as plataformas acontecem de maneira assimétrica quando se trata do balanço de poder e de negociação e barganha de um lado a outro. Cuiabá é a capital de um Estado fora do eixo da mídia hegemônica brasileira e os profissionais que trabalham nos veículos noticiosos nesse contexto podem se ver impelidos a modos de operação que tendem ao apagamento de subjetividades próprias, localizadas.

Não se trata, obviamente, de ignorar as materialidades próprias das questões envolvendo território, mas de olhar para essa questão como também incluindo aspectos culturais, em todo um espectro que abarque uma noção relacional e de disputa, já que “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2006, p. 79 apud Zanetti; Reis, 2017, p. 15).

Estamos tratando, portanto, de relações assimétricas de poder na qual, ainda que de maneira por vezes não explícita, quase sutil, a violência sobre as subjetividades se impõe na direção de uma espécie de automatização ou automação do trabalho dos jornalistas, e o apagamento ou achatamento de aspectos culturais próprios gestados localmente ao longo da história recente. Se, como visto no capítulo inicial de contextualização deste trabalho, o jornalismo local em Cuiabá tem entre suas características um certo fazer quase artesanal, tais práticas entram em disputa com pressões dessas tecnologias e da apropriação tecnológica feita de uma maneira específica a ignorar a cultura local das redações.

Nessa relação, possibilidades de encontros intersubjetivos e olhares outros para os dados ficam escanteadas. Há uma espécie de ação difusa a dificultar o olhar crítico para os dados, mas principalmente para os processos sociais nos quais estão inseridos esses profissionais, e sobre os quais poderiam – e deveriam – ser contadas histórias por meio de dados, ou não.

6.3 PRECARIZAÇÃO

Conforme relatado no item 6.1, os sujeitos entrevistados apontaram, de maneira geral, para uma busca por formações complementares àquela tida durante a graduação em Jornalismo. Em sete dos nove respondentes, esses cursos foram realizados por iniciativa e com recursos próprios, na maior parte com indícios de uma visão de investimento pessoal na própria carreira.

Dos seis veículos dos quais havia profissionais entre os entrevistados, apenas em um caso houve indicação de a própria empresa jornalística oferecia algum tipo de formação profissional complementar voltada para as habilidades e conhecimentos necessários para aprimorar as práticas nessas redações. Os relatos são de que há espaço ou alguma flexibilidade para afastamentos, com compensação de horas não trabalhadas nesses períodos, por exemplo, mas não um incentivo como o fornecimento de formações internas coletivas, ou ainda que individuais custeadas pelas empresas.

O depoimento de Park traz relatos sobre precarizações vividas pelos profissionais durante a pandemia de Covid-19 em Cuiabá que podem ainda ser exploradas em comparação com os dados encontrados por Coêlho e Salesse (2021). Em todas as entrevistas há relatos sobre a formação deficitária dos jornalistas locais em relação ao conjunto de técnicas e conhecimentos necessários para lidar com o volume de dados disponíveis num contexto de Jornalismo de Dados, com atenção especial para a falta de incentivo e apoio das empresas jornalísticas para a formação continuada dos profissionais do ecossistema midiático em questão. E inclusive apontamentos sobre formação básica deficitária de parte dos profissionais, com menção a questões de “língua portuguesa” (Júpiter, 2022). A entrevista de Zul reforça quanto à formação também pelo contato com outros colegas, podendo ser comparada à ideia de “Tertúlia” utilizada por Costa (2019) e na elaboração coletiva da cultura profissional dos jornalistas.

6.3.1 Pressão do tempo

Como parte das consequências desse tipo de processo, podemos observar que das 36 publicações selecionadas e analisadas com o Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística, apenas três são reportagens, um tipo de produto jornalístico que demanda maior tempo de produção, e no caso do Jornalismo de Dados também a aplicação de técnicas e conhecimentos multidisciplinares, incluindo aí a necessidade de profissionais que não apenas jornalistas, ou ainda trabalhadores do jornalismo, mas que tenham essas outras habilidades. Das demais 33 matérias, uma é uma nota e 32 são notícias com uso de dados.

Nas entrevistas, questão é trazida explicitamente pelo Dylan ao ser questionado sobre o uso de gráficos em produtos jornalísticos. De acordo com o profissional, “não era tão comum, por causa da correria do dia-a-dia, ter tempo para desenvolver esses materiais especiais, e às vezes saía uma pesquisa e já tinha que soltar porque estava todo mundo soltando, então não dava tempo de produzir esse material que a gente queria” (Dylan, 2022).

Outra profissional registra que as redações vivem “nesse mundo ‘live’, a gente vive nessa pressão de tempo” como fator para a falta de condições para produção mais elaborada de notícias e reportagens. Tais pressões podem vir das plataformas de redes sociais, e nesse caso há de se pontuar a citação ao perfil “Perrengue MT”³⁶, que apesar de publicar conteúdos produzidos por terceiros nas plataformas reúne conteúdos com potencial noticiabilidade e acaba por pautar os sites em relação às editorias de Cidades, Cotidiano e etc. A pressão de tempo também aparece como vinda de editores e encarregados superiores nas relações de trabalho dentro das redações, e ainda de veículos concorrentes, com a disputa pela publicação antes, como uma noção de “furo jornalístico”.

“Então, sei lá, o Perrengue MT publicou um vídeo faz 10 minutos de um acidente que aconteceu ali, aí você já tem que estar nervosa ali procurando a pauta para sair antes que o site tal, ou o site não sei o quê, então eu acho que não só das redes sociais, mas dos próprios concorrentes dos outros sites e dos editores, a gente tem essa pressão sim de trabalhar contra o tempo, contra as redes sociais para conseguir tentar acompanhar de alguma forma, então é uma pressão constante” (Alexis, 2022).

A resposta é sintomática de redações pressionadas pela precarização e por uma certa “automatização do trabalho” em detrimento da reflexão. A resposta menciona informações e materiais vindos das mídias sociais – pautas em potencial – inclusive de páginas locais destinadas a disseminar conteúdo recebido de outros usuários como “Perrengue MT”, misturando conteúdo informativo sobre acontecimentos da cidade – em especial Cuiabá, mas também de outras localidades em Mato Grosso – com elementos de humor. O aparecimento de vídeos e imagens sobre acontecimentos pauta os veículos, obviamente em graus diferentes a depender de critérios adotados na linha editorial e dos sujeitos envolvidos, para além da concorrência entre os próprios veículos locais.

Ao ser questionada se a pressão viria de superiores, como editores, o que poderia apontar para outras questões mais relacionadas a constrangimentos, relações trabalhistas e outras que

³⁶ <https://www.instagram.com/perrenguematogrosso/>

se desenvolvem dentro das redações, a profissional foi específica em indicar que se trata da relação entre sujeito e as plataformas.

“É ao que vem de informação (das redes). Já teve questão de meta aqui (de número de matérias), mas eu era estagiária e não entrava tanto nessa cobrança. Hoje em dia não tem, mas você fica com isso na cabeça, de tentar produzir o máximo possível e isso prejudica um pouco em algum momento, porque talvez pudesse estar trabalhando em uma matéria um pouco mais longa, mas aí você fica nervosa de querer entregar o máximo de matéria possível, mas hoje em dia a maioria das cobranças é de rede mesmo, de receber um vídeo, uma mensagem que seja, e ter que correr para apurar e soltar antes de todo mundo ou tão rápido quanto todo mundo” (Alexis, 2022).

Alexis ainda lamenta que, apesar de ter sido extinta no veículo no qual trabalha a prática de cobrança de meta no número de matérias por dia para cada um dos jornalistas, a situação deixa um vulto de pressão sobre os profissionais por produtividade. A mistura da pressão por tempo e da produtividade medida pelo quantitativo de materiais produzidos no dia é uma mistura peculiar. Para este profissional, “você fica com isso na cabeça, de tentar produzir o máximo possível e isso prejudica um pouco em algum momento, porque talvez pudesse estar trabalhando em uma matéria um pouco mais longa”, e a pessoa fica “nervosa de querer entregar o máximo de matéria possível”. Atualmente a pessoa pondera que “a maioria das cobranças é de rede mesmo (materiais das redes sociais), de receber um vídeo, uma mensagem que seja, e ter que correr para apurar e soltar antes de todo mundo ou tão rápido quanto todo mundo” (Alexis, 2022).

Outra pessoa entrevistada, que atua na posição de edição de um dos sites locais, menciona a questão das metas de número de matérias como algo ainda corrente. Ao dar exemplo para pensar a questão do Jornalismo de Dados, o profissional cita a questão de “oito matérias por dia”, se referindo às oito horas de jornada de trabalho enfrentada por parte dos profissionais apesar da legislação e acordos coletivos do Sindjor-MT ditarem o máximo de sete horas diárias.

“Esses seis repórteres têm que produzir cada um, vamos supor, oito pautas por dia. Significa que a minha produtividade tem que ser esse volume mínimo de matérias no dia. Se isso não chegar, então está me dando uma informação de que a galera não está produzindo o que eu preciso. Então, isso é transformar o dado em uma informação, e tomar a partir daí medidas. É o que eu penso” (Júpiter, 2022).

Como visto no processo de plataformização, porém, também há interesse por parte do jornalismo em trabalhar com as plataformas de redes sociais em busca de audiência para seus

produtos. O mesmo profissional cita como benefícios dessa relação a “interação das pessoas com as nossas matérias”, lembra diferenças entre publicações que se restringem ao site e aquelas que vão para as redes, “No Instagram tem muito essa interação com os leitores, então eu acho que para você conseguir ser visto sendo jornalista, conseguir que a sua notícia alcance ali um público bom, você tem que ter alguma rede social para publicar ela, principalmente Facebook e Instagram” (Alexis, 2022).

Júpiter também indica o tempo, ou a falta dele, como justificativa para a ausência de produções mais elaboradas entre as publicações feitas por essa pessoa e seus colegas. A fala é feita de maneira mais específica sobre a relação com as plataformas de mídias sociais.

“O meu ponto de vista de desvantagem é justamente a necessidade de estar antenado o tempo todo. Eu acho que isso é um esforço a mais que às vezes impede de você se dedicar com mais profundidade a determinada coisa, porque você tem que estar de olho nas coisas. A gente não consegue estar 24 horas por dia de olho em tudo, e isso pode ser determinante para você sair na frente. Então acho que essa opressão das redes nessa coisa da... ‘vambora’, ‘já deu aqui, temos que fazer logo’, isso é ruim para a qualidade final” (Júpiter, 2022).

Aqui é possível trazer novamente Wajcman (2015), em consonância com a utilização pelos próprios profissionais de termos como “pressão” e “opressão” das tecnologias midiáticas no dia-a-dia de seu fazer profissional, para demonstrar como o tempo digital é “percebido, organizado e negociado em situações comuns do dia-a-dia” (Wajcman, 2015, p. 15). Ainda que se possa avaliar que a percepção da ação algorítmica sobre suas vidas não seja uma compreensão mais ampliada, ou até mesmo completa, as falas dos profissionais revela que há, sim, uma boa noção sobre a aceleração tecnológica enquanto motor não de uma facilitação da vida, com a sobra de mais tempo para atividades de lazer, descanso, cuidados familiares, e outras esferas da vida, ou até mesmo para a produção de reportagens e investimento em produtos jornalísticos com maior grau de complexidade na elaboração, mas sim da tecnologia como agente da aceleração do ritmo da vida e as precariedades decorrentes desse processo. Pelas falas ouvidas, ainda não se pode apontar exatamente para processos de resistência ou ressignificação da relação com essas tecnologias, ou mesmo sobre apropriações diversas, mas a percepção do problema pode ser um ponto importante na caminhada nesse sentido.

Wajcman (2015) fala sobre esse conceito de paradoxo da pressão por tempo, conforme a mudança também da espacialidade com as múltiplas presenças do digital na vida humana. Apesar da sensação de que estamos cada vez com menos tempo em razão da aceleração das relações sociopolíticas atravessadas em especial pelas mudanças tecnológicas, o tempo gasto

para atividades humanas, em especial para o trabalho propriamente dito, pouco mudou, segundo estudos trazidos pela autora. Contudo, o tempo que a tecnologia imprime e demanda é construído assim como outros aspectos da produção tecnológica, ou, aqui arriscamos inferir uma extensão do conceito, para a produção jornalística enquanto trabalho atravessado pelas tecnologias de seu tempo. A autora fala sobre a invasão do lazer pelo trabalho com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e como elas tendem a ter mais impacto na sensação de pressa do que o ritmo acelerado dentro do ambiente de trabalho, per se. Wajcman, porém, critica visões que dizem que as TICs fazem o trabalho colonizar todo o tempo fora do trabalho de forma indiscriminada, e fala sobre impactos diferentes a depender da posição social do sujeito.

Assim, pode haver diferença nas consequências dessa pressão do tempo sobre o trabalho de diferentes profissionais a partir de questões como gênero, classe social, sexualidade, deficiência, entre outras que não são exploradas mais a fundo neste trabalho, até mesmo em razão da necessidade de anonimizar as pessoas entrevistadas. Contudo, é possível identificar uma diferenciação

“A gente ouve muita coisa, mas a gente aprende muita coisa fazendo. Então, ouvi sim falar muito sobre métricas, Jornalismo de Dados, mas é tudo tão, pelo menos no online, é tudo tão corrido que você muitas vezes não tem tempo de analisar a importância ou o significado do que você está fazendo. Você analisa o que você precisa fazer e em quanto tempo você precisa fazer, porque o online tem isso, essa coisa do urgente, do hoje, do agora, então não tem muito tempo. **Quando eu trabalhava no impresso eu tinha mais tempo de pensar no todo**, no que estava fazendo, nos dados, porque tinha mais tempo” (Dylan, 2022, grifo nosso).

A fala revela uma interessante contradição sobre as possibilidades da existência de um Jornalismo de Dados, conforme as definições trazidas do Norte global ou da academia brasileira mais voltada ao sudeste. O JD é um fenômeno ou campo dentro do jornalismo específico da web, e só pode existir nesse contexto em razão de suas características básicas, tais como interação, automatização de processos, além do próprio uso de bases de dados digitais. Dylan (2022), porém, ressalta que o tempo para desenvolver suas atividades com uso de dados era mais, digamos, alongado, em uma função anterior desenvolvida em outro meio, o jornal impresso, também em Cuiabá.

6.3.2 Impactos sobre a (falta de) multimídia

Um dos profissionais que concederam entrevista, Kun, fala ainda de forma crítica com relação ao uso de dados e multimídia para a produção jornalística, pontuando que tais recursos podem não ser relevantes ou adequados de acordo com o objetivo estipulado para o produto.

“Se for uma matéria que você pretende ser esse tipo de matéria que pode tocar a pessoa, eu evito um pouco trabalhar com dados. Se não, às vezes pode acabar mecanizando muito assunto. Se for um assunto sensível, você ficar só botando gráfico, fica muito mecânico, acho que eu prefiro optar mais por um jornalismo... não chega a ser literário, mas mais ‘corridinho’” (Kun, 2022).

Por meio dos dados levantados com protocolo e a Análise de Cobertura Jornalística podemos observar uma possível relação entre a pressão do tempo discutida neste trabalho e relatada pelos profissionais e a utilização de recursos visuais e/ou de exploração dos dados nas 36 matérias selecionadas. A fotografia estática é o recurso presente em todos os materiais, e aparecendo sozinho em 22 das notícias e reportagens aqui analisadas. Nas demais, as matérias são compostas também por gráficos estáticos (3), por listas (5), por tabelas estáticas (3), e ainda possuem links para outros endereços (3) como recurso para acessar a visualização dos dados citados no texto. Para este último caso é interessante notar que se trata do uso de dados de terceiros que normalmente não estão hospedados dentro dos Sistemas de Gestão de Conteúdos (ou Content Management System, CMS, do inglês).

A questão da visualização de dados tem sido tratada como premente na categorização do Jornalismo de Dados, sendo um dos principais pontos para diferenciação entre este e o que Vasconcellos, Mancini e Bittencourt (2016), entre outros, classificam de Jornalismo com Dados. Os autores colocam gradações em níveis saindo deste último para o primeiro, e a visualização, ou infografia, é parte das dimensões comunicativas do Jornalismo de Dados, composto ainda por dimensões investigativas e interpretativas (Vasconcellos; Mancini; Bittencourt, 2016, p. 16-17).

A aplicação da visualização de dados de modo pleno e de outras potencialidades do digital nas redações aqui estudadas depende de possibilidades materiais, como infraestrutura acesso à internet de qualidade, equipamentos atualizados e com capacidades condizentes com a necessidade de processamento desses dados, e de qualificação dos profissionais, sejam vindos do jornalismo e outras áreas que trabalhem de maneira conjunta no JD. Nessas duas frentes, o cenário observado aqui é de escassez, o que faz com que visualização de dados e outras potencialidades existentes no digital sejam pouco exploradas, perdendo fôlego em uma caminhada que se aproxime desse paradigma. Há ainda dificuldade para investimento em

determinadas ferramentas, tendo em vista que os públicos também compartilham dos problemas estruturais para a digitalização, tais como acesso de baixa qualidade à internet, a leitura de conteúdos jornalísticos exclusivamente via smartphones. A utilização de certos recursos poderiam ser uma espécie de “tiro no pé”, dificultando o acesso dos leitores aos conteúdos produzidos pelos veículos locais.

Nesse contexto, apesar de falarmos e identificarmos claramente indicativos de que, sim, essas redações passam por processos de plataformização, ou ao menos de organização das rotinas em torno das plataformas, em especial as de redes sociais, ainda não há uma estratégia clara para visualização desses dados de forma multimidiática, para além da foto, nas redes. O incentivo para formação dos profissionais nessa direção é praticamente inexistente, recaindo sobre os próprios jornalistas certa “obrigação” de buscarem por si próprios cursos que lhes deem ferramentas para lidar com o JD e o digital.

“Não acho que é uma questão de acesso, é claro que precisa muitas vezes ter dinheiro para comprar um curso ou algo assim, mas eu acho que é mais uma questão do tempo mesmo. Porque, no meu caso, trabalho oito horas por dia, fazendo oito matérias por dia, eu chego 10 horas da noite, que é a hora que eu encerro, minha cabeça já está ‘não aguento mais, não quero pensar. Shut down’. [...] Nessa rotina às vezes é bem complicado você pensar em se aprofundar em uma coisa que vai exigir bastante de você” (Jude, 2022)

A interação é incluída por autores como Barbosa e Torres (2013) e Heravi e Lorenz (2020), entre outros, como faceta do Jornalismo de Dados tanto em sua definição teórica quanto parte das práticas profissionais que acompanham essa atividade jornalística no ambiente da web. Entre as entrevistas, é possível destacar um depoimento em particular que traz uma noção, ainda que superficial, da necessidade da interação enquanto componente da prática diária do jornalismo em Cuiabá.

“Eu acho que, eu não sei explicar direito o porquê, mas eu acredito que sim porque a gente vê uma diferença até na interação das pessoas com as nossas matérias. A gente publicando só no site, às vezes a matéria não tem tanto acesso, não tem nenhum comentário, mas aí você vê no Facebook e tem 100 comentários, a pessoa abre uma discussão ali nos comentários, no Instagram a mesma coisa. No Instagram tem muito essa interação com os leitores, então eu acho que para você conseguir ser visto sendo jornalista, conseguir que a sua notícia alcance ali um público bom, você tem que ter alguma rede social para publicar ela, principalmente Facebook e Instagram. Apesar de o Facebook não ter tantos adeptos assim, mas é nessas horas que a gente se impressiona com o tanto de pessoas que interagem nessas publicações.” (Alexis, 2022).

A necessidade de interação com o leitor se apresenta como imperativa para as narrativas dentro do Jornalismo de Dados, “pois, se ele não se movimenta, clicando nos links e escolhendo o que lerá ou verá em seguida, a narrativa para” (Barbosa, Torres, 2013, p. 9). A percepção da pessoa entrevistada citada anteriormente registra consciência dessa questão, ainda que de modo ainda incipiente. Pela resposta, é possível perceber também que a interação, especialmente envolvendo plataformas, e a resposta dos públicos, pode perpassar uma característica da formação cultural desses jornalistas com uma interface para o reconhecimento do próprio trabalho, de “ser visto sendo jornalista”.

6.3.3 Incentivo e estrutura

De modo geral, os nove profissionais ouvidos relataram algum tipo de busca, em graus maiores ou menores a depender da situação, por cursos em áreas afins com o jornalismo, ou ainda para práticas profissionais e desenvolvimento de técnicas e conhecimentos complementares àqueles aprendidos durante a graduação, conforme introduzido no tópico 4.1. Contudo, essa formação adicional vem, de modo geral, de uma busca dos próprios sujeitos em direção a aprimoramentos e atualizações profissionais, sem que haja um trabalho programático via de regra para formação contínua por parte das instituições que abrigam esses profissionais. O compartilhamento de oportunidades entre os próprios jornalistas, sem que isso passe por instâncias decisórias das redações, também aparece como possível indicativo de uma “cultura” entre os profissionais na direção desse investimento em si. Há, claro, exceções.

"No ***** sim, porque tinha um programa voltado para isso. Não é nada obrigatório, eles dão cursos para reciclagem, alguns pagos, outros de graça, mas tem essa possibilidade. Isso desde cameraman até o cara que dirige o carrinho, tem um programa para isso. Aqui, não. Acho que em redações pequenas funciona assim: a gente manda o link, 'ah, saiu isso aqui', 'esse documento é massa', então tem essa coisa de compartilhar, mas de fornecer, não" (Zul, 2022).

Ao se referir a “redações pequenas”, a profissional fala sobre a enorme maioria das instituições jornalísticas que trabalham no ambiente digital a partir de Cuiabá. Apesar de não haver dados completos para os 81 veículos online sediados em Cuiabá, o Atlas da Notícia 2022 mostra que de 37 redações com informações disponíveis, 21 possuem entre 1 e 5 colaboradores e outras 5 possuem em 6 e 9 colaboradores. Na próxima faixa, de 10 a 29 colaboradores, há 7 veículos, e apenas 2 com mais de 30 colaboradores, e ainda dois blogs, que são veículos pessoais com um único colaborador. Assim, o cenário é de redações com números relativamente baixos de profissionais, ou seja, de força de trabalho humana para fazer frente às demandas noticiosas.

Apesar de não ter sido objeto específico das entrevistas com os profissionais, é possível apontar, pelo conhecimento próprio do pesquisador enquanto jornalista deste mesmo cenário vivido pelos entrevistados, que a situação de infraestrutura tecnológica, algo primordial para o desenvolvimento de práticas do Jornalismo de Dados em suas mais diferentes nuances,

A materialidade da tecnologia em termos de computadores com alta capacidade de processamento, infraestrutura de internet, e outros itens básicos para esse tipo de prática são problemáticos nas redações às quais nos referimos neste trabalho.

Assim, ainda que haja profissionais dispostos e que busquem conhecimento para desenvolver produtos multimídia, ou algo que se aproxime das caracterizações do Jornalismo de Dados conforme os paradigmas elaborados no Norte global e trazidos ao Sul, a realização desse tipo de trabalho se vê dificultada, acontecendo de maneira esporádica nas brechas encontradas muitas vezes pelos próprios sujeitos.

6.4 ENTRE DATIFICAÇÃO E EXTRAÇÃO NO CONTEXTO CUIABANO

Conforme pontuado no item 4.2.1, a relação entre os veículos aqui estudados e as plataformas tem nos veículos uma influência que pode ser verificada nas elaborações feitas pelos profissionais ao relatar uma busca por direcionar o trabalho jornalístico, não de maneira generalizada mas com gradação que não pode ser ignorada, na tentativa de obter melhores respostas com número de cliques, acessos, engajamento e outras métricas. É preciso trazer que também há nessa relação um processo de extração ou extrativismo de dados perpetrado pelas plataformas na direção dos sites noticiosos.

Durante, Kröger e La Fleur (2021) apontam que extrativismo seria “uma maneira particular de pensamento e as propriedades e práticas organizados em direção ao objetivo de maximização de benefícios por meio da extração, que traz em seu rastro violência e destruição (Durante; Kröger; La Fleur, 2021. p. 43, tradução nossa). Relatam os autores que a lógica do extrativismo se apresenta ao longo da história como formadora de nações, impérios e países, tendo na globalização um incentivador, e com o avanço tecnológico produzindo um papel significativo na transformação de ontologias, práticas, espirituais, de reciprocidade, ou baseada no sagrado, de relações com o meio ambiente e o planeta (Durante; Kröger; La Fleur, 2021. p. 35). É uma lógica que se utiliza da violência para cumprir seus propósitos, seja ela aplicada de maneira mais visível e brutal, seja em opressões mais sofisticadas, como podemos exemplificar nos processos de datificação e extração de dados em curso atualmente, com o jornalismo passando por processos semelhantes em relação ao Jornalismo de Dados e suas vertentes.

De um lado, pode-se indicar que, no processo produtivo da notícia, os próprios bancos de dados utilizados por ter sido obtidos em relações de datificação extrativista, a depender das comunidades e sujeitos de quem se extraem esses dados, ou ainda de acordo com os mecanismos operados para tal extração. Com relação aos sites, é possível ver o outro lado desses processos de extração, com plataformas como Google e seu *Analytics* se valendo dos dados de acesso para oferecimento de soluções em busca de lucro, ou plataformas de redes sociais como Instagram, Facebook e Twitter usando esses mesmos dados para posicionar de maneira mais ou menos relevante as notícias, reportagens e outros pedaços de informação publicados ali, de acordo com seus interesses econômicos tendo as organizações jornalísticas como clientes.

Em outra dimensão, é possível pensar que, em algum grau, o trabalho dos profissionais dessas redações locais também passa por processos de extração mobilizados a partir dessas empresas de tecnologia. Em último grau, o labor diário de estagiários, repórteres, editores, fotógrafos e administradores de redes sociais e outros trabalhadores dessas pequenas redações é extraído sob formas diversas, inclusive das pressões sobre o tempo relatadas anteriormente, para alimentar as demandas algorítmicas das plataformas.

6.4.1 O JD a partir da percepção de jornalistas de Cuiabá

É possível observar as respostas em relação ao eixo de perguntas sobre Jornalismo de Dados em específico para a discussão sobre como os profissionais enxergam esse conjunto de teorias e práticas em seu contexto produtivo, e também os valores e conceitos subjacentes mobilizados para o JD. Ainda, as pessoas entrevistadas são profissionais que atuam em um número considerável, seis, como dito anteriormente, dado o pequeno ecossistema midiático existente em Cuiabá em termos de veículos digitais e trazer noções sobre as práticas disseminadas entre os sites de notícias locais.

À pergunta “Está familiarizado(a) com o conceito de Jornalismo de Dados? O que você entende por isso?”, de modo geral as respostas giraram em torno de explicações sobre a prática de uso de dados, principalmente numéricos, disponíveis em fontes públicas como Portal Transparência dos respectivos níveis do Poder Público, com o jornalista funcionando como uma espécie de tradutor dos dados para os públicos.

Das nove pessoas entrevistadas, seis responderam elaborações que ditavam que Jornalismo de Dados seria o uso de dados para embasar matérias jornalísticas, sendo que dessas uma foi no sentido de que seria necessário ao jornalista tornar esses dados acessíveis - se referindo às fontes do Poder Público - duas responderam mais especificamente que seria transformar dados em informação, ou ainda informação relevante. Uma resposta associou

Jornalismo de Dados, além da prática de reportar com o uso de bancos de dados, a uma prática de “Jornalismo/TI”, ou seja, fazendo ligação com uso de ferramentas tecnológicas. Outras duas mencionaram etapas mais específicas do uso de dados tais como extração, análise, “decupagem” e “estudo” para torná-los compreensíveis ao público em reportagens.

Ainda que seja possível tensionar os pressupostos de sua elaboração, pelo exercício da discussão, é possível trazer à baila aqui a matriz de classificação do Jornalismo de Dados elaborada por Vasconcellos et al. (2016). Ao analisar as dimensões investigativa, interpretativa e comunicativa desse conjunto de práticas, os autores apresentam um quadro de cinco níveis saindo de uma classificação “5” de jornalismo com dados para “1”, que seria o Jornalismo de Dados propriamente dito. As descrições feitas pelos profissionais entrevistados tocam em pontos da interpretação dos dados no texto e da estrutura da base de dados - quando falam em extração e análise - de maneira geral. Etapas de visualização de dados e de elaboração própria das bases de dados são menos relevantes nas argumentações desses profissionais ouvidos.

Em seguida, os sujeitos foram questionados sobre sua familiaridade com os conceitos de Big Data e Inteligência Artificial, e se acreditavam que isso se relaciona de alguma forma com o Jornalismo. Dos nove, apenas um foi taxativo ao responder que não via relação direta com esses dois conceitos, e os oito demais deram respostas que buscavam elaborar alguma relação indireta com o jornalismo, apontando para os avanços tecnológicos da área profissional, mas indicando que eles pessoalmente não tiveram contato direto com essas questões para dar respostas mais apropriadas.

À pergunta “Crê que de alguma forma seu trabalho se relaciona com esse conceito (Jornalismo de Dados)?”, apenas dois jornalistas responderam que não viam uma relação direta, sendo que uma resposta foi firme no sentido de acreditar que não praticava o Jornalismo de Dados ou algo similar, e outra disse que não tinha relação, mas ponderou que seria por falta de formação.

Além desses dois, outros quatro afirmaram que viam uma relação parcial ou que às vezes produziam matérias que poderiam se enquadrar como Jornalismo de Dados. E três responderam que com certeza ou sem dúvida seus respectivos trabalhos mantinham relação direta com esse conceito e os conjuntos de práticas do JD. Entre as respostas que fizeram uma relação “superficial” entre sua prática diária e o JD destacamos aqui uma em que aponta para o uso de ferramentas como Portal da Transparência e a função do jornalista como tradutor dos dados ali apresentados.

“Acredito que de uma maneira superficial, talvez. Querendo ou não, a gente utiliza mecanismos mais automatizados, não vamos ali tão na raiz ali do negócio de onde a gente poderia extrair informações. Tem aquilo, nada é feito para facilitar a sua vida. Você entra em um Portal da Transparência, você olha aquilo e você fala, ‘ok, cadê o que eu preciso?’. E tem todos aqueles mecanismos de buscas, mas alguém que entende como aquilo funciona talvez tenha uma facilidade maior de achar o que está procurando. Mas eu acho que você procurar ali com o que está à mostra também é uma forma de exercer isso” (Jude, 2022).

A fala aponta para parte da formação do jornalismo local em Cuiabá retratada no primeiro capítulo desta dissertação e no contexto da profissionalização da área na capital mato-grossense. Tendo o primeiro curso de Comunicação Social com bacharelado em Jornalismo surgido há pouco mais de 30 anos, e com a recentíssima criação do primeiro Programa de Pós-Graduação da área, além da pouca disponibilidade de cursos presenciais de curta duração para formações específicas, a atuação profissional das redações locais acontece muitas vezes por meio de um certo “autodidatismo”, um improviso voluntarioso por parte dos profissionais na busca por informações que possam lhes garantir dados para apoiar reportagens mais voltadas a atender o interesse público do jornalismo em âmbito local.

Outra série de respostas que pode ser trazida para esta análise prévia trata da pergunta feita com relação aos conceitos subjacentes à construção teórica do Jornalismo de Dados. As entrevistadas foram questionadas “Como você vê a importância de valores como precisão, rigor e objetividade nas suas condições de produção jornalística diária?”. Vale dizer, a tradição do jornalismo brasileiro, com importação e herança de uma cultura profissional forjada com forte influência do modelo estadunidense ou norte-americano, com valorização desses três conceitos como formadores do próprio jornalismo.

Assim, não é de se estranhar que as respostas apresentadas pelas nove pessoas aqui interpeladas estivessem nesse mesmo tom. Das nove participantes, seis deram respostas que vinculavam a objetividade a questões da apuração, e precisão das informações apuradas, e no texto como forma de torná-lo inteligível para o público em geral. Como exemplos podemos trazer trechos em que disseram que "o texto jornalístico tem que ser objetivo até para ser jornalístico" e "a gente tem que falar de uma forma que as pessoas entendam". E também, uma das participantes relacionou a falta de objetividade jornalística à possível ocorrência de erros.

Uma das pessoas deu uma resposta diversa e afirmou que não existe objetividade por completo. Fez relação com "valores", em termos de valores pessoais, com "visão de mundo", e considerou que "somos seres humanos" e, como tal, "influenciáveis". "Não somos máquinas", disse. Aqui, é útil lembrar o conceito de tecnologias como montagens sociomateriais, conforme

Wajcman (2018), para tensionar o sentido das máquinas trazidas pela pessoa entrevistada como se neutras fossem, em oposição a seres humanos e seus vieses. Essa mesma pessoa ponderou que a objetividade seria algo a ser mirado, falou em "tentar" ser objetivo. Duas respostas saíram do escopo da pergunta, e responderam apenas sobre precisão e rigor. Com relação a esses dois valores, as nove foram unânimes em dizer que seriam imprescindíveis para o jornalismo.

Objetividade e rigor são valores, então, bastante presentes nas falas desses profissionais sobre seu fazer jornalístico, mas nem sempre são vistos como absolutos. Ao que as entrevistas indicam, esses valores são reforçados como elementos do “ethos jornalístico”, que acaba por organizar por meio desses parâmetros de rigor e objetividade ações e técnicas realizadas e utilizadas diariamente, rumo a uma perspectiva ética profissional própria desse grupo profissional.

“Eu acho que [rigor] é essencial para a produção jornalística, seja qual veículo for. Eu acho que o rigor com a informação que você está trabalhando é o ponto de partida, entendeu? Você não pode se enganar em determinadas coisas. É claro que você às vezes se engana, mas não porque foi negligente com a informação, mas porque alguém te passou uma informação errada, ou um dado errado, porque você ouviu uma fonte que não era a mais apropriada, vamos dizer assim. Tipo assim... está estranho, você coloca a informação lá e vê que algo não está batendo. Isso é ter o rigor. [...] Para mim isso é o primordial do que se fazer em um texto jornalístico minimamente decente, entendeu. Objetividade, porque o texto jornalístico tem que ser objetivo até para ser jornalístico. E com a precisão também, sobretudo com números. Gente, você dar número errado é algo muito complicado, muito difícil, você pode transtornar a vida de muita gente ao publicar algum dado errado” (Júpiter, 2022).

Quando se trata do trabalho realizado durante a pandemia de Covid-19, parte dos profissionais relatou de maneira espontânea uma preocupação maior com o rigor no tratamento das informações sobre a doença e sobre a imunização posteriormente. A forma de olhar para os dados e de contextualizá-los também aparecem como parte central na cobertura da pandemia, em articulação com esses valores do ethos jornalístico.

“Tem que ter uma exatidão nisso, porque há uma manipulação muito forte quando, a forma como você transmite aquilo, tem um impacto. Lógico que quando a gente faz jornalismo, você tem que trazer aquilo porque o assunto obriga. [...] Vou dar um exemplo de quando a gente mexia com essas questões de vacinação. Se você fala que 20 mil pessoas em um grupo de 100 mil foram vacinadas, fica solto. A pessoa fala, “nossa, 20 mil pessoas foram vacinadas, que bom!”. Agora quando você fala “gente, é um quinto da população, você não chegou na metade e a gente está no meio de uma pandemia”. Então, você acaba tendo que fazer isso. Mas ainda assim acho que é uma transformação que não fere (a informação). É diferente de você falar, por exemplo, você tem

um número de 21 mil e você fala assim, “25% da população já foi vacinada”. Não. Eu acho que você tem que trabalhar isso da forma mais fiel possível, mas dependendo do contexto em que você está, você precisa transformar aquilo em um alerta, em uma forma de você realmente não soltar ali para a pessoa achar que está tudo bem. Porque se você pega e simplesmente joga (os dados), a pessoa não tem essa noção. [...] E é esse tipo de leitura que falta. Você tem que ser fiel, tem que ter exatidão, mas você tem que saber quando é que você precisa manipular aquilo de uma forma a ser entendível da necessidade, do impacto que tem na sociedade. Mas de uma forma geral, ainda que eu faça esse exemplo que te dei, tem a tabela em baixo, com os números exatos, nesse ponto eu acho necessário” (Lilo, 2022).

Conforme mencionado anteriormente, este trabalho busca tensionar a necessidade totalizante de tais conceitos para o Jornalismo, e para o Jornalismo de Dados, esse movimento pode ser necessário para evitar a reprodução de determinadas violências advindas da racionalidade por trás desses conceitos. Se, num primeiro momento, a racionalidade forma sistemas de classificação no Jornalismo que excluem e oprimem, conforme argumentam Veiga e Moraes (2019), quando tal racionalidade é levada a uma potência ainda maior por meio da datificação e do intenso uso de dados nas práticas profissionais do Jornalismo, é preciso refletir sobre a inclusão da subjetividade e das alteridades para observar de forma crítica e recriar novas elaborações que possam admitir potencialidades para o Jornalismo de Dados de forma geral, e principalmente para esse tipo de prática localizada em territórios à margem tanto do centro do capitalismo global, quanto dos grandes centros mesmo dentro do Brasil. É necessário vislumbrar saídas para as crises do Jornalismo que não estejam na intensificação de processos atravessados por colonialidades e seus reflexos.

6.4.2 Fontes oficiais

As fontes dos dados trazidos pelas notícias e reportagens selecionadas mostram ampla predominância de fontes oficiais, principalmente de órgãos e entidades públicas, mas também de organizações da sociedade civil. O Portal Transparência, ou Portal da Transparência, é citado diretamente em cinco das 36 publicações selecionadas. Importante notar que no caso do uso de dados desses portais, conforme relatado pelos próprios jornalistas, é necessário certo esforço e uso de técnicas para obter informações a partir dos dados que sejam noticiáveis.

Nas demais, quando o órgão ou entidade é citado ou citada diretamente, uma possibilidade que se pode aventar é que os dados tenham sido fornecidos já estruturados e pré-analisados pelas assessorias de imprensa ou de outra maneira pelas próprias instituições, sem que fosse feita uma busca ativa por parte de repórteres e editores.

É preciso ponderar que, no caso do Olhar Direto, o cruzamento de informações entre as matérias publicadas, depoimentos colhidos nesta pesquisa e a experiência do pesquisador no mercado em questão permitem dizer que a publicação de releases, ou seja, materiais produzidos por assessorias, com alguma ou nenhuma alteração foram publicados nesse período com assinatura de repórteres do veículo em questão. Assim, o uso do protocolo com relação à identificação em uma primeira camada sobre autoria e a “localização” do repórter, se no local ou na redação, se mostra insuficiente.

Reforça essa possibilidade um dos casos encontrados em que o "dado" ou o número utilizado pode ser encontrado de maneira muito similar em uma notícia publicada pelo veículo de comunicação e um release publicado no site da Prefeitura de Cuiabá.

No Olhar Direto, a notícia "Emanuel Pinheiro economiza mais de R\$ 230 mi em licitações"³⁷ foi publicada em 9 de janeiro de 2020 com assinatura do repórter e indicando, no lide, em seu primeiro parágrafo, que se tratava de um balanço divulgado pela prefeitura. Com exceção do primeiro parágrafo, todo o restante do texto da notícia pode ser encontrado de maneira idêntica no site oficial da Prefeitura de Cuiabá sob o título "Prefeitura economiza mais de R\$ 230 mi em licitações"³⁸.

O uso do release nesses moldes, com pequenas alterações e publicação quase na íntegra, é prática no jornalismo local, e no caso desse veículo em específico, se utiliza a assinatura do repórter. Situação semelhante aparece em publicações do Midianews, contudo neste caso as matérias não contêm assinatura do repórter, e constam apenas como "Da Redação".

Vale dizer, em períodos pré-pandemia, o uso de dados em matérias jornalísticas e releases no início do ano, principalmente em janeiro, era mais proeminente por razões sazonais. O início do ano é tipicamente período em que são divulgados dados de “balanço” do ano anterior. Mas, no caso do Midianews, há matérias assinadas como “Da Redação” que apontam para o uso de releases ou outras fontes de informação que não a apuração própria nas matérias, e referências mais explícitas a agências de notícias como Folhapress, especialmente para dados e assuntos mais abrangentes de âmbito nacional, e a questão nacional aqui levando em consideração as escalas mencionadas anteriormente.

³⁷ Emanuel Pinheiro economiza mais de R\$ 230 mi em licitações. Olhar Direto, 2020. Disponível em: <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=466031&edt=33¬icia=emanuel-pinheiro-economiza-mais-de-r-230-mi-em-licitacoes>>. Acesso em: 28, dez. de 2022.

³⁸ Prefeitura economiza mais de R\$ 230 mi em licitações. Prefeitura de Cuiabá, 2020. Disponível em: <<https://www.cuiaba.mt.gov.br/gestao/prefeitura-economiza-mais-de-r-230-mi-em-licitacoes/21145>>. Acesso em: 28, dez. de 2022.

Ainda com relação à origem dos dados, em uma única notícia, na matéria "Litro do etanol ultrapassa barreira dos R\$ 3 nos postos de Cuiabá", publicada pelo Midianews, os dados utilizados na notícia foram levantados pela própria reportagem. Nesse caso, em uma observação pelas ruas da cidade.

Não há registros de uso de dados, entre as matérias aqui selecionadas, da Lei de Acesso a Informação, tida como mudança legal importante na última década para o Jornalismo de Dados, para o Jornalismo Investigativo e para a noção de responsabilização do Poder Público no país. Nas entrevistas, as pessoas entrevistadas corroboram a percepção obtida por meio da ACJ: há relatos de profissionais que já utilizaram o mecanismo da LAI para obter informações, pautas, dados ou documentos em algum momento, mas a utilização não é constante nas redações pela falta de tempo e, por vezes, de conhecimento dos procedimentos a serem adotados.

Apesar da dependência de dados oficiais e institucionais se apresentar de maneira ampla e generalizada nas matérias selecionadas, alguns dos profissionais registram uma visão, ao menos em parte, crítica frente a essas bases de dados.

“Você pega um dado do Ministério da Educação, ou da Secretaria de Educação, você vai descobrir coisas que, **se os dados estiverem corretos**, que rendem belíssimas matérias. E que podem chacoalhar um governo. Quanto foi gasto... eu lembro que eu gostava muito daquele site Contas Abertas... quanto foi gasto com açúcar, quanto a Assembleia gastou com cafezinho. Às vezes nem eles sabem. **Não têm interesse, e não vão divulgar para a gente**. Mas se existisse em algum lugar, você vai ver lá... Buffet, Buffet, Buffet, quanto está sendo gasto por mês e faz essa extração nos últimos 10 anos, daria para construir uma escola, um hospital, entendeu? Então, assim, você consegue extrair dados que se tornam grandiosos e são matérias que estão ali, o negócio está ali, a informação está ali, só que você precisa trabalhar a informação. O Jornalismo de Dados é interessante por isso. Você saber trabalhar, ele já existe. É você saber captar e usar isso do jeito que você achar melhor” (Park, 2022, grifos nossos).

O ponto de vista crítico parte da ideia de interesse público ao qual os jornalistas pretendem servir e que tal tarefa poderia ser alcançada a partir das bases de dados sobre políticas públicas e sobre o funcionamento de governos, e do Estado brasileiro em tese. A fala registra, contudo, a dependência de que tais dados estejam disponíveis, sejam enviados diretamente por meio de assessorias de imprensa, ou de forma que possam ser extraídos e analisados com as devidas técnicas, em Portais da Transparência e afins. A construção de bancos de dados próprios ou o cruzamento entre bases dados diferentes para se obter determinadas informações parecem ser possibilidades não exploradas.

“Quando saíam os boletins, eu falava, gente, isso aqui está errado. Por mais que somava, e falava, nossa, tantas pessoas, **eu mesma não confiava**. Se você pegava a tabela todos os dias e olhava os dados, e batia o olho, você via que estava errado, que existia uma subnotificação. Ou pessoas que realmente não estavam ali e estavam. **Eu não confio totalmente nisso**. Era nítido a lentidão na atualização, não só estadual, mas municipal também, e nacional, faltou muita coisa aí, não só teve esse problema sanitário, mas **houve essa crise política**. Houve **falta de precisão** em todos os setores, desde o básico, até... porque era uma coisa nova, né. Acho que isso acaba afetando essa coisa de ter **uma certeza de tudo**” (Zul, 2022, grifos nossos).

A infalibilidade dos números ou dos dados parece ser confrontada pela pessoa entrevistada frente a uma situação em que a checagem e contagem dos casos e mortes feitas na redação não estavam de acordo com os dados registrados por meio de boletins diários das secretarias municipais, estaduais e do Ministério da Saúde. O chamado “apagão de dados”³⁹, e outras dificuldades técnicas na contabilização da pandemia que avançava sobre a população brasileira, ao que nos indica a fala da profissional, se refletiu em um questionamento mais crítico sobre as bases de dados vindos de fontes oficiais utilizadas pelo jornalismo.

³⁹ Brasil vive apagão de dados oficiais sobre a Covid. JORNAL NACIONAL, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/29/brasil-vive-apagao-de-dados-oficiais-sobre-a-covid.ghtml>>, Acesso em: 14, jan., 2023.

7. CONSIDERAÇÕES

Ainda que se pondere que o número de jornalistas entrevistados, de nove pessoas em seis redações, ou de veículos sistematicamente observados – dois – e o número de matérias analisadas com profundidade desses sites escolhidos – 36 publicações – possam não ter estatisticamente uma correspondência fiel ao todo do universo do jornalismo praticado em Cuiabá, e possivelmente em grande parte de Mato Grosso, os dados obtidos e analisados nesta pesquisa revelam aspectos fundamentais da cultura e das organizações que operam nesse ecossistema local. Os dados e indícios captados aqui dizem respeito a uma conjuntura profissional que hoje opera nos veículos digitais, mas que vem se desenrolando desde o início da profissionalização do jornalismo na capital de Mato Grosso, a partir dos anos 1970 e 1980.

Os modos semiartesanais de se fazer jornalismo no período anterior ao surgimento da internet aparece nos modos como as redações digitais se apropriam das tecnologias frente a forças externas que se impõem, como no caso das colonialidades, da plataformização e outros fenômenos que atravessam esse jornalismo. A continuidade da dependência de fontes oficiais também é algo a ser notado.

Em regra, o que se vê é um microcosmo do jornalismo com estrutura não adequada para o uso de dados de maneiras mais satisfatórias, por assim dizer, com relação a todo seu potencial frente às possibilidades do digital vistas atualmente no mundo. A falta de estrutura acaba sendo compensada em parte por ações individuais dos profissionais, seja ao buscarem cursos por conta própria, seja ao tentarem de maneira autodidata aprender a utilizar as ferramentas de um possível Jornalismo Guiado por Dados. A profissionalização, que acontece de forma mais acentuada a partir da década de 1990, agora compreende também um “saber lidar” com plataformas de redes sociais, métricas produzidas pelas plataformas, com vestígios algorítmicos, entre outras funções que são exigidas, de maneira mais ou menos explícita a depender do veículo de comunicação. A exigência, contudo, vem desacompanhada do incentivo e do fornecimento dos meios adequados para se obter conhecimentos técnicos e teóricos sobre a área, sem uma política de formação continuada ou qualquer coisa o valha nessas redações. O ônus de lidar com mudanças estruturais e estruturantes no jornalismo tem recaído sobre os ombros individuais dos profissionais.

Informações como as métricas fornecidas por plataformas como o Google e demais Big Tech têm sido apropriadas para guiar e direcionar as pautas e a rotina produtiva dessas redações, sem que haja de forma mais extensiva, com exceções vindas dos próprios profissionais, um

olhar crítico sobre sua implementação na realidade local, e condições de infraestrutura tecnológica adequadas.

O que se desenha a partir dos achados obtidos nesta pesquisa, tanto com relação ao Protocolo de Análise de Cobertura Jornalística, quanto a partir das entrevistas, pode ser resumido a partir das dimensões normativa, técnica e organizacional da seguinte maneira. Na primeira, há uma forte ética profissional, principalmente quanto às definições e aplicações de objetividade e rigor apontadas durante as entrevistas. Entre si, os profissionais enxergam esses valores, de maneira geral como regras básicas de seu exercício diário, mas regras circunscritas em uma cultura do grupo profissional, não em termos legais. O uso de dados é visto, via de regra, como elemento colaborador desse ethos, ainda que vários dos profissionais apontem sua desnecessidade a depender do tipo de narrativa que se propõem a publicar. Este ponto poderia ser categorizado como técnico-procedimental, na relação dos jornalistas com os dados enquanto fontes para seu trabalho. Em relação às técnicas propriamente ditas, ou aos aspectos técnico-metodológicos, os achados apontam para, entre as matérias com uso de dados, ampla predominância de notícias em detrimento de outros gêneros como a reportagem. Há também forte dependência das assessorias de imprensa, e um ainda tímido uso de bases de Portais Transparência e similares. A elaboração de bases de dados próprias apareceu de maneira também tímida, em duas matérias em todo o levantamento. As matérias tendem a ser publicadas em texto com uma fotografia como auxiliar, com raros casos de apresentação dos dados em visualizações próprias ou mesmo em tabelas. Em termos organizacionais, tem-se redações com baixo número de profissionais, pressões e constrangimentos típicos das redações digitais pela aceleração da produção e volume de publicações em busca de audiência, e baixo investimento na estruturação física dessas redações e na qualificação dos jornalistas.

Não há, porém, que se cometer o crime de enquadrar as práticas aqui observadas como “atrasadas” ou qualquer adjetivo que o valha, mas sim pontuar um modo próprio como o jornalismo em Cuiabá passa, em seus próprios termos, pelas transformações vividas pela profissão em âmbito mais amplo. Assim, se não há uma estrutura e um cenário de valorização da própria profissão, inclusive se não há acesso tecnológico/estrutural compatível com o eixo Sul-Sudeste do país, não se pode comparar práticas de Jornalismo de Dados nesses contextos tão distintos, sob pena de se desconsiderar as potencialidades do JD nas práticas jornalísticas cuiabanas.

É possível observar mudanças de paradigmas na operacionalização diária nessas redações, em especial quando se fala da utilização de acesso, engajamento e outras métricas, como valor-notícia. O dispêndio de tempo e esforço em desdobramentos de pautas que em

outros casos não teriam tanta atenção das redações passa a ocorrer a partir das métricas das redes. Além disso, há uma evidente pressão para que os profissionais estejam em alerta para informações vindas dessas plataformas, que acabam por pautar diretamente os assuntos e serem desenvolvidos nas redações. Isso nos remete, novamente, a um modo próprio de como essas redações se apropriam das tecnologias disponíveis, e acabam por modificar questões que estão no cerne do jornalismo em seu labor diário, como é o caso dos valores-notícia.

A questão estrutural e de infraestrutura, física e humana, disponível para a produção desse jornalismo se torna um evidente ponto de tensão para quaisquer mudanças que possam ser imaginadas em âmbito local. Contudo, é preciso notar que, frente às dificuldades e incertezas, há brechas sendo exploradas e potencialidades, em especial sobre as invisibilidades produzidas na cobertura, que podem constituir uma centelha para novas perspectivas, ainda que o contexto se mostre desafiador, para dizer o mínimo.

Os profissionais entrevistados, porém, demonstram que os processos de opressão não chegam despercebidos e sem resistência, e pontuam em suas percepções sobre o Jornalismo de Dados que há rachaduras sendo (e a serem) preenchidas, ainda que demandem organização coletiva para tal. As falas e até mesmo expressões físicas, como risadas irônicas, durante as conversas ao se tratar de (falta de) apoio para formações em cursos voltados ao JD ou outras práticas profissionais exigidas nas redações relevam a percepção e o desconforto com a situação. Uma tentativa de mudança, conforme relatado pela entrevistada Zul, é que por vezes há a construção conjunta de conhecimento entre os próprios profissionais sobre as técnicas necessárias para determinadas funções envolvendo dados, de modo a vencer a precariedade no acesso a uma educação mais formal, o que certamente poderia nos indicar a importância da “Tertúlia” de Costa (2019) para potencialidades do JD em Cuiabá e Mato Grosso. Quanto a esse aspecto, ainda se poderia pensar sobre como os modos de produzir durante períodos da pandemia em que os profissionais estiveram mais distantes uns dos outros, seja em teletrabalho ou home office, ou mesmo com as limitações impostas pelo distanciamento e outros cuidados para evitar a disseminação da Covid-19, podem ter sido afetados. A possibilidade de uma “Tertúlia” pandêmica, ou ainda uma nova dinâmica por outros meios, como aplicativos de conversa como Whatsapp, não foi algo explorado de maneira específica neste trabalho.

Ainda assim, uma espécie de tradição colaborativa entre profissionais frente às precarizações ao longo da história se mostra parte da “saída” encontrada nesse contexto, ainda que de maneira quase artesanal. Em convergência, tanto a perspectiva colonial do JD, centrada em epistemologias importadas dos Estados Unidos, da Europa, e de regiões do Sul-Sudeste brasileiro, fundadas em um ethos individualista da modernidade, quanto a pressão do tempo,

advinda da plataformização, prejudicam e inferiorizam práticas importantes que poderiam ser potencializadas se as rotinas produtivas valorizassem práticas e técnicas interdisciplinares e coletivas, um elemento da cultura local.

Nas matérias em que há certeza de autoria, o que se configura aqui é um jornalismo local produzido com dados de fontes institucionais, tais como Portal Transparência de diversas esferas do Poder Público, algumas poucas iniciativas de levantamentos próprios, o uso mais presente de texto e fotografia ao invés de visualizações de dados, e a publicação majoritária de notícias das matérias enquanto gênero jornalístico. Tais características diferem o jornalismo produzido em Cuiabá, e analisado aqui a partir das entrevistas e das matérias publicadas, daquilo de se propõe para o Jornalismo de Dados enquanto conjunto de práticas na literatura selecionada e discutida. Ainda que haja um esforço de aproximação, a realidade está distante do proposto, apesar de esforços nítidos dos profissionais em diversos casos.

Uma continuação desta pesquisa, com relação aos dados de matérias publicadas em relação ao Jornalismo de Dados, poderia trazer outras informações sobre o processo de transformação constante desse jornalismo produzido em Cuiabá. Outras abordagens em relação aos próprios dados das entrevistas podem trazer também outros tipos de ideias impregnadas nas falas e na cultura compartilhada entre esses profissionais, e que se refletem nas práticas desenvolvidas nesse ecossistema aqui estudado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. de. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. **Lumina**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 5–19, 2022. DOI: 10.34019/1981-4070.2022.v16.39278. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/39278>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.
- AGUIAR, Sonia. Estudos de jornalismo local-regional ao redor do mundo: lacunas e desafios. **15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo**, 2017.
- BACCIN, Alciane. A narrativa longform em reportagens hipermídia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, Vol. 14, n. 1, 89-101, janeiro a junho de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n1p89>. Acesso em: 21 jan. 2020.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, Suzana Oliveira; TORRES, Vitor. O paradigma 'Jornalismo Digital em Base de Dados': modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. **Galáxia**, São Paulo, v. 13, p. 152-164, 2013.
- BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João. **Notícias e Mobilidade: o Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. Covilhã: Livros LabCOM, 2013, p. 33-54.
- BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana; SILVA, Ana Carolina de Araújo. Jornalismo online e meio ambiente em Mato Grosso: uma análise dos recursos interativos e multimídia nas notícias sobre desmatamento. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 218-227, 2017.
- BARRETOS, Dayane et al. A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 72-93, 2022.
- BAZZO, Jessica; MARTINS, Dalton Lopes; BARBOSA, Filipe Augusto Couto. O surgimento da pesquisa em Jornalismo de Dados no Brasil. **Intexto**, n. 50, p. 280-302, 2020.
- BERTOCCHI, Daniela. **Dos dados aos formatos: a construção de narrativas no jornalismo digital**. Curitiba: Appris, 2016.

BRAGA, Adriana. Ecologia das Mídias: uma perspectiva para a comunicação. In: VIII NUPECOM–ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais...** Natal. 2008.

BRAGA, Adriana. McLuhan entre conceitos e aforismos. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 48-55, 2012.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas y estrategias comunicacionales. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 3, n. 5, p. 109-128, 1997.

CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce Souza; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **Colonialismo de Dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CODDINGTON, Mark. Clarifying journalism's quantitative turn: A typology for evaluating data journalism, computational journalism, and computer-assisted reporting. **Digital journalism**, v. 3, n. 3, p. 331-348, 2015.

COÊLHO, Tamires Ferreira; SALESSE, Marcos Vinícios Fagundes. Alterações em rotinas produtivas e indícios de precarização do trabalho jornalístico durante a pandemia de Covid-19. In: 19º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2021, Brasília. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/sbpjor-2021/papers/alteracoes-em-rotinas-produtivas-e-indicios-de--precarizacao-do-trabalho-jornalistico-durante-a--pandemia-de-covid-19>> Acesso em: 14 jun. 2022.

COÊLHO, Tamires Ferreira et al. Mapeamentos iniciais do jornalismo digital independente em Mato Grosso: uma análise de autodescrições de sites. **Revista Alterjor**, v. 22, n. 2, p. 357-374, 2020.

COSTA, Laís Dias Souza da. **Da tertúlia ao portal: experiências de jornalistas de Cuiabá-MT (1968-1997)**. 2019. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

COSTA, Rafael Rodrigues da; SILVA, Naiana Rodrigues da; LAVOR, Thays Mariana de Oliveira. O saber e o fazer jornalismo de dados no Ceará: um estudo sobre formação profissional e o uso de técnicas e ferramentas. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, n.5., jun. 2018, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo (SP): Universidade Anhembi, 2018.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Un mundo Ch'ixi Es Posible: Ensayos Desde un Presente en Crisis**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Violencia e interculturalidad: paradojas de la etnicidad en la Bolivia de hoy. **Telar: Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos**, n. 15, p. 49-70, 2015.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: FFLCH, 2013.

BRAZ, Jaqueline Michele da Silva; SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado; FOGLIATTO, Monique de Souza Sant'Anna. Themis Mattogrossense: o jornal como objeto de estudo e conhecimento da História. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação **Anais...** São Paulo – SP, 05 a 09/09/2016.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 62-83, 2005.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FERRARI, Maristela. **Territorialidades humanas e redes sociais**. v. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

FRAGOSO, Suely; REBS, Rebeca Recuero; BARTH, Daiani Ludmila. Territorialidades virtuais: Identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. **MATRIZES**, v. 5, n. 1, p. 211-225, 2011.

GEHRKE, Marília; MIELNICZUK, Luciana Pellin. Philip Meyer, the outsider who created Precision Journalism. **Intexto**, 2017.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993, p. 224-248.

HERAVI, Bahareh R.; LORENZ, Mirko. Data Journalism Practices Globally: Skills, Education, Opportunities, and Values. **Journalism and Media**, v. 1, n. 1, p. 26-40, 2020.

HOLANDA, André Fabrício da Cunha. O amadurecimento do jornalismo de dados como forma de conhecimento e de apropriação tecnológica. **LÍBERO**, n. 49, p. 155-174, 2021.

LOPES, Vera Lúcia Leite. O rádio mato-grossense e a contribuição do boateiro. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, **Anais...** Belo Horizonte-MG, 2 a 6 set. 2003.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, v. 2, p. 27-53, 2018.

VASCONCELLOS, F.; MANCINI, L.; BITTENCOURT, Carolina. Cinco categorias de Jornalismo de Dados ou uma proposta para problematizar o Jornalismo a partir de dados no Brasil. **II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo/Abraji**, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. Afetividades e vulnerabilidades na relação pesquisador/sujeito pesquisado. In: KÜNSCH, Dimas et al. (org.). **Produção de conhecimento e compreensão**. São Paulo: UNI, 2017.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression**. New York: New York University Press, 2018.

PASTI, Svetlana; RAMAPRASAD, Jyotika. Digitalization and journalists in the BRICS countries. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 1, p. 12-33, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RÊGO, Ana Regina. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 1, 2021.

RICAURTE, Paola. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350-365, 2019.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SILVA, Mariana Grilli Lucas; GROHMANN, Rafael. Mercado de trabalho jornalístico: uma discussão que permeia a liberdade de expressão. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 4 a 7/9/2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2613-1.pdf>>.

TRÄSEL, Marcelo; LISBOA, Sílvia; VINCIPROVA, Giulia Reis. Post-truth and trust in journalism: an analysis of credibility indicators in Brazilian venues. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 452, 2019.

VEIGA, Márcia; MORAES, Fabiana. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS. **Anais...** v. 19, p. 1-21, 2020.

VERÓN, Eliseo. Mediatization theory: a semio-anthropological perspective and some of its consequences. **Matrizes**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 13-19, 24 jun. 2014. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>.

WAJCMAN, Judy. **Pressed for Time**. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Função:

Veículo de Comunicação:

Parte 01 – Formação e perfil

Tem formação em jornalismo? Onde e quando concluiu?

Como começou a trabalhar na área? Passou por outras áreas que não o Jornalismo Online?

Quais experiências teve em termos de funções ou cargos?

Faz cobertura especializada em alguma área? Qual?

Tem experiência ou trabalhou com vídeo no jornalismo? Existe alguém na redação para produzir e editar este tipo de conteúdo?

Tem o hábito de usar programas de planilha durante a produção de matérias? Quais?

Tem conhecimento sobre uso de bancos de dados? Quais?

Tem conhecimento de programação? Qual(is) linguagem(s)? Já usou para a produção de matérias? Em que ocasião?

Já usou conhecimentos ou habilidades com estatística e matemática para a produção de matérias? Em que ocasião?

Costuma produzir matérias utilizando dados numéricos?

Que tipos de conhecimento tem sobre infografia? E visualização de dados?

Produz reportagens com uso de gráficos? Tem conhecimento sobre design e áreas afins? Tem alguém na redação com esse conhecimento e à disposição para produção de matérias com esses recursos?

Usa ou já usou alguma vez ferramentas como Portal Transparência e Lei de Acesso à Informação para obter pautas? Isso é comum na sua rotina de trabalho?

Acredita que esses tipos de conhecimentos são necessários, desnecessários ou desejáveis para sua prática profissional?

O veículo em que você trabalha estimula ou oferece formações ligadas a esses conhecimentos/software para os jornalistas?

Parte 02 – Perspectivas de formação profissional

Você costuma fazer cursos, presenciais ou online para aprimorar a prática profissional? Com que frequência? Quais os últimos de que se lembra?

A empresa em que trabalha investe de alguma maneira na formação dos profissionais? Que tipo de formação?

Há espaço para afastamentos, folgas ou similares para cursar esse tipo de formação, ainda que por conta própria?

Acredita que o aprimoramento pode ajudar a melhorar condições de trabalho, salário ou obter outros benefícios na profissão? Que tipo de melhoria?

Parte 03 – Relação entre jornalismo e tecnologia

Além do computador, usa que tipo de tecnologias no processo de produção das notícias? Que dispositivos móveis fazem parte do seu trabalho?

Como lida com o sistema de publicação de notícias na produção diária?

Você usa redes sociais? Quais? Você percebe diferenças entre antes e depois de usar redes sociais na produção de jornalismo diário? (se só citar vantagens, perguntar de eventuais desvantagens)

Como o veículo em que você trabalha se apropria de redes sociais? Existe uma política de uso dessas redes na rotina coletiva da equipe?

Acredita que a tecnologia é imprescindível ao jornalismo?

Sente influência das tecnologias no tempo disponível para produção de cada pauta?

Métricas como número de acessos e engajamento nas redes sociais são utilizadas pela empresa?

Qual a importância dessas métricas para o seu trabalho?

Já sentiu alguma vez que o trabalho ou sua vida pessoal sofreram interferência do uso dessas métricas?

Parte 04 – Jornalismo de Dados

Está familiarizado com o conceito de Jornalismo de Dados? O que você entende por isso?

Tem familiaridade com o conceito de Big Data? E Inteligência Artificial? Crê que eles se relacionam com o jornalismo? Como?

Crê que de alguma forma seu trabalho se relaciona com esse conceito?

Como você vê a importância de valores como precisão e rigor nas suas condições de produção jornalística diária? E a objetividade?

Acredita que o uso de dados numéricos pode colaborar com esses conceitos? Como?

Dados numéricos poderiam ajudar a melhorar a qualidade do jornalismo produzido na sua redação? Como?

O uso de dados pode ajudar a descobrir novas histórias para o jornalismo? Como você percebe isso?

Que tipo de problemas vê no uso de dados em reportagens?

Parte 05 – Uso de dados na pandemia

E durante a pandemia, sentiu alguma diferença na rotina de produção em relação ao uso de dados?

Como sentiu que as pautas mudaram nesse período?

Fez reportagens com quais tipos de dados sobre a pandemia? Com que frequência?

Chegou a cobrir o avanço da Covid-19 em populações específicas, como divisões por raça, gênero, povos indígenas, diferentes localidades, população de rua, etc? Com que frequência?

Teve condições de apuração adequadas ou ficou muito dependente de assessorias?

Acha que é importante cobrir esses e outros aspectos sobre a pandemia? Por quê?
Você sentiu alguma mudança na dependência de assessorias para acessar dados ou produzir matérias durante a pandemia?

APÊNDICE 2 – LINKS DE TABELAS

Levantamento de notícias

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1cuKy5hEvWBrxzmC6TtJLI2zYpsBU6KAYpQbL9zuOdQE/edit?usp=sharing>

Levantamento De Notícias – Indígenas

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1r5WZ4BKc7e-nT2aa82Fvpm1PCco2gjE85yG_IR-stoM/edit?usp=sharing